**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

GLÁUCIA GAJARDONI DE LEMOS

**Formas políticas e urbanismo grego: a arquitetura monumental como
representação do poder entre os séculos VI e IV a.C.**

**São Paulo
2016**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**FORMAS POLÍTICAS E URBANISMO GREGO: A ARQUITETURA MONUMENTAL COMO
REPRESENTAÇÃO DO PODER ENTRE OS SÉCULOS VI E IV A.C.**

Gláucia Gajardoni de Lemos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre.

Versão corrigida

A versão original encontra-se na biblioteca do
Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano

Área de Concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

**São Paulo
2016**

*À minha família,
Ao querido Arthur,
E aos gregos antigos.*

*“He set my feet upon a rock
And made my footsteps firm.
Many will see, many will see and hear”.*

40

U2

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pois sem Ele eu nada seria.

Aos meus pais, Mara e Geraldo, e ao meu irmão Hugo, por me ensinarem bons valores e pelo apoio dado em todos os momentos da minha vida.

À Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Borba Florenzano, pela orientação acadêmica desde a Iniciação Científica e minha formação em Arqueologia Clássica. Obrigada pelos importantes ensinamentos dentro e fora da sala de aula, pelo acesso à sua biblioteca pessoal e pelo suporte e conselhos dados durante a minha viagem à Itália.

À Prof.^a Dr.^a Elaine Farias Veloso Hirata, pelas recomendações no exame de qualificação que trouxeram novos direcionamentos à pesquisa. Agradeço também pelo conjunto de textos disponíveis sobre monumentalidade, que ajudaram a elaborar os objetivos do projeto e nortear este estudo.

À Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Arcuri, pelas críticas e sugestões no exame de qualificação, e por me apresentar uma riquíssima bibliografia sobre estudos iconográficos que contribuiu em muito para minha análise sobre a paisagem arqueológica.

À Prof.^a Dr.^a Maria Isabel D'Agostino Fleming, pela gentileza e o extenso conhecimento de Arqueologia compartilhado em cursos e palestras ao longo desses anos.

Aos professores de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e aos professores de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia, pela minha formação.

Ao LABECA (Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga) e seus membros, pelo apoio técnico à confecção desta dissertação, pelo uso do banco de dados e imagens Nausitoo e por todas as atividades de pesquisa que permitiram a difusão de estudos sobre o espaço na Grécia antiga.

Aos funcionários da Biblioteca e da Seção Acadêmica do MAE, pelo imprescindível auxílio ao longo dos anos, sempre com muita eficiência e presteza.

Aos amigos de graduação e pós-graduação, em especial a Alex Martire, pela grande amizade e companheirismo, e cuja presença foi essencial para minha trajetória acadêmica.

Aos antigos colegas de trabalho e aos coordenadores do Núcleo de Estudos da Violência, onde tive meu primeiro contato com um ambiente de pesquisa.

A Arthur Lovisolo, meu amor e melhor amigo, por ter ficado ao meu lado durante todo o processo de escrita desta dissertação.

Agradeço, enfim, ao CNPq e à FAPESP pelas bolsas concedidas para a realização desta pesquisa.

ÍNDICE

RESUMO	3
ABSTRACT	4
ÍNDICE DE FIGURAS	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PAISAGEM	15
Agência, poder e <i>habitus</i>	20
A práxis ideológica nas relações de poder	26
Conclusão: por uma paisagem <i>relacional</i> do poder	32
CAPÍTULO 2 – CENTROS DE PODER NA GRÉCIA: A EXPANSÃO URBANÍSTICA DE ATENAS E SIRACUSA	38
A pólis por excelência: o caso de Atenas	38
A ágora de Atenas	54
O Pireu e suas ágoras	68
O processo de expansão grega na Magna Grécia e na Sicília	74
A “megalópole” do Ocidente: Siracusa	79
CAPÍTULO 3 – REPERTÓRIO DESCRITIVO DE OUTRAS CIDADES DO MUNDO GREGO	98
Metaponto	98
Camarina	114
Himera	121
Tasos	130
Cirene	149
CAPÍTULO 4 – MONUMENTALIDADE, URBANISMO E REPRESENTAÇÕES DE PODER	159
A divisão do território políade, o espaço público e o papel da religião	159
Comparações entre as tiranias de Atenas e do Ocidente	165
Monumentalidade e discurso ideológico	176
Conclusão: Formas de governo e suas apropriações da paisagem	182

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
Fontes	188
Bibliografia	189

RESUMO

Esta pesquisa pretende examinar a consolidação de formas urbanísticas e arquitetônicas como representação do espaço político na Grécia antiga. O objetivo central é o de analisar em que medida o poder político - ou seu formato - interfere no disciplinamento do espaço, especialmente no que se refere à incorporação da ideologia tirânica nas grandes obras monumentais do Ocidente grego. Assim, os dados reunidos acerca da monumentalização do espaço primordialmente de Atenas, na Península Balcânica, e de Siracusa, na Sicília, entre os séculos VI e IV a.C., nos servirão para delimitar um quadro comparativo entre as diferentes formas de organização política e social e o planejamento urbano dessas *poleis*, de modo a elucidar a chamada paisagem do poder. Em tempo, dados de outras *poleis* como as de Metaponto, Camarina, Himera, Tasos e Cirene serão incorporados ao conjunto estudado de sorte a dar maior densidade às conclusões esperadas. Para tanto, far-se-á uso de referências metodológicas pertencentes à Arqueologia da Paisagem e critérios inspirados na linha de pesquisa desenvolvida por Amos Rapoport que lida com a questão da especialização do espaço como marca de "complexificação" das sociedades.

Palavras-chave: Urbanismo, Política, Pólis, Paisagem, Monumentalidade.

ABSTRACT

This research aims to examining the consolidation of urban and architectural forms as a representation of Greek political space. The central goal is analyze how political power - or its format - interferes in the disciplining of space, especially with regard to the incorporation of tyrannical ideology in large monumental buildings of the Greek West. Thus, the data gathered about the monumentalization primarily of two Greek cities (Athens and Syracuse), between 6th and 4th centuries BC, serve to delimit a comparative analyse between different forms of political organization and social and urban planning, in order to elucidate the landscape of power. In time, data from other *poleis* as Metaponto, Kamarina, Himera, Tasos and Cyrene will be incorporated to give more density to the expected conclusions. For that, use will be made of the methodology pertaining to the Landscape Archaeology and criteria inspired by the line of research developed by Amos Rapoport dealing with the issue of specialization of space as a feature of complex societies.

Keywords: Urbanism, Politics, Polis, Landscape, Monumentality.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Áreas hexagonais formadas a partir da Teoria do Lugar Central	34
Figura 2: Modelo de Peer Polity Interaction	36
Figura 3: Modelo centro-periferia.....	36
Figura 4: Atenas	40
Figura 5: A Acrópole de Atenas no tempo de Péricles e Fídias	46
Figura 6: Atenas: Reconstituição do Partenon (fim do século V a.C.).....	48
Figura 7: Atenas: Reconstituição do Propileu durante as Panateneias	49
Figura 8: Atenas: O Erékhteion visto do oeste, no início do séc IV a.C.	50
Figura 9: Plano da ágora de Atenas.....	55
Figura 10: Área sudoeste de Atenas.....	57
Figura 11: Atenas: Plano da esquina noroeste da ágora.	59
Figura 12: Atenas: Plano dos edifícios administrativos localizados no setor sudoeste da ágora	61
Figura 13: Atenas: Reconstituição do Monumento aos Heróis Epônimos.....	63
Figura 14: Atenas: Reconstituição da <i>Stoá Poikile</i>	64
Figura 15: Atenas: Plano da <i>Stoá Real</i>	65
Figura 16: Atenas: Reconstituição da <i>Stoá</i> de Zeus Eleutério	66
Figura 17: Atenas: Área sul da ágora	67
Figura 18: Atenas: Reconstituição do Altar dos Doze Deuses.....	68
Figura 19: O Pireu em 430 a.C.	70
Figura 20: Atenas e Pireu. Fortificações e as longas muralhas	72
Figura 21: Pireu: Hóroi.....	73
Figura 22: Mapa das apoikias gregas na Península Itálica	77
Figura 23: Mapa das apoikias gregas na Sicília.....	78
Figura 24: Planta geral de Siracusa no início do século IV a.C.....	80
Figura 25: Siracusa: Traçado urbano de Ortígia e disposição dos templos	84
Figura 26: Planta de Siracusa: repartição de terras na <i>khóra</i>	85
Figura 27: Siracusa: Maquete do Templo Jônico e do Atenaion.....	87

Figura 28: Siracusa: Maquete do Templo de Apolo.....	87
Figura 29: Siracusa: Muralha de Dionísio I	88
Figura 30: Siracusa: Entrada da “Orelha de Dionísio”	89
Figura 31: Siracusa: Ligação entre plateia norte-sul de Ortígia e estenope leste-oeste de Acradina.....	90
Figura 32: Siracusa: Planta do Olympieion.....	91
Figura 33: Siracusa: Vista geral do teatro	92
Figura 34: Siracusa: Planta geral da Colina Temenite	93
Figura 35: Siracusa: Planta do Altar de Hierão II.....	94
Figura 36: Siracusa: Áreas de enterramento	95
Figura 37: Expansão de Siracusa e suas fundações: Eloro, Acras, Casmene e Camarina	97
Figura 38: Plano do santuário urbano e da ágora de Metaponto.....	100
Figura 39: Planta da <i>khóra</i> de Metaponto.....	100
Figura 40: Metaponto: Reconstituição conjectural de um edifício sagrado na fazenda Incoronata.....	102
Figura 41: Metaponto: estágio inicial do santuário de Pantanello	102
Figura 42: Metaponto: Planta do santuário de Pantanello, no século VI a.C. ...	103
Figura 43: Metaponto: Santuário de San Biagio Alla Venella	103
Figura 44: Metaponto: Planta e reconstituição da projeção vertical e do epistílio de Tavole Palatine	104
Figura 45: Metaponto: Tavole Palatine.	104
Figura 46: Metaponto: Modelo do santuário urbano e ágora (século VI a.C.)...	105
Figura 47: Metaponto: Monumento de “pedra grosseira” com dedicatória a Apolo	106
Figura 48: Metaponto: Frente do Templo A, dedicado a Hera.	107
Figura 49: Metaponto: Bloco de epistílio do Templo A2 com a inscrição do período Arcaico <i>autoi kai ghenai</i> (para ele e seu ghenos).....	107
Figura 50: Metaponto: Entrada do Templo B, dedicado a Apolo	108
Figura 51: Metaponto: Templo B de Apolo: terracota pintada.....	108
Figura 52: Metaponto: Reconstituição do Artemision.....	109

Figura 53: Metaponto: Reconstituição da frente do Artemísion	110
Figura 54: Metaponto: Reconstituição em planta do Artemísion	110
Figura 55: Planta urbana de Metaponto.....	111
Figura 56: Planta do eclesiastério de Metaponto	112
Figura 57: Planta de Camarina	115
Figura 58: Camarina: Mapa da <i>khóra</i>	116
Figura 59: Planta da ágora de Camarina	117
Figura 60: Camarina: Planimetria do santuário de Atena	118
Figura 61: Camarina: Planta na época de Timoleonte.....	120
Figura 62: Planta da cidade alta de Himera e uma hipótese da cidade baixa ..	122
Figura 63: Planta geral da cidade alta de Himera.	124
Figura 64: Himera: Quarteirão residencial do século V a.C.....	125
Figura 65: Himera: Planimetria dos lotes residenciais.....	125
Figura 66: Himera: Planimetria do témeno.....	126
Figura 67: Himera: Santuário da cidade alta: planta dos templos A e B	127
Figura 68: Himera: Planta do Templo C.....	127
Figura 69: Himera: Plano do Templo da Vitória em cerca de 480 a.C.....	128
Figura 70: Himera: Templo da Vitória; ao fundo, a cidade alta.....	129
Figura 71: Himera: Templo da Vitória	129
Figura 72: Imagem de Tasos feita por satélite.	132
Figura 73: Tasos: Santuário de Alikí, dedicado a Apolo	134
Figura 74: Tasos: Propileu do Artemísion.....	135
Figura 75: Tasos: Planta da cidade.....	136
Figura 76: Tasos: Reconstituição de uma parte da muralha	138
Figura 77: Tasos: Planta geral do assentamento	139
Figura 78: Ágora de Tasos, II-I a.C.....	142
Figura 79: Tasos: Fachada sudoeste da <i>stoá</i>	143
Figura 80: Tasos: Planta do edifício nos <i>paraskénia</i>	144
Figura 81: Tasos: Plano reconstituído do edifício nos <i>paraskénia</i>	145
Figura 82: Tasos: Fachada reconstituída do edifício nos <i>paraskénia</i>	146
Figura 83: Tasos: Planta geral: malha urbana com diferentes eixos.....	150

Figura 84: Planta urbana de Cirene.....	151
Figura 85: Planta da ágora de Cirene.....	153
Figura 86: Cirene: Vértice nordeste da ágora, com o herôon de Batos.....	154
Figura 87: Cirene: Planta da ágora (segunda metade do século V a.C.)	154
Figura 88: Cirene: Secção do Altar de Apolo, na ágora	155
Figura 89: Cirene: Fragmento de borda decorada de um altar do Templo de Apolo, na ágora (século VI a.C).....	155
Figura 90: Cirene: Planta do santuário de Deméter e Koré, na ágora.....	155
Figura 91: Cirene: Vista aérea do santuário de Apolo.....	157
Figura 92: Cirene: Vértice sudoeste do Santuário de Zeus.	157
Figura 93: Cirene: Vista de parte da necrópole norte.....	158

INTRODUÇÃO

Ora, desse ponto de vista a Grécia apresenta um fenômeno notável, poder-se-ia mesmo dizer extraordinário. Pela primeira vez, parece-me, na história humana, realça-se um plano da vida social que é objeto de uma pesquisa deliberada, de uma reflexão consciente. As instituições da cidade não implicam somente uma existência de um domínio “político”, mas também de um “pensamento político”. A expressão que designa o domínio político, τὰ κοινά, significa: o que é comum a todos, os negócios públicos. Com efeito, há para o grego, na vida humana, dois planos bem separados: um domínio privado, familiar, doméstico (o que os gregos denominam economia: οἰκονομία), e um domínio público que compreende todas as decisões de interesse comum, tudo o que faz da coletividade um grupo unido e solidário, uma *pólis* no sentido próprio. No quadro das instituições da cidade – esta cidade que surge precisamente entre a época de Hesíodo e a de Anaximandro – nada do que pertence ao domínio público pode mais ser regulamentado por um indivíduo único, mesmo que ele seja o rei. Todas as coisas “comuns” devem ser o objeto, entre os que compõem a coletividade política, de um debate livre, de uma discussão pública, em plena luz da ágora, sob a forma de discursos argumentados. A *pólis* pressupõe, pois um processo de dessacralização e de racionalização da vida social. Não é mais um rei sacerdote que, pela observância de um calendário religioso, vai fazer em nome do grupo humano tudo o que se deve fazer, são os próprios homens que tomam em mãos seu destino “comum”, que decidem dele após discussão (quando eu digo os homens, refiro-me, bem entendido, unicamente aos cidadãos, pois, como se sabe, esse sistema político pressupõe que os outros homens se dedicam ao essencial do trabalho produtivo). Mas, para os cidadãos, os negócios da cidade só podem ser regulamentados ao termo de um debate público em que cada um pode intervir livremente para desenvolver seus argumentos. O *lógos*, instrumento desses debates públicos, toma então um sentido duplo. De um lado, significa a palavra, o discurso que pronunciam os oradores na assembleia; mas significa também a razão, esta faculdade de argumentar que define o homem como não simplesmente um animal, mas como “animal político”, um ser racional (Jean-Pierre VERNANT, *Mito e Pensamento entre os Gregos*, pp. 249-250).

A reflexão sobre a cidade como um “todo coletivo” parece ser, de fato, uma contribuição da Grécia Clássica. As fontes textuais e, sobretudo, os vestígios arqueológicos nos mostram ser este crescimento de consciência cívica também expressado arquitetonicamente: edifícios eram construídos e espaços inteiros dedicados a determinadas funções políticas, religiosas e mercantis que serviam a muitas pessoas de uma só vez – era a *comunidade*. Junto ao desenvolvimento da arquitetura, veio o planejamento urbano. A complexidade das relações humanas exigia a especialização dos espaços, e o advento de uma esfera pública tornava inevitável a separação de sua contraparte, a esfera do privado, representada pelo ambiente doméstico do *oîkos*;¹ nesse sentido, era fundamental organizar espacialmente essas áreas de sorte a atender a segurança e praticidade de todos. Isso era possível, em larga medida, devido ao estabelecimento de uma ágora que desempenhava o papel de centro irradiador da cidade, o núcleo espiritual e material da pólis grega. Logo, a conversão da aldeia isolada para uma cidade, um aglomerado em torno de um centro dominante, tem como consequência natural a concentração de edifícios públicos (tal qual sua progressiva imponência arquitetônica) nesses locais.² Além disso, vemos que a atitude grega é de *personalizar* a cidade, atribuindo a ela uma forma humana, o próprio “corpo político” que reflete o axioma no qual o homem é a medida de todas as coisas; daí a razão de ser a cidade grega vista, em geral, como uma unidade indivisível, uma totalidade, ou mesmo uma *personalidade* (MARTIENSSEN 1977).

Tomemos então a epígrafe que escolhemos escrita por Jean-Pierre Vernant. Ali, o autor afirma que, pela primeira vez na história humana, um plano da vida social – o *ser político institucionalizado* – é posto em prática como resultado de uma reflexão consciente e deliberada. Ou seja: as instituições políticas da cidade (e, conseqüentemente, sua materialização) foram muito bem pensadas e definidas por aqueles que delas tirariam proveito. Colocado assim, e deixando de lado o aparente helenocentrismo do filósofo, faz sentido a afirmação de Roland Martin quando diz ser o urbanismo de uma época correspondente ao seu estado social: a cidade precisa estar de acordo com os habitantes, a favor de seu bem-estar e das comodidades, e para isso é preciso haver condições políticas e sociais favoráveis, bem como atender a exigências artísticas e humanas. “Nem todas as gerações de arquitetos podem se tornar urbanistas” (MARTIN 1956: 7). É por essa razão, segundo o autor, que o Urbanismo coloca-se como uma ciência intermitente, em voga

¹ Todos os termos gregos seguem a padronização proposta pelo glossário Labeca. Cf. <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acessado em 09/12/2015.

² Pausânias, ao referir-se à cidade de Panopeu, na região da Fócida, distingue claramente a aldeia da cidade ao afirmar que esta última possui gabinetes de governo, ginásio, teatro, mercado e fontes. In: *Descrição da Grécia*, X.

durante alguns períodos e obscurecida em outros. Da mesma forma, não é à toa que Martin associe as grandes empreitadas urbanísticas aos movimentos demográficos ocasionados por conquistas ou expansões econômicas: nestes casos, ordenar as grandes massas de população exigia reorganizar as antigas vilas e criar organismos múltiplos para se evitar o caos; isso não significava, porém, que o acelerado processo de urbanização de algumas cidades gregas também não gerasse problemas em seu arranjo espacial (como em Atenas, por exemplo, repleta de ruas estreitas e acidentadas, blocos irregulares e uma ágora tomada por mesas de mercado e pedras dedicatórias).³ Por fim, a alocação de recursos humanos e materiais na implantação de uma cidade não poderia ser efeito de improvisos: dependia, antes de tudo, de um organismo com poderio suficiente para planejar e executar tais obras, poder usualmente ligado à administração da pólis, fossem governos oligárquicos, democráticos ou tirânicos. Isso se torna claro nas apoikias da Magna Grécia e da Sicília,⁴ onde os governantes ansiavam por unidade e permanência em territórios muitas vezes hostis. O impulso ao planejamento e à racionalização da vida social era, pois, a pedra angular da sociedade grega já a partir do século VIII a.C., data em que se acredita terem sido estruturadas as primeiras *poleis* no Mediterrâneo.

Essa íntima relação entre o poder político e o urbanismo grego é o fio condutor que orientou a nossa pesquisa. Intencionamos examinar a monumentalização de edifícios ou aquela aplicada ao próprio disciplinamento do espaço (por exemplo, a *khóra* ortogonal) e sua percepção na paisagem grega, constituindo o que podemos denominar *paisagem do poder* (SMITH, A. T. 2003; VERONESE 2006). Pelo fato de tantas obras monumentais, sobretudo no Ocidente grego, serem fruto de ações de governos tirânicos, um olhar especial (mas não exclusivo) sobre esses regimes políticos será de grande valia. Portanto, mostra-se imprescindível para este trabalho discutir conceitos como paisagem, agência e poder, sempre acompanhados de perto pelo contexto particular da Grécia antiga. Ademais, tal expressão material do poder político tem na Magna Grécia e na Sicília dimensões únicas: inspirados por motivos variados (crises demográficas ou ambientais, conflitos políticos e interesses mercantis), os fundadores destes novos assentamentos atravessaram o Mar Mediterrâneo e enfrentaram dificuldades que os ajudaram a forjar uma *helenidade* bem singular. Viver sob a constante ameaça (e influência) dos povos nativos e lidar com um grupo que, desde a Grécia Balcânica, já era heterogêneo tornava necessário organizar e

³ Essa informação acerca da ágora ateniense é dada por Moses Finley (1977: 133) a partir de relatos textuais, e corresponde principalmente ao fim do século V a.C. e ao século IV a.C.

⁴ Apoikia é o nome dado a qualquer assentamento fundado por imigrantes gregos a partir do século VIII a.C. Vide glossário Labeca (<<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>). Acessado em 09/12/2015.

controlar a extensão do território ocupado, além de firmar a identidade da nova cidade dotando-a de caracteres gregos – cabe observar, esses fundadores não traziam consigo um modelo pronto de pólis, uma vez que ela ainda estava em desenvolvimento na Grécia peninsular. Nesse cenário, é compreensível o sucesso de tantos governos tirânicos nas apoikias gregas: a mobilização de recursos e energia exigidos para executar obras monumentais capazes de ordenar e proteger o território recém-ocupado implicava num poder fortemente centralizado (HIRATA 2010a).

Assim, esta pesquisa está estruturada no exame da pólis ocidental de Siracusa e da pólis de Atenas que, mais bem documentada, continua sendo a nossa maior referência sobre o mundo grego antigo. Isso é justificado pelas semelhanças no desenvolvimento urbanístico e político presentes entre as duas cidades: assim como Atenas, a pólis de Siracusa também foi marcada pela alternância de governos oligárquicos, democráticos e severas tiranias que recorreram à monumentalidade para comunicar, preservar e ampliar seus poderes em face da comunidade cívica. Igualmente é notável o ímpeto “imperialista” que levou ambas as cidades a participarem ativamente da fundação de apoikias e de conflitos econômicos e territoriais com outras *poleis*. Além disso, importantes autores antigos dedicaram-se a narrar a história de Siracusa devido à sua inegável esfera de influência geopolítica siceliota, como o historiador Diodoro Sículo e o poeta Píndaro. Junto a essa tradição histórica siracusana constituída a partir das fontes textuais, têm-se os esforços empreendidos pela Arqueologia desde o século XIX: escavações sistemáticas, primeiramente realizadas pela escola italiana de Paolo Orsi, e depois ainda inspiradas por seus métodos, jogaram luz sobre uma grande quantidade de monumentos administrativos e religiosos que auxiliaram no entendimento daquelas sociedades, seus processos de conquista e colonização, permitindo enfim um estudo comparativo mais bem fundamentado em relação à pólis ateniense. O período estudado estende-se do século VI a.C., século marcado por tiranias e grandes cidades aristocráticas, até os séculos V e IV a.C., quando as comunidades políticas, as grandes confederações de *poleis* e os elementos pan-helênicos atingem seu ápice.

Antes de iniciar a descrição e classificação dos monumentos e plantas das *poleis* mencionadas, o **Capítulo 1: Algumas questões sobre a paisagem** é dedicado a pormenorizar os conceitos de paisagem e poder, e como eles contribuíram ao estudo da representação espacial na Arqueologia; embora amplo e, por vezes, escapando do contexto geográfico e temporal de nosso tema, esse capítulo mostra-se importante na medida em que direciona o leitor ao arcabouço teórico-metodológico que sustenta nossa interpretação.

O Capítulo 2: Centros de poder na Grécia – a expansão urbanística de Atenas e Siracusa reúne os dados obtidos a partir da documentação arqueológica e textual sobre as cidades que são os alvos de nossa análise (Siracusa e Atenas) levando em consideração: (A) a instalação e reinstalação monumental de malha viária urbana, muros e posicionamento de portas nos muros; (B) a instalação de malhas viárias na *khóra*; (C) o posicionamento de edifícios administrativos, fontes de água e aquedutos, templos e santuários monumentalizados, bem como sua dimensão e proporção em relação às demais instalações urbanas e rurais. Incluímos também aqui uma breve introdução sobre o processo de expansão grega a partir do século VIII a.C., sobretudo na Magna Grécia e na Sicília, a fim de elencar alguns elementos particulares dessas fundações que estarão presentes na exposição de Siracusa e de outras apoikias gregas nos próximos capítulos.

O Capítulo 3: Repertório descritivo de outras cidades do mundo grego apresenta um inventário descritivo das áreas urbanas e rurais de outras *poleis* gregas localizadas em diferentes regiões (Metaponto, Camarina, Himera, Tasos e Cirene) de sorte a conferirmos maior densidade às conclusões esperadas. Todas essas cidades foram bem escavadas e nos fornecem uma amostragem de diversas áreas do mundo grego (Grécia Ocidental, Mar Egeu e Norte da África), além de possuírem uma rica história política que se reflete na urbanização. Ainda nos casos de Himera e Camarina, ambas as cidades foram alvo constante da intervenção de governos siracusanos, participando ativamente de importantes eventos na Sicília grega.

Dados os fundamentos metodológicos e os estudos de caso desta pesquisa, articularemos enfim no **Capítulo 4: Monumentalidade, urbanismo e representações de poder** as informações coletadas sobre Atenas e Siracusa (comparando-as, quando possível, às demais *poleis*) a fim de compreender em que medida os critérios de organização do espaço e os projetos arquitetônicos são influenciados pelo desenvolvimento político e social daquelas populações. Propõe-se aqui um ensaio acerca da apropriação do espaço público na pólis por variados regimes políticos, bem como a materialização de seu domínio na forma de monumentos, deslocamentos populacionais compulsórios, instalação de plantas regulares e do culto cívico ao herói enquanto instrumentos de poder e identidade, recorrendo ao uso do espaço para manifestar ideologicamente relações sociais assimétricas em sociedades hierarquizadas. Com essas indagações, pretende-se corroborar a ideia de ser a monumentalização no espaço grego um modo de “discurso” ou “narrativa visual” que define normas de comportamento e estabelece hierarquias sociais, além de expressar materialmente os valores daqueles grupos – mas sem estabelecer uma relação unívoca, se

partirmos da premissa de que a organização sociocultural e a expressão material de uma sociedade se constroem mutuamente (ASHMORE & KNAPP 1999; RAPOPORT 1990a; 1990b; TRIGGER 1990).

CAPÍTULO 1 – ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PAISAGEM

A importância do conceito de paisagem não é recente na Arqueologia. A transição entre os séculos XIX e XX, calcada na Revolução Industrial e no Nacionalismo, viu a disciplina servir para legitimar as nações com base nos vestígios encontrados num determinado território, promovendo um senso de identidade étnica. A paisagem, logo, carregava um viés territorialista e identitário, muito embora fosse mais um *background*, uma entidade estática pronta a absorver os vestígios materiais dos povos que ali viveram e servir como testemunha do passado. É certo que utilizar o território para fins “imperialistas” ou mesmo como suporte de teorias raciais que justificaram, em dadas ocasiões, episódios de violência extrema afetam diretamente princípios éticos e morais de nossa sociedade, mas o fato é que a preocupação política com o *espaço*, o *lugar* onde ocorrem as coisas sempre esteve presente, seja na Arqueologia, seja em outras ciências. Essa mesma paisagem, no entanto, ganhou novos ares a partir da década de 1960; paulatinamente, as paisagens tornaram-se *culturais* aos olhos dos arqueólogos, restituindo significados simbólicos e componentes ideológicos que atuavam no cotidiano das sociedades – e longe de ser agora um mero quadro onde eram depositados os vestígios materiais.⁵ Tamanha guinada nos estudos do espaço não originou uma definição única e total do conceito de paisagem, conforme nos indicam as múltiplas abordagens do tema na Arqueologia contemporânea – ora focalizando aspectos ambientais, ora aprofundando fenômenos cognitivos ligados à construção social e humana da paisagem, ora adquirindo uma perspectiva linguística e fenomenológica como a adotada (ainda mais recentemente) por Christopher Tilley e seus seguidores (ASHMORE & KNAPP 1999; TILLEY 1994).

Fazer um compêndio dessas diferentes visões sobre o espaço na teoria arqueológica não é o objetivo deste capítulo. Mais profícuo seria, por outro lado, apresentar aqui os principais fundamentos da noção de paisagem que servirão de base às interpretações feitas em nossa pesquisa. De maneira geral, é possível afirmar que a estrutura do espaço está imbuída, a nosso ver, de princípios cosmológicos e simbólicos, cabendo ao arqueólogo descobrir como recuperá-los em contextos frequentemente desprovidos do auxílio de fontes textuais ou iconográficas (PEARSON & RICHARDS 1994). Além disso, as ideias de ordem e classificação expressadas em projetos arquitetônicos, tanto como o usufruto de lugares

⁵ O conceito de *paisagem cultural* já havia sido formulado pelo geógrafo Carl Sauer, em 1925, em oposição à ideia de *paisagem natural*. Hoje, a Geografia Humana lida essencialmente com paisagens culturais, entendidas como condutoras das ações humanas, enquanto as alas pós-modernistas veem a paisagem como “imagens culturais”, “textos” ou “leituras”. In: Ashmore & Knapp (1999), p. 3.

vistos *a priori* como puramente naturais e intocados pelo homem (por exemplo, uma pedra encontrada no meio do caminho, tomada então como marco topográfico para indicar direção, limites ou fronteiras) comprovam que esses espaços são culturalmente construídos e obtêm seus significados por meio das práticas sociais. Nesse sentido, convém retomar os estudos desenvolvidos por Amos Rapoport, arquiteto norte-americano que traz uma abordagem sociológica do espaço ao utilizar o conceito de *ambiente construído*.

Segundo o autor, os ambientes também influenciam as relações sociais, comunicando identidade, normas e status aos membros do grupo, e, por conseguinte, indicando hierarquias; todos esses mecanismos foram criados por sistemas de valores pré-definidos (i.e os sistemas culturais) e tornam-se responsáveis por guiar aquelas pessoas a tipos aceitáveis de comportamento. Esses ambientes codificados – cabe lembrar, tais códigos não pertencem a uma linguagem escrita – são resultado de uma ação dinâmica e reflexiva, posto que fossem pensados antes de serem construídos, e ao mesmo tempo fossem construídos a fim de pensar e agir (RAPOPORT 1990b: 57-58). Igualmente importante é salientar que, mesmo dotado de agência, o ambiente construído ocupa uma posição secundária, pois é construído e pensado pelo homem antes, para que esse mesmo ambiente possa pensar e agir, uma atuação humana que é anterior dentro das cadeias operatórias que envolvem a produção desse material.

Assim, o uso passado do espaço não seria compreendido pela reconstrução de atividades específicas, mas pela sua padronização: os “sistemas de atividade”, recorrências impressas no registro material, reveladoras do uso dos espaços construídos (RAPOPORT 1990a). O ambiente construído tornar-se-ia fruto de elementos específico-temporais e elementos específico-culturais “semifixos”, que funcionariam como “dispositivos mnemônicos, para lembrar a seus usuários tipos específicos de comportamento” (RAPOPORT 1990a: 12). Os códigos desenvolvidos a partir das relações sociais estariam então encerrados no ambiente construído, e ao serem decodificados pelos usuários, promoveriam a interação entre o meio e as comunidades que ali habitam – é o “interacionismo simbólico” (RAPOPORT 1990b: 59). Em suma, o significado de um espaço seria determinado historicamente e culturalmente, e ao mesmo tempo em que o ambiente encerra marcas culturais de um grupo, ele também o influencia. Funda-se, portanto, uma espécie de comunicação não verbal com a sociedade, uma comunicação visual capaz de inibir ou favorecer comportamentos latentes, bem como incluir ou excluir grupos sociais.

Mas quais são e onde estão inseridos os significados na paisagem? E como uma paisagem é formalmente determinada? Para responder a essas perguntas, recorreremos

como ponto de partida ao capítulo escrito por Wendy Ashmore e Arthur Bernard Knapp em *Archaeologies of Landscape* (1999), obra que reúne textos de autores diversos e foi também coeditada pelos dois pesquisadores. Knapp é professor honorário da Universidade de Glasgow e coordenou durante muito tempo alguns trabalhos de escavação em Chipre, produzindo extensa bibliografia sobre a Arqueologia da Paisagem e artigos relacionados às sociedades pretéritas do leste do Mar Mediterrâneo. Ashmore é pesquisadora da Universidade da Califórnia e dedicou-se à Arqueologia Pré-Colombiana, em especial a utilização social do espaço, da arquitetura e os padrões de assentamento na antiga sociedade Maia. Para eles, o interesse arqueológico sobre a natureza da paisagem e seu papel na investigação do passado deixou de ser pautado pela visão minimalista que considerava a paisagem um fundo estático e passivo; tampouco a paisagem é vista apenas de acordo com as perspectivas simplistas da economia ou política (recursos econômicos ou condições estratégicas militares, por exemplo). A ênfase hoje recai sobre as dimensões sociossimbólicas da paisagem, que só existe em virtude de ser percebida, experienciada e contextualizada pelos seres-humanos (ASHMORE & KNAPP 1999: 1). Conforme veremos, essas paisagens construídas e conceitualizadas pela percepção humana ocupam um *continuum* no tempo em razão dos elementos mnemônicos que encerram, constituindo uma *memória social*.

É necessário ressaltar, de início, que mesmo as características geográficas ou naturais da paisagem possuem significância culturalmente construída, e para se apreender a totalidade de significados nesses locais é fundamental adotar uma abordagem holística. Os monumentos são parte importante da compreensão de qualquer paisagem, em vista do papel central que possuem na vida pública e no conjunto cerimonial de uma comunidade, mas o entendimento completo sobre o espaço estudado somente é alcançado se formos além e levarmos em conta tudo o que é apropriado socialmente e participa de comunicações interculturais. Nessa perspectiva, seguimos as linhas teórico-metodológicas pós-processuais que tratam o ambiente construído de maneira subjetiva, algo que condiciona e, ao mesmo tempo, é derivado da experiência humana; ele tem, portanto, significados culturais e temporais específicos – grupos distintos em temporalidades distintas podem habitar o mesmo local, mas não o percebem da mesma forma –, conquanto apresente continuidades em alguns significados devido aos mecanismos de tradição e memória. Por fim, deve-se lembrar de que a própria definição do termo paisagem é instável e relativa, resultada de pré-concepções e de pontos de vista artísticos e científicos muito particulares, tal qual a utilização de conceitos como espaço e lugar igualmente relacionados a contextos históricos

específicos. Desse modo, a definição adotada nesta pesquisa aproxima-se daquela pós-moderna formulada pelo arqueólogo Robert Johnston quando ele refuta distinguir a paisagem “real”, objetiva, de uma paisagem percebida, pois todas elas são, em certa medida, contextuais e inerentes, imbricadas nos modos de viver, ser e sentir de cada sujeito (JOHNSTON 1998a; 1998b).

O ambiente é, pois, meio de expressão social, e funciona como uma amostra do conjunto de crenças e tecnologias do passado e do presente, *mas ele não é só isso*. Ao contrário, ele também age na constante resignificação dos símbolos partilhados culturalmente por meio das práticas sociais desenvolvidas no cotidiano, constituindo o interacionismo simbólico mencionado por Rapoport. Por isso, Ashmore e Knapp denominam três categorias de paisagens culturais – as construídas, as conceitualizadas e as ideacionais –, embora afirmem que todo ambiente é uma fusão desses três tipos, um local onde as memórias, as identidades e as cosmovisões são permanentemente criadas e reinventadas (ASHMORE & KNAPP 1999: 9-10). Como *paisagens construídas*, podem-se indicar aquelas “claramente definidas” e, em parte, aquelas “desenvolvidas organicamente”, segundo a terminologia adotada pela UNESCO.⁶ Paisagens “claramente definidas”, como o próprio nome diz, são designadas e criadas intencionalmente – estruturas monumentais, por exemplo –, ao passo que as “desenvolvidas organicamente” são núcleos socioeconômicos, administrativos e religiosos que evoluem em resposta às exigências ambientais, tais como complexos agrícolas, terraços cultiváveis, minas e pedreiras (ASHMORE & KNAPP 1999: 9). Esses locais tiveram, durante um longo tempo, seus significados e valores “congelados” pela Arqueologia, ocasionando diversos conflitos no âmbito do patrimônio histórico; isso porque os discursos do passado e a herança cultural não são apenas locais, mas sim repercutem além das fronteiras do sítio, da comunidade ou mesmo do país. A própria importância varia: o que é importante para um local pode não ser para outro, ou algo só adquire importância quando é destruído e desaparece.⁷ Já as *paisagens conceitualizadas* associam-se às paisagens “culturais associativas” da UNESCO, como terras consideradas sagradas, mas que ocupam áreas fora do núcleo urbano. Por fim, as *paisagens ideacionais* relacionam-se aos símbolos e imagens mentais e, logo, estão carregadas de subjetividade

⁶ A definição de paisagem cultural elaborada pela UNESCO, suas categorias e subcategorias podem ser visualizadas em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>>. Acessado em 09/12/2015.

⁷ Por exemplo, a destruição das estátuas dos Budas pelo Talibã, no Afeganistão. Mesmo com claras motivações políticas, o episódio foi justificado pelo governo como necessário ao ruir ícones nacionais do passado (uma “herança negativa”) que afrontavam sua versão do Islamismo. Logo, essa memória deveria ser apagada e substituída pela construção de uma identidade contemporânea daquela nação. Mas isso cria o *paradoxo da preservação*: a manutenção da memória de um grupo só é possível, muitas vezes, a partir da destruição da herança de outro grupo. In: Colwell-Chanthaphonh (2009).

(i.e as ideias dos indivíduos sobre o mundo que os rodeia, suas identidades sociais e seus níveis cognitivos), tanto de quem as fez (antigos e novos habitantes) como do arqueólogo que as interpreta – o que John Bintliff nomeia *paisagens mentais* (BINTLIFF *apud* ASHMORE & KNAPP 1999: 12). Para Ashmore e Knapp:

(...) uma paisagem ideacional é tanto “imaginativa” (no sentido de ser uma imagem mental de algo) e emocional (no sentido de cultivar ou evocar alguns valores ou ideais espirituais). O termo também é entendido para mostrar uma perspectiva interna, mas arqueólogos claramente impõem noções de fora. “Ideacional” deveria ser considerado como distinto de “ideológico”, pretendendo-se ser mais que “sagrado” ou “simbólico”. Paisagens ideacionais podem prover mensagens morais, contar histórias míticas e recordar genealogias, mas não podemos assumir que elas sempre ou necessariamente abarquem o tipo de doutrina unificada e inteiramente articulada comumente implicada no termo “ideologia” (ASHMORE & KNAPP 1999: 12).⁸

Não se confundem, portanto, os conceitos de *paisagem ideacional* e *paisagem ideológica*, visto que a primeira não se limita à formalização sistêmica e institucional da segunda, ainda que esteja com frequência embebida nela. De toda forma, tal qual encaramos a paisagem como um elemento construído, conceitualizado e ideacional, ela também deve ser concebida como manifestação de memória, identidade, transformação e ordem social. Ao manifestar a memória, por exemplo, a paisagem fixa histórias individuais e sociais no espaço, introduzindo até mesmo uma “memória cultural” recheada de princípios morais e éticos das gerações anteriores, triunfos e catástrofes que possibilitam moldar novas memórias ali produzidas.⁹ Essa herança cultural, por último, territorializa poderes e condiciona identidades étnicas e políticas na longa duração, a despeito de mudanças que

⁸ Todas as traduções de obras estrangeiras aqui apresentadas são de nossa autoria (vide na bibliografia as edições utilizadas), salvo indicação do contrário.

⁹ As discussões interdisciplinares sobre a natureza psíquica e social da memória cresceram exponencialmente nas últimas décadas, influenciadas em especial pela historiografia dos regimes ditatoriais do século XX. Vide: Halbwachs (1990), Pollak (1989), Ricoeur (2007) e Sarlo (2007). Isso não será tratado aqui; basta, por ora, destacar que esses estudos apontam um vínculo entre memória pessoal e memória coletiva, além da constante institucionalização da memória para se criar identidades nacionais.

possam ocorrer nos significados presentes na paisagem entre uma geração e outra: a paisagem torna-se um microcosmo, mantido pela comunidade em termos cerimoniais e simbólicos e atribuindo-se um senso identitário diacronicamente e conceitualmente. A paisagem nos oferece enfim meios de interpretar as sociedades ao agrupar o *habitus*,¹⁰ as expressões materiais das atividades humanas como papéis sociais, relações de gênero ou idade, embora para isso seja necessário que o arqueólogo evite impor suas próprias (e por vezes hierárquicas) noções de ordem social e que assuma a paisagem como ambiente de transformação (ASHMORE & KNAPP 1999: 13-19). Ou seja, monumentos e mesmo paisagens inteiras podem ser alterados e reutilizados pelas pessoas, possuindo um ciclo de vida como qualquer outro vestígio arqueológico; isso ocorre com o artefato, por exemplo, que pode ter uma vida completamente diferente daquela que possui quando está enterrado: de contexto arqueológico pode voltar a ser parte de um contexto sistêmico, ganhando novas interpretações e usos, tanto para relatórios de escavações arqueológicas, como na Educação Patrimonial exercida pelos museus. Os autores finalizam o capítulo afirmando que a paisagem não é exclusivamente natural, tampouco totalmente cultural, e sim uma mediação entre ambos e parte integral do *habitus* de Bourdieu, em que as pessoas ativamente experienciam o mundo à sua volta e expressam um sentimento de *lugar*, de acordo, é claro, com seu contexto histórico (ASHMORE & KNAPP 1999: 20-21).

Agência, poder e *habitus*

Na definição de paisagem que expusemos até agora, é preciso examinar com atenção o uso de três conceitos-chave e como eles se articulam. O primeiro é o conceito de *agência*. Conforme Ian Hodder, a agência acontece quando os recursos materiais e informacionais dão aos indivíduos “o poder de agir” (HODDER *apud* KNAPP & van DOMMELEN 2008: 21). Já Henrietta Moore diz que as recentes pesquisas sobre o tema foram responsáveis por combinar os conceitos de *agência* e *ator*, como se os vestígios materiais da agência evidenciassem, na realidade, certos sujeitos na história e seus atributos específicos (MOORE 2000: 260). Buscar indivíduos no passado põe-se como uma difícil tarefa, sobretudo se pensarmos que a personalidade é relacional e depende, em qualquer temporalidade, das relações humanas ao redor – são estes relacionamentos que o arqueólogo consegue explorar, mesmo porque a própria crença no indivíduo autônomo ou transcendental é um construto cultural do Ocidente moderno, correndo o risco de ser

¹⁰ Conceito formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu e que será retomado mais adiante (cf. página 23).

anacrônico se aplicado no passado distante (THOMAS *apud* KNAPP & van DOMMELEN 2008: 15-16). É claro que todos esses autores não negam que possa ter existido a noção de individualidade em sociedades antigas: o que está em jogo é saber como chegar a essa individualidade, e principalmente saber se essa empreitada é de fato possível. Se recuperarmos a ideia de personalidade relacional, é possível guiar nossos esforços em direção ao contexto, sem totalizar os “indivíduos” em um só, senão focalizar as práticas sociais e as redes de relacionamentos pelas quais as pessoas são produzidas e nas quais elas produzem materialidade. Novamente: não se nega a existência do “indivíduo” em sociedades pretéritas e sua marca na cultura material, mas pretende-se partir de artefatos ou paisagens experienciados individualmente para se chegar à cosmovisão e, finalmente, à cosmogonia daqueles grupos. Embora o registro material traga consigo uma identidade saliente ou uma intencionalidade singular, nosso objetivo não é reconstituir a “pessoa real” refletida ou representada na paisagem, e sim dar conta das múltiplas identidades que fazem parte dela, dos signos ali reunidos que sustentam aquele aparato social e da própria condição da paisagem enquanto uma personalidade. Tudo isso nos responde sobre o contexto espacial e temporal que está sendo estudado.¹¹

A materialização do indivíduo é então composta de elementos culturais e naturais, reunidos num dado tempo e espaço por meio das ações acumuladas ao longo da história e dos relacionamentos interpessoais mantidos por aquele sujeito; o conceito de indivíduo, portanto, é uma constante negociação entre diferentes preocupações sociais e pessoais (KNAPP & van DOMMELEN 2008). No caso das tiranias gregas, percebemos que fossem ou não de origem aristocrática, os tiranos constantemente impuseram reformas urbanísticas e programas construtivos que enalteciam projetos políticos próprios, e não representantes de toda uma classe dominante; porém, todas essas novas tiranias incorporaram, por diversas vezes, os valores aristocráticos sob uma nova roupagem (HIRATA 2010a; MOSSÉ 1962; cf. páginas 41-43, 52, 81-97, 167-171, 182-184 desta dissertação). Dessa forma, seguimos ao exame do segundo conceito-chave em nossa definição de paisagem: o *poder*. Para Julian Thomas, cuja arqueologia está mais próxima da abordagem foucaultiana de poder (discutida em detalhes logo adiante), as pessoas diferenciam-se dentro de um grupo

¹¹ Diversos autores realizaram estudos consistentes acerca da agência dos indivíduos na produção da cultura material, baseados em conjuntos de análises etnográficas e contextos arqueológicos. Erica Hill, por exemplo, afirma que as representações humanas de vítimas de sacrifícios na arte Mochica eram feitas de maneiras distintas, na medida em que os homens eram representados anonimamente e em grupo, ao passo que as mulheres eram sempre personalizadas, possivelmente por desempenharem papéis específicos nos rituais. In: Hill (2000). Isso não indica, a nosso ver, uma sobreposição do pessoal ao social, pois o entendimento da paulatina complexificação das sociedades somente é alcançado se reconhecermos a relação dialética entre a sociedade e seus membros: o ícone feminino poderia ser individualizado, mas a tradição e o rito eram sociais.

devido às posições que elas ocupam nas redes de dominação, resistência e conhecimento, sendo o poder não uma força externa e opressora capaz de determinar o papel social de cada indivíduo, mas uma série de possibilidades imanentes às relações sociais e materiais (THOMAS 2004). Conquanto a maior parte das análises sobre o poder seja direcionada aos seus fundamentos institucionais e suas estruturas ideológicas, o poder é tomado como algo historicamente contingente, negociável e afeito aos interesses pessoais, que afeta todas as esferas das relações sociais e provoca forte impacto nos indivíduos (e é impactado por eles). Mais uma vez, partimos de expressões materiais iconográficas¹² que representam as vozes de um discurso dominante (ou dominado?) para compreender quais são as relações hierárquicas de dominação, o contexto maior onde vivem as particularidades.

Mas o que é, afinal, o poder? Dentre tantos autores que tentaram responder a essa pergunta, Michel Foucault elaboraria, ainda na década de 1970, uma profunda reflexão sobre o tema ao enunciar o princípio das *relações de poder*, conceito ao qual recorreremos para entender as paisagens na Grécia antiga. Assim, a visão tradicional de poder até aquele momento transformava-o numa entidade controladora, algo estático que se recebia de fora e não era naturalmente intrínseco ao ser humano. Já Foucault entendia o poder como dinâmico e fenomênico, nem onisciente, tampouco onipotente: instável, ele não se exerce de cima para baixo, mas de maneira dialógica entre as instituições e os indivíduos. Além disso, o poder é pedagógico, pois ninguém nasce cômico do poder que tem, tornando necessárias as relações humanas para que todos os membros possam aprender. Por fim, as relações de poder estão em sintonia com o grau de liberdade de cada indivíduo (todos têm sua autonomia, embora não signifique que estejam conscientes disso),¹³ e devem ser pautadas pela responsabilidade social, uma vez que a tomada de consciência de nossa liberdade exige que nos preocupemos com aqueles que a possuem há mais tempo (mais experientes) e igualmente com quem ainda não a possui. É a partir desse estado de liberdade que conseguimos tomar nossas próprias decisões, sempre de acordo com as normas e padrões estabelecidos no contrato social e com o objetivo de aprimorar a nossa existência enquanto comunidade. De todo modo, é preciso ressaltar que não obstante as

¹² A iconografia representa, a partir dos elementos simbólicos, os signos que sustentam o aparato social, dentro de um contexto específico e para dar voz a uma narrativa específica – essa narrativa, porém, não pode ser confundida com um discurso político, uma simples mensagem a ser passada por meio de um mediador. Pensada assim, a paisagem também pode ser entendida como uma iconografia, um texto cuja linguagem foi adquirida graças à voz dos seus habitantes e de sua história, responsáveis por atribuir significância a ela, bem como um ente integrante do sistema de comunicação (e, portanto, também agente). Para uma ampla discussão teórica acerca da iconografia (e diferentes pontos de vista), ver Brotherston (1997), Gell (1998), Layton (1991) e Ingold (2000). Essa discussão também está presente em Ashmore & Sabloff (2002), que nos fornecem uma interessante interpretação sobre a paisagem Maia.

¹³ Logo, ao se desfazer da falsa ideia de poder onisciente e onipotente (tradicionalmente praticado pelas instituições, que se valem da ignorância dos sujeitos para dominá-los), o indivíduo poderia ser realmente livre.

relações humanas cotidianas serem orquestradas mais pelas instituições do que pelos próprios indivíduos que se relacionam, o poder não é exclusivamente institucional e também depende da autonomia de cada indivíduo. Têm-se então relações de poder sempre que alguém tenciona conduzir o outro, seja em conversas ou acordos feitos entre líderes de governo, entre o gerente de uma empresa e seu subordinado, o dia a dia de um casal, ou mesmo uma pessoa comum pedindo orientação na rua. Mas se um deseja conduzir o outro, o outro deve estar ciente da sua liberdade, ou não se estabelece de fato uma relação de poder; nesse caso, fundar-se-ia um falso poder, em que o primeiro sujeito manipula o outro ao fazê-lo crer num poder soberano que, na verdade, não existe (FOUCAULT 1994).

As relações de poder seriam, em última instância, *relações de comunicação*. É por isso que, na paisagem, uma série de símbolos, signos e agentes comunica, conduz e mantém constantes relações de poder. Além disso, esses relacionamentos são contextuais e ocupam diversos níveis de estruturas, e por essa razão o poder não é apreendido da mesma forma em diferentes temporalidades; a título de exemplo, algumas sociedades tiveram, em dados momentos, as relações políticas de poder centradas entre os membros da comunidade mais abastados economicamente, ao passo que em outras ocasiões as relações políticas mantiveram-se restritas aos sacerdotes ou outras pessoas encarregadas das funções religiosas. Em resumo, adotamos aqui a ideia de relações de poder que leva em conta as motivações pessoais (mesmo que influenciadas em diferentes níveis por estruturas hegemônicas), os limites estruturais das instituições e a possibilidade da contingência.

Até aqui percebemos como a noção de agência e a imagem do “eu” são culturalmente e historicamente construídas, produtos de um contexto social. Não podemos esquecer, por outro lado, que as pessoas no passado eram dotadas de características humanas, e tal qual usufruímos de nossa imaginação e livre-arbítrio hoje, o homem antigo também era um agente social capaz de experienciar o mundo à sua maneira e alterar a própria história. Cabe então analisarmos o terceiro conceito-chave, o *habitus*. Noção filosófica antiga (já presente na obra de Aristóteles), o conceito foi revisto nos últimos séculos por diferentes autores e escolas de pensamento, e finalmente integrou, a partir da década de 1960, a obra do sociólogo Pierre Bourdieu. Em suma, o *habitus* de Bourdieu elimina a dicotomia entre o social e o individual ao conciliar as realidades exteriores e interiores, reunindo sistemas de disposições internas duráveis e transferíveis (de certo modo, o cotidiano e as negociações de legitimação de poder que se inserem na vida das pessoas) e estruturas predispostas a funcionar como estruturantes, ou seja, como princípios

que geram e organizam práticas e representações. Tais sistemas de disposições internas funcionam como matrizes de percepções e ações que são continuamente adquiridas numa prática anterior e transferidas para novas situações.

Logo, o *habitus* resume uma aptidão social que é variável no tempo, no lugar e, sobretudo, nas distribuições de poder; ele é encontrado em várias esferas da sociedade (como alimentação, vestuário, política, relações amorosas e de matrimônio), fundamentando os estilos de vida entre indivíduos do mesmo grupo; ele não é estático, sendo as disposições potencialmente corroídas caso sofram exposição a novas forças externas, embora tenda a produzir práticas anteriores em situações de estabilidade – neste sentido, ele funcionaria como um “capital acumulado”, possibilitando aos agentes participarem ativamente do mundo social com instrumentos feitos por esse mesmo mundo e partilhados por todos aqueles submetidos a condições sociais similares, mas é também individualizante na medida em que cada pessoa teria a sua trajetória e localização únicas, agregando esquemas por vezes distintos. Por último, o *habitus* não é um mecanismo autossuficiente de ação, e sim opera como uma “mola” que necessita de um gatilho externo – os mundos sociais particulares ou “campos” no interior dos quais ele evolui (WACQUANT 2007: 66-69). Ao *habitus*, portanto, segue o conceito de *campo*: um espaço estruturado dotado de mecanismos próprios e onde os agentes tomam suas posições e fazem suas trajetórias (BOURDIEU 1983).

Dessa maneira, Bourdieu reconhece o importante papel das estruturas sociais, mas ao contrário dos estruturalistas mais conservadores ele não negligencia a atuação dos agentes sociais e das estruturas mentais ao determinar a vida em sociedade. Ao mesmo tempo em que internalizamos regras e normas, alguns aspectos de nossas condutas não são previsíveis: tem-se então a capacidade de improvisação. Há uma relação dialética e causal entre as relações subjetivas do *habitus* e as propriedades estruturais dos contextos de socialização, atuação e experiência dos agentes (as relações objetivas do *campo*). Logo, o *habitus* tem um caráter historicamente cíclico que tende a reproduzir práticas sociais e relações de poder, mas igualmente configura um princípio gerador de práticas e representações, “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante” das mesmas estruturas que o estruturaram (BOURDIEU 1983: 61). Este “duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (BOURDIEU 1983: 47) permite que os indivíduos orientem suas condutas sociais para determinados fins sem que tenham explicitamente planejado ou que estejam completamente conscientes disso; bastaria, pois, alterarem seu *habitus* de forma intuitiva sempre que fosse necessário.

Em resumo, a nossa definição de paisagem incorpora a teoria prática de Bourdieu ao contrabalançar aquela ênfase individualista dos arqueólogos modernos (especialmente aqueles engajados em arqueologias “pós-pós-processualistas” voltadas à multivocalidade e às minorias sociais) e o viés estritamente estruturalista e sistêmico das escolas anteriores. Assim, as escolhas discursivas que constituem as paisagens expressam disposições, percepções e práticas inconscientes e internalizadas e que foram compartilhadas entre pessoas consoantes culturalmente e socialmente, gerando enfim modelos de comportamento para esses grupos. O *habitus* dá lugar a um mundo criado de forma inteligível e impregnado de significados, onde convivem as estruturas e os relacionamentos culturais interpessoais; já sua materialização igualmente estimula e constrange (de forma consciente ou não) as experiências sociais dos agentes humanos, quase uma “teoria dinâmica da cultura material” que demonstra serem estrutura e agência mediadas por intermédio da prática (DIETLER & HERBICH *apud* KNAPP & van DOMMELEN 2008: 22-23).

Nessa perspectiva, deve-se observar que a cultura material é resultado de um fenômeno relacional e dinâmico, mas as condições de sua existência são mais definidas em termos das estruturas fundamentais do que das ações individuais.

Habitus não é um “aspecto” individual de qualquer tipo, pois as disposições somente podem existir dentro de e entre as ações das pessoas que as reproduzem. Ao contrário da agência, *habitus* é, com efeito, apenas fracamente associado com intencionalidade (discursiva) e, ao invés disso, fortemente conectado às circunstâncias maiores (“estruturas”) nas quais as pessoas vivem suas vidas e decidem suas ações. Mais do que qualquer coisa, isso é sobre as relações entre pessoas e seu contexto social, e sobre atribuir significado a ele – como as pessoas concebem a si mesmas é parte integrante desses indicadores relacionais. As pessoas podem ter em certos momentos desempenhado papéis singulares dentro de suas casas, comunidades, paisagens e formas de governo, ou mesmo em suas tentativas de comunicarem-se diretamente com o divino, mas o ponto crucial é que elas sempre participaram e permaneceram membros de

“coletividades” sociais (KNAPP & van DOMMELEN 2008: 23).

Se havia no passado uma definição de indivíduo próxima da existente no Ocidente moderno, isso é irrelevante: ao longo da história, é certo que a agência operou por meio de pessoas conscientes de sua existência e de suas capacidades, e a noção de indivíduo (ou a falta de) sempre foi um construto culturalmente específico. Deve-se, contudo, analisar as sociedades pretéritas à luz dos parâmetros de suas ações, que nos indicam as alternativas e limitações da atuação individual em qualquer meio social dado; numa perspectiva cíclica, a sociedade é feita de indivíduos que agem e falam de maneira significativa de modo a criar esse mundo social que lhes fornece, por sua vez, a identidade e a existência (MOORE *apud* KNAPP & van DOMMELEN 2008: 23). É precisamente o conceito de *habitus* que une a experiência interna e subjetiva de identidades individuais e o seu contexto externo, social e objetivo, vinculando as atividades humanas a comunidades, redes de parentesco e demais coletividades. Além disso, convém ressaltar que a experiência individual e subjetiva só é possível a partir do contato com os outros, e isso se dá por meio das relações de poder. Longe de ser uma entidade ou um superorganismo, o poder é um circuito de relações e possibilidades inerentes à vida social, e por esta razão todos os relacionamentos são *a priori* relações de poder, haja vista terem potencial de estimular ou coibir ações. Assim, a existência de uma sociedade sem o poder é impossível; por conseguinte, a paisagem como ambiente construído a partir da prática e mudança social é inevitavelmente parte dessas relações de poder, e o fato de existir, como vimos, diferentes formas de poder no espaço e no tempo traz uma *paisagem do poder* bem característica da Grécia antiga – o nosso objeto de estudo.

A práxis ideológica nas relações de poder

É consenso hoje entre os arqueólogos que, para estudar o desenvolvimento de sociedades complexas, deve-se examinar também o importante papel das ideologias. Dentre as diferentes abordagens teóricas sobre o tema, optamos nesta pesquisa por uma definição de ideologia próxima àquela adotada por Colin Renfrew, influente autor na área da Arqueologia do Mediterrâneo que se preocupou em estabelecer critérios objetivos para o reconhecimento de práticas religiosas em contextos arqueológicos da Antiguidade. Segundo Renfrew, a ideologia:

(...) não é somente um reflexo epifenomênico da base econômica e política da sociedade, mas os meios pelos quais os grupos ativamente mantêm, resistem ou mudam seu poder relativo na sociedade (RENFREW 1982: 23 *apud* HIRATA 2010a: 24. Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata).

Portanto, toma-se aqui a ideologia como fonte de poder social, ou seja, a capacidade de controlar e gerenciar o trabalho e as atividades de um grupo para adquirir benefícios e status. Através da história, a emergência de líderes de governo e “heróis” deu-se muitas vezes por múltiplas combinações de poderes econômicos, políticos, militares e ideológicos; a predominância de um tipo ou de outro derivava, cabe lembrar, do contexto formado por circunstâncias históricas, especificidades culturais e desejos pessoais de todos os atores envolvidos, diferindo-se em custo, efetividade e durabilidade – a título de exemplo, um ambiente de guerra e de poder militar pode servir para estender um domínio político e ser bem-sucedido em curto prazo, mas é também custoso e instável num período de tempo mais longo. Já o domínio econômico pode ocorrer a partir de um sistema formal de propriedade da terra, que se relaciona ao volume de produção e exportação da comunidade; do desenvolvimento de sistemas de irrigação, capaz de restringir a autonomia de uma população agrária; ou ainda do controle, por parte das elites, das saídas para o mar, limitando assim o acesso aos recursos e mercadorias (DEMARRAIS; CASTILLO & EARLE 1996: 15-16). Em todos os casos mencionados, pode-se notar a existência de um princípio assimétrico nas relações de poder, visíveis na cultura material quando encontramos, por exemplo, referências a objetos de prestígio, raros e valiosos, em posse de poucas pessoas, ou deparamos com túmulos e construções monumentais, bem como grandes obras públicas. A possibilidade de facilitar ou restringir o acesso, acumular bens e reunir grandes quantidades de mão de obra nos evidencia a desigualdade social que marca as relações de poder desde o início da história humana, e essa assimetria é identificável na materialização do sistema simbólico de cada sociedade (HIRATA 2010a: 22).

A ideologia é composta tanto por um componente simbólico quanto um material, e por essa razão cabe a nós arqueólogos a tarefa de inferir os aspectos simbólicos (portanto, ideológicos) da cultura analisada com o auxílio da documentação que chega até o presente – nesse caso, os vestígios materiais. Se direcionarmos a análise para a paisagem, o

conceito de *iconografia do poder* aplicado ao espaço, recorrente na obra da pesquisadora italiana Francesca Veronese, parece-nos útil: nele, a ideologia é vista:

(...) não tanto como a superestrutura construída *a posteriori* para justificar uma ordem sociopolítica pré-constituída, mas mais como uma forma de “autorrepresentação” do poder com consequências diretas na organização espacial (VERONESE 2006: 51 *apud* HIRATA 2010a: 24. Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata).

Em síntese, os símbolos preservados no registro arqueológico – ícones, cerimônias ritualísticas, monumentos, músicas, sistemas de escrita etc. – indicam modelos de atividades sociais, políticas e econômicas, status de autoridades e as relações de poder geralmente marcadas pela supremacia de um segmento social que consegue impor sua ideologia sobre os demais. Isso é possível, em larga medida, graças ao processo de produção da cultura material: uma ideologia “dominante” sobrepõe-se a ideologias “dominadas” ao ser materializada na forma de paisagens, artefatos e monumentos, disseminando valores e crenças e ampliando a esfera de influência de uma autoridade central ao comunicar seu poder a populações residentes em locais mais distantes. Cerimônias (cultos religiosos, funerais, competições ou eventos ligados ao calendário agrícola, por exemplo) integram e definem uma identidade comum a grupos de pessoas. As fontes textuais gregas mencionam festividades que reuniam enormes quantidades de recursos materiais e agregavam públicos de diversas *poleis*; nessas ocasiões, os governantes regularmente disputavam poder e prestígio com a realização de banquetes, performances artísticas e a demonstração de hospitalidade, além de designar pessoas específicas para cuidar dos preparativos e sacerdotes para organizar os rituais religiosos. Já os objetos iconográficos podem indicar status sociais, funções políticas, informações de gênero, idade e etnia, assim como distribuir uma narrativa específica a muitas pessoas simultaneamente e estabelecer comunicação entre segmentos sociais e mesmo entre aliados de comunidades distintas – mensagens que reforçam relações de dependência e lealdade ou provocam verdadeiras crises políticas. Alguns objetos têm seu significado em perfeita conexão com o seu valor comercial, sendo geralmente feitos a partir de matérias-primas exóticas e de difícil obtenção; as elites podem então restringir o acesso a essas matérias-primas, à tecnologia e aos artesãos especializados, por exemplo. Outros objetos como amuletos podem ter um significado associado a linhagens de parentesco ou a

deidades, e cujos custos de produção são insignificantes; contudo, eles ainda asseguram identidades sociais e poder político. A arquitetura monumental (santuários de fronteira, marcos da paisagem, pirâmides, edifícios administrativos, estruturas defensivas, sistemas viários e de irrigação) efetua, de seu lado, uma comunicação em grande escala, representando ostensivamente o poder e a autoridade do líder ao se colocar visível para populações residentes em vastas áreas, bem como sinaliza o cerne político da sociedade por meio de edifícios especializados reunidos em núcleos urbanos – é o caso da ágora grega. Esses monumentos funcionam como propaganda do poder político e requerem planejamento, materiais, técnicas e força de trabalho que dependem da capacidade dos chefes para serem agrupados e materializados, sustentando relações verticalizadas dentro da sociedade. As paisagens monumentais também simbolizam a apropriação do espaço ao demarcarem fronteiras entre comunidades distintas e mesmo entre as esferas pública e privada, erigindo centros administrativos que representam o monopólio das elites e suas atividades cívicas; nesse sentido, a distribuição de lotes de terra cultiváveis, dos espaços domésticos e dos focos de vida pública configura um mapa do sistema sociopolítico e, como vimos em nossa definição de paisagem, a própria organização do cosmos. Por último, os documentos escritos (inscrições, genealogias, textos jurídicos, religiosos e literários) também manifestam fisicamente a ideologia e disseminam padrões de comportamento e ação política. Com efeito, o surgimento da escrita foi um dos principais acontecimentos da história humana, acompanhado desde o início por uma acentuada diferenciação social: a técnica era limitada a especialistas (escribas e intérpretes) educados e mantidos pelas camadas superiores. A evolução das tecnologias empregadas na confecção de textos escritos conferiu ao longo do tempo uma massificação da produção textual e do público – não à toa, as mídias são responsáveis atualmente por debates cotidianos que envolvem diferentes pontos de vista acerca das figuras públicas, favorecendo ou não propagandas políticas –; entretanto, numa época em que a escrita era privilégio de minorias abastadas, as informações armazenadas e veiculadas atendiam a interesses de poucos e transformavam a técnica da escrita num poderoso instrumento de dominação política (DEMARRAIS; CASTILLO & EARLE 1996: 17-19).

Todos os tipos de manifestação ideológica mencionados acima exibem, em maior ou menor grau, a realização de um *consumo conspícuo* forjado pelas camadas mais altas da sociedade. Bruce Trigger é quem nos traz uma aplicação arqueológica desse conceito por meio de seu influente artigo intitulado *Monumental Architecture* (1990), em que afirma ser o consumo conspícuo a máxima expressão do controle de energia (material e humana) a fim

de se obter o poder, controle esse que está realçado nos monumentos (i.e edifícios que excedem em escala e em qualidade as suas necessidades funcionais).¹⁴ Assim, conforme se acentuou a hierarquização das sociedades, o poder esteve associado ao controle da mão de obra, seja no trabalho assalariado ou servil, seja na hegemonia de certos serviços especializados, seja ainda no manejo de um aparato com características estatais (burocratas, soldados profissionais, sacerdotes), criando enfim símbolos de prestígio – mais ostensivos do que propriamente utilitários – ao reunir recursos materiais escassos e valiosos, grandes contingentes de trabalho humano e enormes quantidades de comida e equipamento cerimonial. Em suma:

Arquitetura monumental e bens de luxo pessoais tornaram-se símbolos de poder por serem vistos como personificação de grandes volumes de energia humana, e logo simbolizam a habilidade daqueles para quem foram feitos em controlar tal energia a um nível incomum. Além disso, ao participarem da construção de monumentos que glorificam o poder das classes superiores, os trabalhadores conhecem seu status subordinado e o sentido de sua própria inferioridade é reforçado (TRIGGER 1990: 125).

Nesse sentido, pode-se salientar que a inserção da arquitetura monumental nas intrincadas relações de poder (assunto que será retomado no quarto capítulo) ocupa somente uma parte na materialização de ideologias: tal como foi apontado anteriormente, a cultura material em sua totalidade participa desse processo, sendo então alvo potencial de

¹⁴ O conceito de consumo conspícuo não é recente: como bem afirma Trigger, foi o sociólogo norte-americano Thorstein Bunde Veblen que cunhou o termo em 1899 na obra *A Teoria da Classe Ociosa*. Segundo Veblen, o objetivo da aquisição e acúmulo de bens sempre esteve voltado à satisfação de necessidades físicas e espirituais, mas na sociedade industrial a posse de riquezas passou a conferir honra pessoal e sucesso; para isso, era preciso isentar-se de qualquer trabalho útil, formando uma classe ociosa preocupada apenas com atividades não produtivas (conhecimento de línguas, regras de etiqueta ou a prática de esportes, por exemplo) e que, ao distanciar-se daqueles que não podiam se abster do trabalho produtivo, angariava maior status social. O consumo conspícuo, portanto, torna-se um hábito motivado pelo desejo de competição inerente aos seres humanos. In: Veblen (1974). As ideias de Veblen também foram discutidas pelo filólogo George Kingsley Zipf, que argumentou ser o poder expressado inicialmente por meio da coerção; todavia, o uso da força teria sido progressivamente suplementado por um mecanismo regulatório de símbolos de prestígio e poder na medida em que a desigualdade social institucionalizou-se. Nessa perspectiva, Zipf tentou aproximar (segundo Trigger, sem sucesso) o conceito de consumo conspícuo ao conceito de “menor esforço” que ele havia criado: seria mais econômico e eficiente se alguém, ao invés de fazer sozinho seu trabalho, colocasse outras pessoas para fazê-lo. In: Trigger (1990), p. 124. A definição adotada por Trigger põe-se mais como contrapartida ao princípio do “menor esforço” de Zipf, motivada, sobretudo, pela análise que o autor faz acerca dos monumentos, e é esta abordagem que usaremos nesta pesquisa.

consumos conspícuos de energia. Materializar a ideologia não só legitima a ordem social preexistente (como nos faz crer a definição de ideologia estritamente marxista), senão impele também a criação de uma cultura política de caráter relacional e continuamente reconstruída: uma elite com amplos recursos econômicos disponíveis faz valer sua ideologia na materialidade não obstante sofra resistência de outros grupos (i.e afirma seus interesses em detrimento dos demais), ao passo que, devido à agência criativa de cada indivíduo, não há como prevenir o surgimento de ideias contrárias à ordem dominante e porventura sua materialização, criando ideologias híbridas especialmente em contextos marcados por questões de etnicidade e violentos processos de conquista territorial.¹⁵ Logo, a manipulação de significados serve ora como meio de resistência, ora como forma de legitimação da autoridade, conquanto seja um instrumento de poder mais eficaz se a materialização ocorrer com o auxílio de recursos pouco acessíveis ao grosso da população (DEMARRAIS; CASTILLO & EARLE 1996).

Já ao examinarmos a ideologia religiosa em sociedades antigas, duas abordagens arqueológicas despontam: a primeira, estruturalista, buscaria construtos binários acerca de processos sociais universais; a segunda, materialista, veria nos dados arqueológicos carregados de simbolismo (objetos de prestígio, estruturas cerimoniais ou rituais) uma porta de acesso à ideologia e, por conseguinte, ao sistema político e econômico (COLE *apud* KNAPP 1988: 135). Essa última abordagem saiu de um viés conservador e meramente determinista – crenças e rituais seriam adaptações da infraestrutura – e passou a abarcar o fator histórico de mudança na análise das ações políticas, dos interesses pessoais e da ideologia, bem como associar mais intimamente a infraestrutura aos elementos superestruturais (distanciando-se da mera adaptação). Finalmente, a aceitação da natureza hierárquica da complexificação social cujo domínio de poucos sobre muitos resultaria do controle do sistema de crenças e valores (portanto, um controle *ideológico*) impôs aos arqueólogos a urgência de uma abordagem mais holística. Dessa forma, percebeu-se que grupos socioeconômicos emergentes manipulam símbolos religiosos a fim de aumentar seu poder político e perpetuá-lo no tempo, poder igualmente capaz de legitimar autoridades religiosas, definir crenças e novas práticas de culto; assim, ao vincular a política ao sistema de crenças, é possível racionalizar programas de governo e torná-los palatáveis ao gosto da comunidade – o líder terreno é aceito, pois ele está consoante ao interesse divino cuja crença é compartilhada por todos. A “santificação” de chefes, reis ou imperadores contribui para o acúmulo de recursos e a formação de uma elite, que serve em última instância ao

¹⁵ Um exemplo seria o debate contemporâneo sobre o uso (muito controverso) de conceitos como “romanização” para explicar a expansão do Império Romano.

desenvolvimento econômico e cultural do grupo e desencadeia projetos expansionistas, mas que também constrange oposições e desejos pontuais de mudança; isso não significa, sem dúvida, a ausência de inovações e da resistência ao *status quo* (KNAPP 1988: 136-138).

Conclusão: por uma paisagem *relacional* do poder

Devido à base social do comportamento simbólico, a reciprocidade entre essa ideologia religiosa e a organização política é manifestada não só nos artefatos rituais e nas paisagens sagradas, mas em qualquer materialidade haja vista a confluência das esferas social, econômica, política e religiosa. Conforme vimos anteriormente, a cultura material incorpora o controle político sobre as forças de produção: as classes superiores necessitam de materiais preciosos e trabalhadores hábeis para se destacar e transmitir a mensagem social de permanência e imutabilidade da ordem vigente. Em resumo, a paisagem entendida enquanto cultura material está também permeada por elementos ideológicos e é produto e produtor de relações sociais – ela é, ao mesmo tempo, histórica, simbólica, ritual, étnica, econômica e política, transformando a paisagem num dos conceitos dominantes da teoria arqueológica nas últimas décadas (ANSCHUETZ; WILSHUSEN & SCHEICK 2001). A obra *The Political Landscapes: Constellations of Authority in Early Complex Polities* (2003), escrita pelo arqueólogo Adam Thomas Smith, desenvolve uma profunda análise sobre as paisagens do poder ao atentar para as dinâmicas de organização política via documentos materiais. De acordo com ele, o espaço é genericamente classificado pelos teóricos como *absoluto*, *subjetivo* ou *relacional*, em que o primeiro tipo prioriza o teor sincrônico do espaço, como se ele não tivesse efeito no processo histórico e apenas determinasse positivamente marcas de evolução estatal na humanidade (por exemplo, padrões regulares de assentamentos que indicam estágios ou etapas alcançadas), ou ainda operasse num viés determinista de adaptação como afirmam as abordagens ecológicas da cultura (de Julian Steward até os chamados neoevolucionistas); já o tipo subjetivo, e aqui ele se refere sobretudo à tendência fenomenológica, é igualmente alvo de críticas por pontuar um essencialismo do espaço que, segundo ele, sedimentaria significados na paisagem obscurecendo os contínuos processos de produção, transformação e manipulação de símbolos executados pelos grupos sociais e pela própria materialidade ao longo da história – uma paisagem quase apolítica (SMITH, A. T. 2003: 30-69). Sem entrarmos na discussão das críticas que ele faz a essas abordagens – contundentes em alguns pontos, porém vagas em outros –, o que nos interessa é apreender como Smith elabora sua definição de paisagem política, pertencente à categoria de espaço relacional. Nela, estariam contidas

três dimensões: a *dimensão experiencial* descreve as práticas materiais do ambiente construído, i.e sua formação e vivência a partir das técnicas, da distribuição, da comunicação e da exploração ocorridas ali; a *dimensão perceptiva* repousa na interação de sentidos entre os indivíduos e o espaço físico; e a *dimensão imaginativa* concerne às representações mentais genuinamente discursivas e humanas (SMITH, A. T. 2003: 73-75). Essa perspectiva enxerga os monumentos não como símbolos estáticos de autoridade, mas como “constitutivos de autoridade” (ASHMORE *apud* SMITH, A. T. 2003: 76).

Por último, cabe destacar resumidamente a interpretação da arqueóloga italiana Francesa Veronese sobre as paisagens de poder, publicada no livro *Lo Spazio e la Dimensione del Sacro: Santuari Greci e Territorio nella Sicilia Arcaica* (2006). Focalizando o caso siceliota, ela reintroduz o debate das paisagens sagradas com o objetivo de constatar, por meio da documentação arqueológica, que em muitas *poleis* as edificações religiosas surgiram em partes diferentes do território de maneira a integrar as pessoas da *khóra*¹⁶ e da *ásty* e assim condicionar a formação políade – tal hipótese já havia sido lançada por George Vallet (1968) e retomada por François de Polignac na década de 1980. Dessa maneira, relacionam-se a ocupação do espaço e a consolidação de uma ideologia religiosa e política na fundação de paisagens de poder, que ao serem estudadas revelam, em última instância, modelos analíticos de organização política do espaço antigo (VERONESE 2006: 46-47). Diz a autora:

Na base deste conceito [de paisagem do poder] – que está na base da leitura dos espaços-chave dos processos de dominação, bem como nos modelos analíticos para identificar o poder no espaço – está a idéia de que uma sociedade estruturada e estratificada manifesta suas relações de poder por meio da assimetria e, portanto, a análise dessa assimetria é o que nos permite reconstruir a dimensão mais escura do espaço geográfico: a organização política (VERONESE 2006: 46).

Essa assimetria decorre principalmente da visão de poder enquanto elemento estrutural de qualquer sociedade humana, na qual as relações de poder acontecem sempre

¹⁶ Lembramos que todos os termos gregos seguem a padronização proposta pelo glossário Labeca. Cf. <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acessado em 09/12/2015.

que se exercita uma forma de controle sobre coisas e pessoas (i.e tentar conduzir a conduta de outrem). O poder é então concentrado nas mãos de “pessoas centrais”, polo de convergência para trocas de bens e informações que é correlato aos “lugares centrais”, pontos de origem dessas relações assimétricas na paisagem. Convém ressaltar que a ideia de “lugares centrais” procede da Teoria do Lugar Central desenvolvida pelo geógrafo alemão Walter Christaller, responsável por afirmar que, em âmbito moderno, o local central de uma cidade é aquele onde a densidade econômica e populacional é maior que na sua região complementar, privilegiando o aspecto econômico e administrativo do que propriamente físico (ou seja, a existência de um lugar central é definida porque determinadas funções da cidade são exercidas por intermédio de atividades de bens e serviços centrais, e não porque ocupa geograficamente o centro do território). Na Arqueologia, a teoria de Christaller corroboraria a tese de que numa paisagem isotrópica a distribuição dos assentamentos no espaço tende a um modelo regulado apoiado no princípio de “menor esforço”: os lugares centrais maiores ocupariam posições equidistantes e estariam circundados por centros menores, formando enfim hexágonos regulares (BAHN & RENFREW 1991; VERONESE 2006: 47-49).

Figura 1: Áreas hexagonais formadas a partir da Teoria do Lugar Central (BAHN & RENFREW apud VERONESE 2006: 49).

É claro que esse esquema não se aplica literalmente à realidade (passada ou atual), visto que nenhuma paisagem terrestre é completamente uniforme; contudo, muitas cidades situam-se intencionalmente a certas distâncias de outras de mesmo tamanho, e possuem em seus arredores núcleos menores, todos eles organizados numa rede que, em diversos

níveis, atende a interesses estratégicos no tocante ao comércio e à oferta de serviços (VERONESE 2006: 49).

Tão logo fundamenta essas relações hierárquicas entre pessoas e entre grupos distintos, a materialidade produzida penetra num sistema de símbolos (exteriorizados ou latentes) cujos significados variam conforme se altera o contexto; desse modo, para elucidar o poder em paisagens antigas, Veronese propõe tomá-las como *iconografias do poder*, um multiforme complexo de sinais projetados no território que sugerem probabilisticamente formas sociopolíticas (DE GUIO *apud* VERONESE 2006: 49). Devido ao caráter evasivo de elementos ideológicos no registro material, a presença da monumentalidade como método propagandístico manejado pelas elites para assegurarem seu status e impressionarem os súditos e vizinhos é de extrema valia aos arqueólogos. Isso é característico, como já vimos, nos governos da Grécia Ocidental: na região da Sicília, o movimento de fundação de apoikias caminha em comum acordo com a conquista de territórios em que se impõem aos dominados as estruturas com as quais os dominadores identificam-se, sobretudo a ideologia religiosa e política, esferas inseparáveis no mundo grego antigo. Esse consumo conspícuo legitima as relações de poder que justificam, por exemplo, a formação de santuários extraurbanos (objeto de estudo da autora). Assim, Veronese explica que os indivíduos tendem à associação e à organização territorial, multiplicando-se no espaço e ampliando seu território a partir da incorporação de grupos vizinhos; a natureza hierárquica dessas relações (os grupos maiores tendem a absorver grupos menores) e das próprias sociedades reflete-se numa organização espacialmente estratificada, cuja autoridade política exige sua identificação material para perpetuar seu poder; se levarmos em conta, entretanto, as interações entre comunidades sociopolíticas paritárias, o modelo de *peer polity interaction* cunhado por Renfrew pode nos trazer respostas ainda mais convincentes (VERONESE 2006: 51-57). Essas sociedades com grau de desenvolvimento e complexidade semelhantes mantêm homologias que não são explicadas por necessidades de adaptação ambiental ou por difusão, mas sim por contatos que transportam informações potencialmente geradoras de mudanças exógenas ou endógenas. No caso de comunidades sociopolíticas autônomas e paritárias, a mudança é geralmente sistêmica e regional, provocada por uma série de interações que criam uma rede tanto de trocas materiais (troca efetiva de bens) como de informações e sistemas simbólicos; essas interações podem ser agrupadas em quatro categorias: a guerra, a emulação competitiva, a transmissão de um sistema simbólico e, por consequência, a transmissão de inovações (RENFREW & CHERRY 1986; VERONESE 2006: 56-57). Já o estudo de sociedades estratificadas em torno das quais gravitam

“satélites” dependentes sinaliza relações assimétricas de influência que podem ser enquadradas num modelo de análise “centro-periferia”, como as interações existentes entre uma apoikia e os centros indígenas à sua volta (VERONESE 2006: 57-59).

Figura 2: *Modelo de Peer Polity Interaction* (RENFREW *apud* VERONESE 2006: 56).

Figura 3: *Modelo centro-periferia* (TAYLOR *apud* VERONESE 2006: 57).

Seja qual for o modelo empregado, é perceptível que as paisagens são ambientes propícios à união entre ideologia e poder, e como tal efetivam o exercício de dominação

política por grupos sociais hegemônicos que recorrem a símbolos e suportes materiais variados; o espaço do poder é, nesse sentido, resultado de contínuas relações sociais e negociações políticas. Foi a partir da década de 1980 que essa virada simbólica nos estudos arqueológicos trouxe importantes implicações em nosso entendimento sobre as relações entre espaço, história e poder: a noção de ambiente construído consolida-se, nessa época, como forma de comunicação não verbal, um “texto” cultural socialmente construído para também construir e fundamentar a cosmovisão e suas hierarquias ao longo do tempo (RAPOPORT 1990a; 1990b). A história de longa duração desempenhou um papel crucial nessa moderna teoria arqueológica ao sublinhar o teor propagandístico incutido na arquitetura monumental que juntou as elites a tradições históricas de parentesco e dominação; contudo, não podemos nos enganar com este aparente efeito imutável das relações de poder, pois novas ideias, valores e agendas políticas frequentemente vêm à tona. Mesmo contextos de paisagens sagradas descentralizadas podem oferecer narrativas alternativas de ordem social que não necessariamente impõem uma autoridade central, ou ainda contemplam uma poderosa fonte de contestação política. A paisagem, portanto, orienta e organiza as experiências pessoais no mundo, além de prover memórias físicas e caminhos futuros para a construção de identidades sociais.

CAPÍTULO 2 – CENTROS DE PODER NA GRÉCIA: A EXPANSÃO URBANÍSTICA DE ATENAS E SIRACUSA

A pólis por excelência: o caso de Atenas

Do século VI a.C. ao IV a.C., Atenas assistiu ao ápice de um desenvolvimento sem paralelo na história (CAMP 1986, *passim*). Sabemos que, através da Antiguidade, a cidade abrigou a construção de grandes obras públicas, inicialmente financiadas pelos cidadãos e, mais tarde, pelos reis helenísticos e imperadores romanos. Isso é visível principalmente na ágora ateniense, ponto focal da vida pública, não apenas em ruínas, senão em fontes literárias, como testemunhos e inscrições. A democracia ateniense exigiu registros extensivos e permanentes. Desse modo, sua história é largamente encontrada escrita em pedras: cerca de sete mil e quinhentas inscrições foram recuperadas na ágora, dentre leis, acordos, decretos, dedicatórias, descrições, inventários, pedras demarcatórias e bases de estátuas (CAMP 1986: 18). O acesso a essa ampla gama de documentos arqueológicos é possível graças aos esforços de pesquisadores de diversos países que, ao longo das décadas, escavaram intensamente a cidade; nesse sentido, cabe destacar a atuação da Escola Americana de Estudos Clássicos, que participa das escavações desde 1931 e atualmente coordena as pesquisas na ágora ateniense. Mais de um século de estudos permitiu a publicação de diversas obras sobre a pólis e, desde a última década, toda a produção intelectual da entidade, bem como seus relatórios de escavação vêm sendo disponibilizados no website da instituição.¹⁷ Por essa razão, as informações aqui reunidas foram, em sua grande maioria, retiradas das obras de John Camp, diretor das escavações na ágora.

Localizada numa planície da Ática e rodeada por montanhas, Atenas foi estabelecida a partir do final do período Arcaico ao redor da Acrópole, colina que servia como fortaleza, um local de refúgio para a população, e que ficaria célebre por abrigar o Partenon.¹⁸ De maneira geral, sabe-se que outros santuários erguiam-se aos pés da Acrópole, e a noroeste formava-se a ágora; distando 500 metros da praça, o bairro do Cerâmico (nome dado em razão das olarias que lá existiam) continha uma importante necrópole. As escavações nesse local evidenciaram uma parte significativa da muralha (que no total se estendia por quase

¹⁷ Vide <<http://www.ascsa.edu.gr/>>. Acessado em 09/12/2015.

¹⁸ Edifício monumental construído no século V a.C. e dedicado a Atena Pártenos (Virgem), cuja função ainda é debatida pelos arqueólogos: enquanto alguns o consideram um templo, outros apontam a ausência de um altar e o fato de não existir referências escritas que identifiquem o uso de sua estátua criselefantina nos ritos anuais como indicadores de que o Partenon seria, na realidade, uma oferenda a Atena. In: Florenzano (2001).

sete quilômetros de comprimento), junto a duas das principais portas da cidade: o *dípylon*, ou “porta dupla”, e a Porta Sagrada. A Pnix, palco das assembleias populares no período Clássico, estava a oeste da Acrópole e próxima ao Areópago (Rochedo de Ares, onde se reunia o conselho de anciãos). Embora não fosse geograficamente centralizada, dela se avistava quase toda a cidade, como a Acrópole, o Areópago, a praça e os bairros residenciais,¹⁹ numa distância que possibilitava enxergar os outros cidadãos em suas vidas cotidianas, e até mesmo ouvir as conversas e cantos nos templos dependendo da orientação dos ventos (MALACO 2003b: 18-20). O monumental Olympieïon (templo dedicado a Zeus), por sua vez, localizava-se a sudeste. Indo além das muralhas, era possível ainda encontrar os grandes ginásios atenienses – o Liceu, o Cinosargo e a Academia –, e três rios cortavam a planície e delimitavam a pólis: Cefiso ao norte, Ilisso ao sul e Eridanos, que nascia no Monte Licabeto posicionado a nordeste e fluía ao norte da Acrópole, atravessando a região da ágora e o bairro do Cerâmico, e cuja extensão urbana fora canalizada na metade do século V a.C. Finalmente, o Pireu (porto de Atenas) estava a sete quilômetros a oeste, e não apenas guardava a poderosa frota militar ateniense como também participava de um intenso comércio marítimo. O solo ático permitia exportar produtos como mármore e prata, mas sua baixa fertilidade agrícola tornava necessário importar quantidades cada vez maiores de alimentos, sobretudo grãos, na medida em que a pólis se desenvolvia e a população aumentava. Ademais, o crescimento do poderio de Atenas exigia importações regulares de madeira para manter sua força naval (CAMP 2001: 3-10).

¹⁹ Claro que essa cidade visível representava apenas uma parcela da pólis de Atenas, que se estendia por todo o território ático; no entanto, era a parte central se levamos em conta sua importância política. In: Malaco (2003b).

Figura 4: Atenas (MALACO 2002: 61).

De acordo com Aristóteles (*A Constituição de Atenas*), o século VI a.C. ateniense é marcado por tensões políticas que acentuavam progressivamente a distância social entre as camadas inferiores e as elites: enquanto o poder se mantinha nas mãos de oligarquias, os pobres eram lançados à miséria e forçados muitas vezes ao trabalho escravo. Grandes personagens políticos emergem nessa época, como o legislador Sólon e o tirano Pisístrato, culminando no surgimento da democracia, sistema político que será incrementado ao longo dos séculos seguintes. Sólon, por exemplo, foi responsável por reformas políticas que se mostrariam essenciais no desenvolvimento posterior do regime democrático. Ao redistribuir o poder entre as quatro classes sociais existentes – *pentakosiomedimnoi*, *hippeis*, *zeugitai* e *thetes* – e perdoar a escravidão por dívidas, Sólon possibilitou a entrada dos mais pobres no

governo, concedendo-lhes o direito de apelar às cortes e assistir a júris. A construção do Pritaneu é igualmente atribuída ao período de Sólon, embora seus vestígios arqueológicos ainda não tenham sido encontrados; dotado de uma lareira ofertada à deusa Héstia, leis e arquivos eram armazenados nesse edifício público, e jantares oferecidos em salas ricamente decoradas, reunindo constantemente figuras públicas de Atenas (políticos, generais, atletas) e ilustres visitantes de outras *poleis*. Vasos áticos com figuras negras, caracterizados por detalhes decorativos policrômicos e incisões, também aparecem nesse momento, fomentando o comércio de cerâmica no Mediterrâneo. Algumas placas votivas indicam o culto a Deméter em Elêusis já no começo do século VI a.C., cuja câmara de culto foi incorporada posteriormente ao Telestério (edifício para cerimônias de iniciação), e em Súnio (promontório a sudoeste da Ática) foram encontradas estátuas votivas de mármore representando figuras de homens nus que antecedem a construção do templo dedicado a Poseidon – a mais antiga chega a ultrapassar três metros de altura. Para o arqueólogo John Camp, a presença dessas estátuas monumentais em Súnio sugere ser o local habitado pelos Alcmeônidas, família aristocrática ateniense que controlava a área costeira de acordo com os relatos textuais escritos por Heródoto e Aristóteles (CAMP 2001: 26-28).

Mesmo após as reformas de Sólon, três facções aristocráticas continuaram a disputar o poder político: os Alcmeônidas, liderados por Mégacles, controlavam a costa; os Licurgos dominavam a área urbana; e aos Pisistrátidas, liderados por Pisístrato, cabia enfim o domínio sobre o interior rural. Pisístrato pode ser considerado o primeiro tirano de fato da pólis ateniense após uma extensa sequência de governos oligárquicos, conquanto tenha enfrentado disputas, exílios e curtos períodos de dominação ao longo de duas décadas antes de firmar seu governo em 545 a.C.²⁰ Credita-se a ele a construção de um templo dórico na Acrópole dedicado a Atena (cujas reminiscências esparsas não sinalizam a posição exata do edifício) datado da metade do século VI a.C. Além disso, uma rampa de 11 metros de largura e 90 metros de comprimento colocada na entrada da Acrópole, bem como um altar a Atena Nike (epíteto relacionado à personificação da vitória) elevado sobre ruínas micênicas que adentravam a antiga cidadela, ambos datados do segundo quartel do século

²⁰ Heródoto nos relata os variados truques e alianças políticas aos quais recorreu Pisístrato para constituir seu domínio em Atenas – muito embora não se saiba a veracidade das informações. Segundo ele, o tirano teria entrado na ágora ateniense com ferimentos que ele próprio infligira, simulando um ataque de inimigos e pedindo uma guarda pessoal a Atenas; com seu pedido atendido, ele recorre a essa força bélica e instala, por volta de 566 a.C., seu governo na Acrópole, mas é deposto pelas outras facções aristocráticas. Anos depois, ele retorna à cidade e apresenta-se acompanhado de um carro ocupado por uma mulher vestida como a deusa Atena, anunciado por seus seguidores como o governante a quem a deusa pessoalmente veio restaurar seu poder. A população acredita e seu governo é restaurado, mas passado algum tempo ele é novamente expulso. Após formar um exército de mercenários, Pisístrato finalmente invade Atenas em 545 a.C. e a cidade cai sob seu domínio, governo que se estende até a sua morte, em 527 a.C. Dada a morte de Pisístrato, o governo de Atenas foi delegado a seus filhos Hípias e Hiparco. In: *Histórias*, I, 59-64.

VI a.C., são outros exemplos de empreendimentos que talvez estejam relacionados a seu governo: essa atenção à Acrópole e a construção de estruturas votivas de culto a Atena parecem se associar à reorganização das Grandes Panateneias, festival em honra a deusa padroeira da pólis, que ganhou ares colossais em 566 a.C. quando o tirano estava no poder. Nesse contexto, ele teria instituído a procissão que atravessava a cidade pela via Pan-Atenaica e a realização de uma hecatombe no altar de Atena Pólias (epíteto referente ao termo pólis, protetora da cidade), localizado onde hoje está o Templo de Erecteu (ou Erékhtheion), na Acrópole. Os numerosos vestígios arqueológicos encontrados na região da Acrópole sugerem, ademais, que existiam ali entre cinco e sete edifícios dóricos datados do século VI a.C. Pisístrato também delimitou e organizou a ágora no local onde ela permaneceria até o período helenístico, reunindo em um só lugar os prédios administrativos da pólis e a maior parte dos eventos cívicos; o Altar dos Doze Deuses, estabelecido na ágora, foi planejado pelo neto do tirano, também chamado Pisístrato, quando este foi arconte em 522 a.C., e funcionava como marco central da *ásty*. Com datações do mesmo período, foram construídos também no sul da ágora uma pequena fonte e um edifício maior no vértice sudoeste que possuía características domésticas, como a presença de vários cômodos e aparatos de cozinha, embora suas grandes dimensões indiquem ser ele mais um “quartel-general” para os tiranos do que uma simples residência grega. O santuário de Dioniso Eleutério ao sul da Acrópole é outra construção datada dessa época, erigida durante a tirania de Pisístrato ou logo após seu fim; nos séculos posteriores, esse santuário foi palco das Grandes Dionisiacas, festival que reunia competições dramáticas, ainda que no século VI a.C. tais festas fossem alocadas na orquestra da ágora. Escavações na Acrópole encontraram o santuário, templos menores e um simples teatro, além de uma estátua de mármore em que vemos Dioniso sentado e segurando um cântaro de beber vinho. As fundações do Olympieïon a sudeste da Acrópole, cujas medidas ultrapassavam 40 x 100 metros de tamanho, representam outra monumental contribuição dos Pisistrátidas, mas o santuário nunca foi finalizado: o projeto foi abandonado em 510 a.C., ano em que Hípias, filho de Pisístrato, foi expulso de Atenas, pondo fim ao período de tirania iniciado pelo pai, sendo o templo somente terminado sob jugo romano (século II d.C.). Eneacrunos, uma fonte de onde a água jorrava por nove bocas e que foi construída nas cercanias do rio Ilisso e do Olympieïon, bem como o altar de Apolo Pítio (erguido em 522 a.C., mesmo ano em que o neto de Pisístrato ordenou a fundação do Altar dos Doze Deuses) foram executados pelos Pisistrátidas. Os tiranos também comandaram a construção de estradas por todo o território ático e estruturas religiosas fora da *ásty* de Atenas, como o amuralhamento do santuário de

Deméter em Elêusis, as fases iniciais de construção do Telestério e o templo dórico de Ártemis em Bráuron (embora objetos votivos no local remontem ao começo da época arcaica, e parte da arquitetura seja datada também do século V a.C.). Por último, o ginásio da Academia a noroeste de Atenas, erigido num pequeno bosque de oliveiras consagrado ao herói Academo, e o Liceu, situado no sopé do Monte Licabeto, remontam aos Pisistrátidas, embora o Liceu tenha sido depois aumentado e decorado a mando de Péricles, no século V a.C., e de Licurgo, no século IV a.C. Em suma, é possível afirmar que Pisístrato fundou uma tirania responsável por ampliar consideravelmente a vida cultural e cívica da pólis ateniense, definindo o *layout* da ágora, a especialização de espaços e a materialização de templos, fontes e aquedutos, assim como organizou a realização de grandes festivais que elevaram o prestígio da pólis ante as demais cidades do mundo grego (CAMP 2001: 28-39; OWENS 1991: 19-21).

Com o assassinio de Hiparco, filho de Pisístrato, em 514 a.C., seu irmão Hípias (com quem Hiparco governava em conjunto após a morte do pai) endureceu o governo, perseguindo os inimigos Alcmeônidas e adotando diversas medidas impopulares. Em 510 a.C., os Alcmeônidas contaram com a ajuda de Esparta para derrotar as forças militares de Hípias, expulsando o tirano e pondo fim à hegemonia dos Pisistrátidas. Estátuas que representavam os assassinos de Hiparco foram colocadas na ágora para adoração, uma forma de heroicizar os tiranicidas e com isso legitimar o estabelecimento do novo regime que estava por vir (CAMP 2001: 55). A forte instabilidade política que seguiu à deposição de Hípias foi também marcada pela emergência da figura de Clístenes, membro da aristocracia alcmeônida e considerado um dos pais da democracia clássica ateniense na medida em que instituiu uma nova constituição e quebrou o poder das antigas famílias aristocráticas. Junto a suas reformas em 508 a.C. (das quais falaremos mais adiante, cf. página 62), alguns monumentos foram erguidos em consequência desse novo sistema político, valorizando a identidade ateniense e o espírito cívico, como o templo dórico de Atena no centro da Acrópole, ao sul do atual Erékhteion, feito em calcário e adornado com esculturas de mármore, construído entre 510-500 a.C.; a Pnix, onde ocorriam as eclésias (assembleias populares); e outros numerosos prédios na ágora, como o Buleutério (sede da bulé, ou “senado”) e a *Stoaí* Real (*Basileios*).²¹ Por volta de 500 a.C., a necessidade de assegurar o espaço público e religioso da ágora, impedindo que ela fosse invadida por construções privadas e que pessoas indesejadas adentrassem o local (criminosos, por exemplo), fez com que a ágora ganhasse limites formais ao distribuir pedras de mármore demarcatórias

²¹ As *stoaí* eram pórticos abertos onde os cidadãos reuniam-se para conversar.

com a seguinte inscrição: “Eu sou a fronteira da ágora”. Por último, dispersas na região da Acrópole, estátuas e estruturas que se assemelham a modernos bebedouros de pássaros, formadas por bacias rasas contendo água apoiadas em colunas, são exemplos de itens votivos dedicados a Atena – muitos deles ainda ofertados por indivíduos, sem financiamento da pólis ateniense (CAMP 2001: 39-47).

Com as Guerras Médicas, um santuário dedicado ao deus Pã foi construído na parte noroeste da Acrópole em agradecimento à ajuda que tiveram os atenienses na Batalha de Maratona, ação acompanhada de outras atividades de culto direcionadas ao mesmo deus que datam da primeira metade do século V a.C., todas evidenciadas por inscrições, placas em mármore e estatuetas de terracota. O santuário de Héracles em Maratona foi igualmente associado às batalhas que ali ocorreram, servindo de refúgio ao exército ateniense e abrigando jogos especiais em sua honra após a vitória, e da mesma época é fruto dessa comemoração está um templo dórico dedicado a Poseidon no promontório Súnio. Em 490 a.C., planejou-se a construção de um novo templo de mármore pentélico a ser erguido na Acrópole para abrigar a estátua de culto de Atena: uma grande plataforma de calcário foi montada logo ao sul de um dos antigos templos da deusa (espaço que mais tarde daria lugar ao Partenon) e blocos de mármore e colunas foram aglomerados, mas devido à continuação das guerras contra os persas, ele não foi concluído.

Fragmentos de inscrições datadas de 485-484 a.C. dizem respeito a uma série de regras de conduta relacionada a monumentos sacros da Acrópole, como o túmulo de Cérops (rei mítico ateniense) e uma estrutura denominada Hekatômpedo (segundo alguns autores, nome dado ao Templo de Atena construído na tirania de Pisístrato); embora sejam inscrições de 485-484 a.C., elas foram feitas sobre uma métopa com imagens esculpidas de leões e touros, reutilizada do antigo templo erguido a mando de Pisístrato, o que nos indica sua derrubada num período anterior a 485 a.C. – e, portanto, antes da invasão persa de 480 a.C., quando a maior parte dos monumentos da Acrópole foi destruída. Resta saber, porém, se o templo da época de Pisístrato foi reutilizado para erguer o templo da época de Clístenes, entre 510 a.C. e 500 a.C. (local que mais tarde abrigaria o Erékhtheion), ou se, na verdade, ele seria reaproveitado na construção do Templo de Atena de 490 a.C., que, como vimos, não foi concluído, dando lugar ao Partenon nas décadas seguintes. De todo modo, os persas retornaram a Atenas em 480 a.C. e desta vez conseguiram invadir a cidade; templos e estátuas foram destruídos, e a ágora completamente arrasada, o que obrigou, conforme veremos, uma total recuperação da cidade após a vitória final dos gregos nas Batalhas de Salamina, em 480 a.C., e de Plateia, em 479 a.C. (CAMP 2001: 47-58).

O fim das guerras em território grego²² trouxe, como primeira medida adotada pelos atenienses, a reconstrução dos muros da *ásty*. As ruínas deixadas pelos persas na Acrópole e na ágora permaneceram intocadas por pelo menos uma geração, provavelmente a fim de preservar na memória dos atenienses a barbárie representada pelo inimigo. Atenas valeu-se, por fim, da soberania que mantinha na Liga de Delos, confederação de *poleis* formada durante as guerras com o objetivo de unir as forças militares gregas, e ampliou sua influência geopolítica: aos poucos, as contribuições das cidades menores na forma de navios ou dinheiro para a aliança militar transformaram-se em verdadeiros tributos pagos ao “império” ateniense, permitindo que Atenas enriquecesse, em meados do século V a.C., a ponto de se tornar a pólis mais poderosa do período Clássico. Sabe-se que o general Címon, filho de Milcíades (que derrotou os persas na Batalha de Maratona) e descendente de uma rica família, foi o responsável por revitalizar diversos edifícios públicos: ele ordenou o plantio de plátanos na ágora, bem como dotou a Academia de aquedutos e espaços destinados a caminhadas e corridas. Com as sucessivas vitórias gregas comandadas pela Liga de Delos, Címon reuniu um espólio de guerra suficiente para financiar a confecção de três *hóroi* (marcos primitivos de entrada com a face esculpida do deus Hermes) que carregavam epigramas sobre seus feitos (embora sem nomeá-lo), e os posicionou no vértice noroeste da ágora.²³ Além disso, as fontes textuais também atribuem a Címon a construção do *Teséion*, monumento a leste da ágora que foi decorado com painéis pintados por Polignoto e Mícon e que receberia os restos mortais de Teseu trazidos da ilha de Círos. As muralhas que envolviam a Acrópole e que seguiam até o Pireu também foram iniciadas sob a liderança de Címon. Por fim, a *Stoá Poikile* (ou *Stoá Pintada*) foi erguida no lado norte da ágora, e seu nome deriva-se das pinturas de Polignoto, Mícon e Panainos realizadas entre 470-460 a.C.; não sendo restrita a funções administrativas ou religiosas, essa *stoá* reunia cidadãos e filósofos para momentos de ensino e lazer, e ficou famosa por abrigar a escola estoica de Zenão e seus discípulos no século III a.C. Outras obras levadas a cabo nesse período são o *Thólos* (onde os prítanes da bulé faziam suas refeições e dormiam, a postos para cuidarem da administração da cidade sempre que necessário), e a Clepsidra, fonte de água colocada no vértice noroeste da Acrópole; na Ática, as muralhas de Elêusis também parecem ser fruto da expansão orquestrada por Címon. Entretanto, como muitos outros políticos atenienses, Címon foi vítima do ostracismo em 461 a.C. ao ser acusado de

²² Embora continuassem em luta, as batalhas entre gregos e persas foram gradualmente transferidas para o leste, fora da Península Balcânica.

²³ Mais tarde, outros *hóroi* foram posicionados naquela área, tornando o lugar conhecido como “Os Hermes”. In: Camp (2001), p. 65.

partidarizar com os espartanos, interrompendo assim momentaneamente o planejamento urbanístico de Atenas. Poucos meses depois, o orador e estrategista Péricles ganharia status de líder político e guiaria a pólis ateniense a seu apogeu, um domínio político, econômico e cultural que tornaria o século V a.C. conhecido como o “Século de Péricles” (CAMP 2001: 63-72).

Figura 5: A Acrópole de Atenas no tempo de Péricles e de Fídias (século V a.C.). 1.Templo de Atena Níke; 2. Propileus; 3. Propileus; 4. Propileus; 5. Témeno de Atena Hygie; 6.Témeno de Atena Erganè; 7. Calcoteca; 8. Estátua de Atena Prômacos; 9. Via sagrada ligando os propileus ao Partenon; 10. Partenon; 11. Altar de Zeus Hypatos; 12. Erékhtheion; 13. Pandroséion, 14. Casa das Arrhéphores; 15. Escada e direção ao caminho circular; 16. Alojamento e locais administrativos (BELER; COULON; GOLVIN & LONTCHO 2005: 56).

Em 454 a.C., as riquezas conquistadas pela Liga de Delos foram transferidas de Delos para a Acrópole de Atenas, onde listas grafadas em grandes estelas de pedra anunciavam as *poleis* que estavam em dia com o pagamento do tributo anual – registrava-se, inclusive, a décima sexta parte de cada tributo que era oferecida à deusa Atena como agradecimento pela proteção dada aos tesouros. Ainda nessa época, as guerras entre

gregos e persas cessaram, inutilizando assim a aliança militar; diante disso, Péricles propôs a reconstrução de todos os monumentos destruídos nas batalhas a partir dos fundos obtidos pela Liga. É certo que isso interessava, sobretudo, a Atenas, uma vez que a maior parte da destruição havia ocorrido em solo ático. Dessa maneira, o terceiro quartel do século V a.C. assiste a um ambicioso programa de expansão arquitetônica desenvolvido em todo o território ateniense; ao mesmo tempo, cresciam tanto a relutância dos aliados em manter o pagamento regular de tributos como a oposição política no interior da própria pólis, o que resultou no ostracismo de Tucídides, filho de Melésias e líder da facção aristocrática (e não o famoso historiador), em 443 a.C. Logo, o prestígio popular alcançado por Péricles forneceu-lhe poder capaz de remover de cena seus inimigos políticos, seja angariando o apoio necessário nas assembleias para aprovar seus projetos, seja recorrendo ao ostracismo daqueles que se opunham. O Partenon, o Erékhtheion, o Propileu e o Templo de Atena Nike são exemplos de empreendimentos desenvolvidos na região da Acrópole durante a liderança de Péricles, ao passo que foram construídos e/ou reformados na parte baixa da cidade o Odeão de Péricles, a *Stoa* de Zeus Eleutério, o Hefesteu, o Templo de Ártemis, o Telestério em Elêusis, os templos de Atena e Poseidon em Súnio e o Templo de Nêmesis em Ramnonte, entre outras edificações ao longo da Ática (CAMP 2001: 72-74).

O colossal Partenon, edifício de estilo dórico feito em mármore com oito colunas na frente e dezessete colunas laterais, foi iniciado em 447 a.C. e finalizado em 432 a.C. Sua obra envolveu centenas de trabalhadores e artesãos especializados, conforme afirmam as fontes antigas, e seu projeto foi concebido pelos arquitetos Ictino e Calícrates (Vitrúvio também aponta a participação do arquiteto Cárpion), bem como recebeu os trabalhos do escultor Fídias. Como vimos anteriormente, o Partenon guardava a estátua de Atena Pártenos (Virgem), feita com ouro e marfim, e as imagens pintadas e esculpidas nos frisos, frontões e métopas de mármore trazem cenas mitológicas que evocam a guerra e festividades tradicionais; convém observar que cenas históricas eram raramente expostas em edifícios públicos nesse período, e os mitos serviam para expressar simbolicamente acontecimentos reais. Nesse sentido, as métopas externas (cerca de noventa e dois blocos de mármore esculpidos que circundam a parte superior) narram quatro episódios lendários de batalhas entre gregos e povos estrangeiros e entre deuses e seres mitológicos, possivelmente em referência ao triunfo da civilização grega sobre os bárbaros persas nas Guerras Médicas. Já a estátua de Atena encomendada a Fídias, só terminada em 438 a.C., tais quais os inúmeros adornos em metal e as riquezas depositadas no interior do edifício

são elementos que selam a transformação do Partenon em símbolo máximo da força imperial de Atenas (CAMP 2001: 74-82).

Figura 6: Atenas: Reconstituição do Partenon como deve ter sido no fim do século V a.C. (CONNOLLY & DODGE 1998: 72-73).

O Propileu, portão que dá acesso ao santuário de Atena na Acrópole, demorou cinco anos para ser erguido (437-432 a.C.), mas a obra foi interrompida com a Guerra do Peloponeso, em 432-431 a.C. Ele possui íntima relação com o Partenon, contendo as mesmas proporções e a mesma orientação. Durante a construção do Propileu, o altar dedicado a Atena Nike datado do século VI a.C. ganhou um novo e monumental templo de mármore, embora fosse menor se comparado aos demais prédios levantados por ordem de Péricles; posicionada dentro do templo, uma estátua de madeira representava a divindade. Todavia, se atentarmos ao caráter sacro da Acrópole, o Erékhtheion parece ser o melhor exemplo da junção entre religião e política fora da ágora, o que levou Pausânias a dedicar duas páginas inteiras de sua *Descrição da Grécia* (I, 26-27) ao monumento, muito mais detalhadas que o capítulo referente ao Partenon, por exemplo. Residência da estátua de culto de Atena Pólias, protetora da pólis, esse espaço é visto pelos arqueólogos ora como um Templo de Atena, ora um templo compartilhado que abrigava ambos os cultos de Atena e Erecteu (rei mítico ateniense heroicizado) – daí o nome Erékhtheion. Em estilo jônico (talvez para diferenciá-lo do Partenon, haja vista sua proximidade geográfica), ele foi planejado de sorte a atender monumentos cultuais e tradições preexistentes na área, e por isso englobava um altar dedicado a Zeus, um altar a Poseidon e Erecteu, um altar a

Hefesto, um altar ao herói Butes, as estátuas de Atena e Hermes, marcas do tridente de Poseidon, um poço com água do mar, uma oliveira sagrada, o túmulo de Cécrops e o santuário de Pandroso (filha de Cécrops e Áglauo, ela teria descoberto a arte de fiar). É provável que a construção tenha iniciado após o término do Partenon, não sendo concluída nas décadas seguintes: a instabilidade causada pelas guerras gerou atrasos e interrupções na obra, e os vestígios arqueológicos indicam partes que não foram finalizadas. Cabe destacar também a existência de inscrições anônimas que nos informam dados importantes sobre o montante de trabalho requerido em sua construção: por meio dessas fontes, sabemos que cinco homens eram necessários para elevar uma coluna, trabalhando por vinte e dois dias e recebendo uma dracma (moeda de prata) por cada dia trabalhado, fossem eles cidadãos atenienses, estrangeiros ou escravos. Além disso, mais de cem pessoas participaram da obra, e ela permaneceria em reforma mesmo após sua suposta conclusão devido a um incêndio que destruiu severamente o templo na última década do século V a.C. (CAMP 2001: 82-100).

Figura 7: Atenas: Reconstituição do Propileu durante as Panateneias (CONNOLLY & DODGE 1998: 56-57).

Figura 8: Atenas: O Eréktheion visto do oeste, como deve ter parecido no início do séc IV a.C. Uma procissão com um carneiro para o sacrifício está chegando ao santuário de Atena Pólias (CONNOLLY & DODGE 1998: 76-77).

Um odeão (conhecido como Odeão de Péricles, para distingui-lo dos outros dois anfiteatros de época romana) foi erigido a leste do teatro do santuário de Dioniso: seu perímetro era quadrangular e cada lado media 60 metros, e o espaço desempenhava variadas funções, desde palco de concertos musicais até corte de leis, despensa para grãos e hall de leitura, sendo incorporado enfim às Grandes Dionisiacas. Mas Péricles não se limitaria à Acrópole: seus esforços também se dirigiram ao restante da *ásty* e aos confins da Ática. Na ágora, é possível datar dessa época o Hefesteu e a *Stoá* de Zeus Eleutério, discutidos mais adiante. Fora do núcleo urbano, um santuário dedicado a Ártemis *Agrotera* (Caçadora), localizado a sudeste, foi identificado como parte de ritos anuais em celebração à vitória em Maratona: construído entre 445-435 a.C., possuía um pequeno templo em estilo jônico. O Telestério, também chamado de Mistérios de Elêusis,²⁴ foi reconstruído por Péricles uma vez que havia sido destruído durante as invasões persas, e no século IV a.C. ganharia um enorme pórtico. Em Súnio, o templo de Poseidon foi substituído por outro maior, feito em mármore e no estilo dórico, cuja planta se assemelha a do Hefesteu, na ágora; próximo ao local, um templo jônico dedicado a Atena foi elevado a nordeste, sobre uma colina. Por fim, o novo templo dórico do Santuário de Nêmesis, em Ramnonte, é mais

²⁴ Lugar de culto a Deméter, um templo abrigava a estátua de culto e outros elementos votivos, mas pouco se sabe acerca dos rituais: o culto era um mistério somente aberto a iniciados.

um fruto de Péricles: feito com mármore local e cuja planta também se assemelha a do Hefesteu, foi agraciado com uma estátua da deusa esculpida por Fídias ou por seu pupilo Agorácrito, mas acabou por ser parcialmente concluído. No demo de Thorikos, uma espécie de *stoá* não finalizada, constituída por um peristilo (corredor circundante coberto em forma de galeria, aberto lateralmente por meio de colunas) feito em mármore, pode também ser associada ao líder ateniense, embora sua função seja desconhecida: nenhuma deidade relaciona-se diretamente ao edifício, ainda que o culto a Deméter exerça grande influência na região. Junto ao templo de Ramnonte e à *stoá* de Thorikos, o Templo de Atena em Pallene, outro demo da Ática, foi iniciado entre 460-430 a.C. como parte desse projeto de expansão arquitetônica ateniense, mas assim como os demais não foi terminado (CAMP 2001: 100-117).

A Guerra do Peloponeso (432-403 a.C.) acabou por atrapalhar a expansão arquitetônica promovida por Péricles. Muitas obras foram atrasadas, e outras sequer finalizadas; a disseminação da peste, por sua vez, levou os atenienses a procurarem novas fontes de ajuda divina, privilegiando em certa medida a construção de monumentos religiosos e o surgimento de novos espaços de culto na Ática. Datado desse período, arqueólogos encontraram na área oriental da Acrópole um pequeno santuário aberto dedicado a Afrodite e Eros. O Santuário de Dioniso Eleutério foi reformado, recebendo uma estátua criselefantina do deus feita por Alcámenes e performances teatrais financiadas pelo estadista Nícias; adjacente ao teatro estava o Santuário de Asclépio, talvez fundado como consequência direta da praga: por ser filho de Apolo com uma mulher mortal, Asclépio nasceu humano e adquiriu posteriormente qualidades divinas, tornando-se o principal deus da cura no panteão grego – seu culto, porém, estaria sob administração da pólis apenas a partir da metade do século IV a.C. Mais a oeste, fontes escritas indicam um templo dedicado a Têmis e a sepultura de Hipólito, filho de Teseu. Já os trabalhos de escavação na área evidenciaram um Ninfeu, talvez elevado para abrigar um altar retangular datado de 650-625 a.C., o altar mais antigo encontrado em Atenas. Todas essas edificações de cunho religioso parecem integrar o antigo *Pelargikon*, área sagrada desde a Idade do Bronze que se mantinha delimitada por uma muralha: não se conhece o perímetro exato desse espaço, visto que as ruínas não resistiram ao tempo, mas sabemos que abarcava grande parte da Acrópole. Testemunhos escritos e materiais indicam que a guerra reavivou a preocupação ateniense em preservar o controle sobre a área: uma pedra demarcatória em mármore, incorporada a um trecho de muralha, foi encontrada ao sul de uma fonte arcaica situada entre o Santuário de Asclépio e o Templo de Têmis, trazendo a inscrição “divisa da

nascente” datada da segunda metade do século V a.C. Para John Camp, isso pode indicar uma tentativa do rei arconte em restabelecer os limites do *Pelargikon* e dos antigos santuários (CAMP 2001: 123-124). Sob domínio ateniense, o Santuário de Apolo localizado na Ilha de Delos assistiu, em 426 a.C., à volta de um festival com jogos e corais em honra ao deus; no mesmo ano, todos os enterramentos da ilha foram transferidos para Renéia (ilha vizinha), de modo a purificar o terreno, proibindo-se morrer ou nascer em Delos. O Santuário de Ártemis, em Bráuron, foi igualmente incrementado: algumas construções datam do último quartel do século V a.C., época que, como vimos, não se destaca por novas edificações – uma *stoá* e uma ponte foram anexadas ao templo, o qual também sofreu reformas. Na ágora, um novo Buleutério, a oeste do predecessor, foi construído entre 416-409 a.C., e no sul da praça, inscrições sinalizam a presença de atividade mercantil na *Stoá Sul I* (CAMP 2001: 117-128).

O fim da guerra deixou Atenas sob o controle espartano. A democracia ruiu, e em 404 a.C. um grupo de trinta cidadãos atenienses conservadores foi escolhido para governar em conjunto: conhecidos como os Trinta Tiranos, seu governo oligárquico assegurava direitos plenos a pouco mais de três mil pessoas. Os atenienses também foram obrigados a derrubar suas muralhas e afundar seus navios; o desgaste sofrido na guerra deixou a pólis sem fundos, e não há projetos de construção significativos durante o governo dos Trinta, a não ser uma simples mudança de orientação das eclésias na Pnix – ao invés de olharem para o sul, em direção ao mar, os oradores agora deveriam olhar para o norte, no interior rural, pois o mar era, segundo os tiranos, afeito à democracia, ao passo que o interior era partidário das oligarquias (Plutarco, *Vidas Paralelas*, “Temístocles”, XIX; vide mais adiante, pp. 182-184).²⁵ Em 403 a.C., os atenienses recebem ajuda da pólis de Tebas para derrotar Esparta, expulsando finalmente os membros da oligarquia conservadora e restaurando o regime democrático. Poucos edifícios foram erigidos nessa época: uma construção retangular no vértice sudeste da ágora, datado de 400 a.C., possui indicações de atividade industrial, eventualmente produzindo itens para o comércio desenvolvido na *Stoá Sul I*. Coetâneo a isso, o Pompeion toma a forma de uma grande estrutura, constituída de um peristilo e diversos cômodos que se posicionam entre o *dípylon* e a Porta Sagrada (portanto,

²⁵ Segundo Jonas Malaco, essa justificativa de Plutarco não encontra correspondência nas evidências arqueológicas, pois quem estivesse na *bêma* (plataforma onde ficavam os oradores) na primeira versão do anfiteatro também não conseguia avistar o mar devido à colina que se interpunha entre eles. In: Malaco (2003b), p. 51. Camp tenta resolver o problema alterando a posição dessa primeira Pnix, mais a noroeste da colina (*apud* Malaco 2003b: p. 51, vide nota 37). De todo modo, nessa mesma nota Malaco considera a possibilidade de ser a fala de Plutarco uma mera indicação de direção, sem concretizar a ação de olhar (i.e falavam em direção ao mar, mesmo que não o vissem efetivamente) – essa hipótese nos parece mais acertada. Isso será novamente tratado no Capítulo 4 desta dissertação, pp. 133-135.

no bairro do Cerâmico), usado na preparação de procissões. No século IV a.C., Atenas retoma a guerra contra Esparta, mas desta vez contando com o suporte da Pérsia no mar, bem como o auxílio de Tebas, Corinto e Argos nas batalhas em terra. Essa ampla rede de alianças possibilitou que os atenienses virassem o jogo, e após a vitória marítima em Cnido (394 a.C.), Atenas recebeu ajuda financeira do império persa para reconstruir suas fortificações. Em 387-386 a.C., os persas impuseram aos gregos o fim da guerra, e em 378 a.C. uma nova confederação de *poleis* foi criada, prometendo maior igualdade aos aliados do que a extinta Liga de Delos (CAMP 2001: 128-139).

O século IV a.C. assiste à paulatina recuperação de Atenas, graças, em larga medida, à extração de prata nas minas do Láurio; por conseguinte, a cunhagem de moedas também se intensifica. Muitos anfiteatros são ampliados para acomodar o *boom* populacional ocasionado pelo progresso econômico, e fontes escritas relatam o enriquecimento de muitos cidadãos atenienses, assim como o crescimento do trabalho escravo. Contudo, as constantes guerras haviam minado o poderio político-militar das cidades gregas, especialmente de Atenas, relegando a pólis a ocupar um papel secundário no cenário internacional; nesse sentido, é compreensível a ameaça representada pela fulminante expansão do Império Macedônio, capitaneado pelo rei Filipe II. Em 338 a.C., a derrota grega na Batalha de Queroneia marcou o fim da autonomia de diversas *poleis*, que sucessivamente caíram em domínio macedônio: o *proteíkhisma* ateniense (fortificação externa diante dos muros) foi provavelmente construído logo após a batalha. Com a morte de Filipe, em 336 a.C., seu filho Alexandre assume o Império Macedônio e inaugura um tempo de prosperidade para todo o território conquistado: Licurgo, estadista e orador, é encarregado de administrar a cidade de Atenas e organiza a construção de importantes edifícios. O Teatro de Dioniso é ampliado, alargando sua capacidade para receber até dezessete mil espectadores, e a orquestra (local entre o público e o cenário onde eram realizados as danças e o coro) adquire forma circular; ainda no espaço do santuário, outro templo dedicado ao deus é construído. A Rua dos Tripés saía do Santuário de Dioniso em direção ao Pritaneu, e seu nome deriva-se dos inúmeros tripés (caldeirões de bronze apoiados em três pés) ao longo da via; esses eram oferecidos como prêmio aos cidadãos ricos que financiavam os corais vencedores em disputas teatrais, geralmente postos em enormes monumentos cilíndricos de mármore. Cruzando o Rio Ilisso, a sudeste da cidade, erguia-se o Estádio Pan-Atenaico, que receberia as competições artísticas e esportivas antes feitas na ágora. O Liceu e a Pnix foram reformados, e o Santuário de Asclépio ganharia um pequeno templo, um altar e uma *stoá* de dois andares. Na ágora, o Templo de

Apolo *Patroos* (Ancestral), o Monumento aos Heróis Epônimos, uma série de edifícios retangulares no vértice nordeste que funcionavam como cortes de lei, além de um colossal relógio de água no vértice sudoeste são algumas obras públicas que datam da segunda metade do século IV a.C. É digno de nota o problema de falta de água enfrentado pela população ateniense na época, o que exigiu a construção de um novo aqueduto e duas novas fontes – uma ao lado do *dípylon* e outra no canto sudoeste da ágora. Por fim, as instalações militares do Pireu e as fortificações ao redor dos demos na Ática foram reconstruídas e incrementadas; o mesmo engenheiro responsável pela construção do grande arsenal portuário de Atenas, Fílon de Elêusis, também projetou um novo pórtico de mármore colocado na fachada leste do Telestério (CAMP 2001: 139-160).

A ágora de Atenas

A importância cultural de Atenas permaneceu em voga durante séculos, mesmo quando a cidade havia caído sob o domínio estrangeiro: como vimos, seu capital político e artístico impulsionou a construção monumental de diversos edifícios especializados, e inúmeros relatos textuais e inscrições remontam à história ateniense. Isso explica a constante atenção dada por historiadores e arqueólogos à cidade, sendo ela ainda hoje a pólis grega mais bem escavada e documentada: a região da ágora, por sua vez, representava a esfera pública da pólis, o comum a todos, e por isso é sistematicamente estudada desde a década de 1930. Assim, convém destacar com mais detalhes os monumentos erigidos no interior da ágora e que, portanto, desempenhavam papel fundamental na vida política ateniense. Conforme as escavações feitas no local, podemos dizer que era uma grande praça aberta, circundada por edificações. Era, sem dúvida, o centro da cidade: vários aspectos da vida cívica eram percebidos ali, como a câmara onde os cidadãos legislavam (Buleutério), os órgãos ligados à administração pública, os arquivos, e as cortes de lei (ou tribunais de júri). Cabe apontar também a função econômica da ágora, a partir dos numerosos vestígios de cerâmica, esculturas e objetos de metal que seriam vendidos em lojas. Por fim, as *stoaí* funcionavam como ponto de encontro para discutir negócios, política ou filosofia, e eram adornadas usualmente por estátuas e pinturas que comemoravam grandes feitos realizados por cidadãos. Monumentos cultuais, como templos e pequenos santuários, eram locais de intensa atividade. Aqui, as funções administrativas, políticas, judiciais, comerciais, sociais, culturais e religiosas encontravam-se num mesmo lugar (CAMP 2003: 4).

Figura 9: Plano da ágora de Atenas (CAMP 1986: 89).

Seguindo o desenvolvimento da ágora ateniense, podemos dizer que a área foi ocupada por muito tempo antes de se tornar o centro cívico de Atenas. Durante a Idade do Bronze Tardia e a Idade do Ferro (1600-700 a.C.), a região abrigava uma necrópole e prováveis habitações; já nos séculos VI a.C. e V a.C. este era um espaço eminentemente político e religioso, com a construção dos primeiros edifícios e monumentos públicos. É possível supor que existiu uma ágora primitiva no século VII a.C. e início do VI a.C., porém pouco se sabe acerca dessa praça. Segundo Homer Thompson, a ágora enquanto grande centro da vida em comunidade desenvolveu-se lentamente no curso do século VI a.C.:

somente conseguimos conjecturar que essa ágora arcaica era situada em local diferente da ágora clássica,²⁶ menor em extensão e modesta na forma, contendo talvez alguns poucos e simples santuários, sem espaços públicos extensivos ou construções bem elaboradas (THOMPSON 1972: 19). Já a ágora a partir de aproximadamente 500 a.C. e de toda a época clássica, situada ao norte da Acrópole, deixava o caráter de centro religioso subsidiário para, de seu lado, tornar-se altamente venerável. Ela estava situada justaposta a uma imponente colina a oeste chamada Colono Agoraio. Conforme dito anteriormente, sob a direção de Péricles os atenienses devotaram grande parte dos seus recursos para reformar seus santuários. Embora tenham sofrido destruições durante as Guerras Médicas, os edifícios da ágora foram restaurados, e muitos outros se ergueram para acomodar a nova democracia que estava nascendo. Datam desse momento a *Stoá Poikile*, o *Thólos*, o novo Buleutério, a *Stoá* de Zeus Eleutério, além de casas, templos e lojas. A partir de finais do século V a.C. essa ágora foi adquirindo paulatinamente status de centro comercial, desvinculando-se das funções políticas e religiosas. A especialização do espaço na ágora também deslocou as apresentações teatrais e as competições para teatros e ginásios fora da praça (THOMPSON 1972; CAMP 1986).

²⁶ A ágora arcaica estava possivelmente situada a leste da Acrópole, e seu uso pode ter continuado mesmo com a emergência da nova ágora, perdendo gradualmente a função de centro da cidade. Pausânias menciona alguns monumentos e lugares que deveriam se associar a essa ágora arcaica, como o santuário de Teseu e o Pritaneu. Vide Noel Robertson (1998).

Figura 10: Área sudoeste de Atenas (OWENS 1991: 20).

Logo, a ágora do período Clássico estava localizada imediatamente ao norte da Acrópole, do Areópago e da Pnyx. Era na Pnyx que as decisões e leis propostas pelos magistrados eram submetidas aos cidadãos atenienses. As reuniões eram realizadas a cada dez dias para promulgar legislações, ouvir embaixadas e lidar com questões como abastecimento alimentar e defesa da cidade (LANG 2004: 7). A maior parte dos edifícios administrativos que fomentavam a democracia ateniense estava localizada na metade sul do lado oeste da ágora. As construções não foram bem preservadas ao longo do tempo, e sua identificação só foi possível por meio das descrições presentes nos relatos de Pausânias

(CAMP 2003: 14). Diversos autores antigos descrevem encontros e julgamentos ocorridos ali, apresentações de filósofos e pinturas: ao todo, cerca de setecentas referências mencionam especificamente a ágora e seus monumentos (CAMP 1986: 17). Somente a descrição de Pausânias sobre a ágora contém vinte páginas e, por isso, constitui nossa principal fonte antiga escrita para identificar essas estruturas. Ademais, as informações aqui colocadas também advêm, em grande medida, da obra de John Camp, que coordena atualmente as escavações norte-americanas no local (cf. página 38 desta dissertação).

Esse espaço aberto, mais ou menos em forma de triângulo, era formado em um dos lados pela Via Pan-Atenaica, que conduz diretamente ao *dípylon*, porta dupla da muralha de Atenas, localizada no bairro do Cerâmico em frente à necrópole. É interessante observar que diversas estradas e caminhos entravam e saíam da ágora; entretanto, a mais importante era a Via Pan-Atenaica, que a partir de um dado momento passou a cruzar toda a praça desde o portão principal (*dípylon*) até a Acrópole, constituindo uma distância de cerca de um quilômetro, e servindo como um caminho de procissão durante as Grandes Panateneias, festival em honra a Atena, deusa padroeira da pólis. Essa via cruza a ágora em diagonal, da sua esquina noroeste até o vértice sudeste, e continua sem pavimentação até o período romano, quando grandes blocos de pedra foram colocados na parte sul, próxima à Acrópole. A via era também usada para treinamento militar de cavaleiros, para corridas de bigas durante os festivais, e como pistas de corrida antes de um ginásio apropriado ser construído (CAMP 2003: 8). O vértice noroeste, por onde a Via Pan-Atenaica adentrava a praça, era um local apropriado para os *hóroi*, marcos primitivos de entradas. Os *hóroi* usualmente tinham a forma de um mastro retangular de mármore com uma genitália masculina esculpida embaixo e, no topo, a face do deus Hermes (CAMP 2003: 39).

Figura 11: Atenas: Plano da esquina noroeste da ágora (CAMP 2003: 39).

As sessões das assembleias populares (eclésias) eram franqueadas, de acordo com Finley, a todos os cidadãos que a elas quisessem assistir (FINLEY 1985: 89). Os cidadãos tinham voto direto e aberto sobre as propostas, que eram livremente debatidas e, caso fosse desejado, emendadas. Os poderes da assembleia foram inicialmente limitados, mas ganharam força e autoridade no decorrer do período Clássico; ela apenas seria abolida brevemente em 411 a.C., para dar lugar à oligarquia conhecida como Conselho dos

Quatrocentos, e em 404 a.C. com o governo dos Trinta Tiranos, ambos causados pela Guerra do Peloponeso. Enquanto as eclésias ocorriam na Pnyx a cada dez dias, um novo Buleutério, construído ao lado do Buleutério arcaico, seria sede da bulé. Os quinhentos membros da bulé (cinquenta homens sorteados de cada tribo) reuniam-se diariamente para legislar; as leis, no entanto, dependiam da aprovação na Eclésia para vigorarem. O outro conselho, uma sobrevivência arcaica composta de ex-arcontes com mandato vitalício, era o Conselho do Areópago; todavia, essa instituição já se encontrava obscurecida em 462 a.C. em vista do deslocamento das funções mais importantes ao Conselho dos Quinhentos. O antigo Buleutério, por sua vez, continuou armazenando os arquivos oficiais da cidade, e passou a ser conhecido por um novo nome no século V a.C., o *Metrôon*. Esse era um local de culto à deusa Cíbele, mãe dos deuses olímpicos, uma vez que o suposto templo dedicado a ela, situado ao norte da *ásty*, fora destruído pelos persas e não reconstruído. Aqui, nota-se a ligação da deidade com a democracia ateniense: Cíbele ganhou status de protetora das leis e da memória pública da cidade, guardando no *Metrôon* as leis, os decretos, os objetos votivos e as medidas oficiais (CAMP 1986: 91-93).

No *Thólos*, construção de tamanho expressivo e forma circular, os prítanes da bulé reuniam-se para ter suas refeições e dormir, às expensas da pólis. Cada contingente de cinquenta membros de cada tribo servia como prítane em rotação, de modo a permitir que todas elas tivessem representação igual, e sua função era cuidar da administração diária durante todo o tempo. Camp afirma:

(...) o *Thólos* em certo sentido representa o coração da democracia ateniense, onde cidadãos comuns estavam sempre de plantão servindo como senadores (CAMP 1986: 94).

Se considerarmos sua posição junto ao Buleutério, veremos então a própria sede do governo, local de atuação dos poderes legislativo e executivo.

Figura 12: Atenas: Plano dos edifícios administrativos localizados no setor sudoeste da ágora (CAMP 2003: 13).

Cada homem ateniense apto para o treinamento militar universal a fim de servir ao exército era sujeito da ação política (LANG 2004: 8). Cabe frisar que a cidadania ateniense era normalmente adquirida pelo nascimento, sendo raramente concedida a outros senão pelo voto formal da assembleia popular (FINLEY 1985: 89). As mulheres estavam excluídas, muito embora o título de cidadão tenha dependido, em dados momentos, de o jovem ter nascido de pais atenienses – o que contraria a questão do gênero na formulação do conceito, afinal como estabelecer no tocante à mulher a condição de *ateniense*? (MOSSÉ 1999). De toda maneira, o cidadão ateniense, além de membro da assembleia, era pelo menos uma vez durante sua vida escolhido para integrar a bulé, e assim propor legislações e lidar com as exigências cotidianas da administração. Em adição a isso, cada cidadão

possuía tarefas relacionadas ao “poder executivo”, alocado por pelo menos um ano em serviços como tesoureiro, oradores de contratos públicos, auditores e controladores de pesos e medidas, bem como exercia a função de jurados nas cortes da primeira à última apelação, recebendo para quase todas essas funções um subsídio diário a partir de 450 a.C. (FINLEY 1985: 89-90; LANG 2004: 8). Suas qualificações podiam ser contestadas por procedimentos formais acessíveis a todos os cidadãos, e eles tinham de se submeter a uma prestação de contas no final do mandato (FINLEY 1985: 90). Para Finley, esses controles enfraqueciam o poder dos funcionários em relação à assembleia e aos tribunais em vista da fragmentação de cargos e deveres e da ausência de um serviço hierárquico que dificultava a promoção do indivíduo no serviço público (FINLEY 1985: 90). Podemos indagar também se essa ampla participação nos assuntos governamentais que se encontra nas fontes era, de fato, realidade.

Após as reformas de Clístenes, em 508-507 a.C., todos os cidadãos foram divididos em dez tribos, advindos das três regiões geográficas da Ática: a cidade, a costa e o interior rural. Esse sistema tribal passou a ser uma característica essencial da política de Atenas, pois ser cidadão dependia, *a priori*, de pertencer a uma tribo e da manutenção das alianças entre diferentes clãs – servindo, portanto, às atividades conjuntas na bulé e no exército (LÉVÊQUE & VIDAL-NAQUET 1997).²⁷ Para nomear as novas tribos, Clístenes enviou cem nomes de heróis atenienses para o Oráculo de Delfos, e dez nomes foram escolhidos. As suas dez estátuas de bronze compunham o Monumento aos Heróis Epônimos na ágora, e seu papel transcendia a mera representação simbólica: as notícias referentes a cada tribo eram escritas nas tabuinhas de madeira e parafina penduradas abaixo das estátuas. Isso facilitava a disseminação das informações oficiais, posto que, afora anúncios específicos da tribo, muitos projetos de lei eram publicados ali dias antes da votação na assembleia. Dessa forma, os cidadãos poderiam discutir tais propostas antes de deliberar (CAMP 1986: 97-99). Pausânias em sua *Descrição da Grécia* menciona esse monumento:

Próximo ao Buleutério dos Quinhentos está o chamado *Thólos*, onde os prítanes fazem sacrifícios e há algumas imagens não grandes feitas de prata. Mais acima estão as estátuas dos heróis de quem depois receberam seus nomes as tribos atenienses; quem estabeleceu dez tribos no

²⁷ Um dos primeiros efeitos desse sistema tribal foi a união, em 507 a.C., dos atenienses ao serem atacados por beócios e calcídicos. Vitoriosa, Atenas celebrou posicionando uma carruagem e um cavalo de bronze na Acrópole. In: Camp (2001), pp. 40-42.

lugar de quatro e mudou seus nomes no lugar dos antigos também foi mencionado por Heródoto [cf. *Histórias*, V, 66-69]. Entre os Epônimos – pois assim os chamam – está Hipotonte, filho de Poseidon e de Álope, filha de Cerceão, e está Antíoco, um dos filhos de Hércules (...). Entre os heróis de origem ateniense está Leos: diz-se que este por vaticínio de um deus sacrificou suas filhas pela salvação comum. Está também entre os epônimos Erecteu, que venceu os eleusinos numa batalha (...) (Pausânias, *Descrição da Grécia*, I, 5).

As referências literárias indicam que as estátuas dos Epônimos foram erguidas em aproximadamente 425 a.C., embora os vestígios sinalizem uma data não longe de 330 a.C. Cortes nas rochas mostram que o monumento foi modificado em diversas ocasiões, e esses ajustes podem indicar mudanças no próprio sistema tribal. Sabemos que novas tribos foram criadas e heróis acrescentados de tempos em tempos de sorte a atender aos governantes dos períodos Helenístico e Romano. O número flutuava assim entre dez e trinta tribos (CAMP 2003: 17).

Figura 13: Atenas: Reconstituição do Monumento aos Heróis Epônimos (CAMP 2003: 18).

Uma instituição fundamental na vida do heleno eram, sem dúvida, as cortes de lei, ou tribunais de júri. Inúmeras passagens nas fontes literárias, sobretudo do século IV a.C., dão conta dessas cortes, mas não existem menções claras a respeito de sua estrutura física.

Todavia, é possível afirmar que grandes áreas fossem destinadas a elas: os júris eram talvez compostos por dezenas de cidadãos, que provavelmente sentavam em assentos de madeira (FINLEY 1985: 90). Em razão disso, as *stoái* parecem ser em geral a melhor opção para abrigar essa atividade, principalmente a *Stoá Real (Basileios)* ou a *Stoá Poikile* (CAMP 1986: 108). A *Stoá Poikile* (ou *Stoá Pintada*) possui arquitetura de origem dórica em sua parte externa feita em mármore, e colunas jônicas em seu interior construídas majoritariamente de calcário. A cerâmica sugere uma datação aproximada a 470-460 a.C. Seu nome é derivado de uma série de painéis pintados, que ilustravam os triunfos militares de Atenas (mitológicos e históricos) – o mais famoso era o de autoria de Polignoto, retratando a Batalha de Maratona (490 a.C.). As armaduras e armas recolhidas dos inimigos derrotados eram igualmente objeto de exaltação, dispostas no local para lembrar a todos a formação gloriosa de Atenas (CAMP 2003: 43).

Figura 14: Atenas: Reconstituição da Stoá Poikile (CAMP 2003: 44).

É curioso notar que essa *stoá* não era reclamada por nenhum grupo ou tinha uma ocupação pública específica, conquanto fosse uma construção de cunho civil. Isso porque foi construída e usada como um ponto de encontro popular, e como tal atraiu multidões e aqueles cujos negócios requeriam um público: malabaristas, engolidores de espada, mendigos, cuspidores de fogo e, claro, os filósofos. Foi na *Stoá Poikile* que Zenão fundou o estoicismo (CAMP 2003: 43).

Datada do período Arcaico, a *Stoá Real* era a casa do rei arconte (basileu), segundo na hierarquia governamental e responsável pelos assuntos religiosos e as leis. Aqui, cópias escritas de todo o código de leis ateniense estavam à disposição, e o juramento anual era feito por todos aqueles que serviriam à democracia. A construção era pequena, medindo 18 metros de extensão, com oito colunas dóricas na frente e quatro no meio (CAMP 2003: 41). Reuniões e jantares oficiais ocorriam nessa *stoá*, mas foi a abertura do processo de acusação contra Sócrates um de seus eventos mais famosos: o filósofo fora acusado de impiedade, disseminação da crença em novos deuses e corrupção dos jovens atenienses. Platão reproduz a fala de Sócrates:

Agora eu devo me apresentar à *Stoá* de Basileu para responder à acusação que Meletos trouxe contra mim (Platão, *Theaetetus*, 210d).

Figura 15: Atenas: Plano da Stoá Real (CAMP 2003: 41).

Dedicada a Zeus Eleutério (Liberdade), cujos ritos de culto iniciaram-se após a Batalha de Plateia (que libertou a Grécia da dominação persa), a *Stoá* de Zeus Eleutério tornou-se rapidamente um local de encontro informal para filósofos e assuntos

administrativos. Feita em mármore e calcário em aproximadamente 425 a.C., a *stoá* tinha colunas dóricas no exterior e colunas jônicas no interior. De acordo com Pausânias, ela foi decorada com pinturas feitas por Eufrantor de Corinto, um escultor, pintor e teórico da arte que viveu em meados do século IV a.C. (*Descrição da Grécia*, I, 3), e escudos daqueles que morreram lutando pela liberdade de Atenas eram dispostos ao longo da construção (CAMP 2001: 104-105; 2003: 10).

Figura 16: Atenas: Reconstituição da Stoá de Zeus Eleutério (CAMP 2003: 10).

A pólis tinha também um papel no comércio e nas finanças da cidade (CAMP 1986: 122). Eram sua responsabilidade a cunhagem de moedas e o controle de pesos e medidas oficiais que regulavam as operações mercantis, atividades que poderiam ser desenvolvidas em grandes construções públicas, pequenas lojas privadas, oficinas, ou mesas simples usadas por banqueiros e cambistas. Dentre os edifícios públicos do período Clássico, a *Stoá* Sul I, erigida na parte sul da praça, é significativa: moedas foram ali encontradas durante as escavações, bem como inscrições que sinalizam um local de encontro para os oficiais responsáveis pela administração do setor comercial. Medindo em torno de 80 metros de comprimento, a *Stoá* Sul I toma boa parte do lado sul da praça; sua ponta leste é a mais bem preservada. Ela era formada por uma dupla colunata com dezesseis quartos – as portas descentralizadas indicam, em muitos deles, a localização de salas de jantar, talvez usadas pelos magistrados, e uma inscrição encontrada no edifício sugere que pelo menos um dos cômodos era usado pelos *metronomoi*, oficiais que controlavam os pesos e medidas (CAMP 2003: 22).

Figura 17: Atenas: Área sul da ágora (CAMP 2003: 24).

No tocante à esfera religiosa, é curioso observar a enorme quantidade de monumentos culturais cívicos na ágora de Atenas, dos quais destacaremos dois: o Hefesteu e o Altar dos Doze Deuses. O Hefesteu, feito em mármore e situado na colina a oeste da ágora (Colono Agoraio), é o templo grego de época clássica mais bem preservado desde a Antiguidade, e se destinava ao culto de Hefesto, deus da metalurgia, também abrigando uma estátua de Atena.²⁸ Ele data da segunda metade do século V a.C. e foi construído em grande parte com mármore pentélico e uma quantidade abundante de decoração escultórica. Os Trabalhos de Héracles ocupam a fachada leste, ao passo que os Trabalhos de Teseu adornam os lados norte e sul. As duas estátuas de bronze culturais, feitas por Alcámenes, desapareceram (CAMP 2003: 12).

O Altar dos Dozes Deuses foi, segundo Tucídides, erguido durante a tirania de Pisístrato (*História da Guerra do Peloponeso*, VI, 54, 4-6), e situava-se quase no centro físico da praça. O altar era um dos poucos monumentos que serviam como marco zero ou centro da cidade. Heródoto, por exemplo, refere-se ao altar para nos dar uma distância no Egito, afirmando ser tão longe de Heliópolis até o mar quanto do Altar dos Doze Deuses até a cidade de Olímpia (*Histórias*, II, 7). O espaço também era frequentemente utilizado como local de asilo ou refúgio político, mantendo uma relação com o universo políade, assim

²⁸ Pausânias diz que a presença da estátua deve-se à lenda de Erecteu. Segundo ela, Hefesto, apaixonado por Atena, não a conseguiu; o resultado foi que a terra, fecundada por Hefesto, deu nascimento a um menino, que a deusa recolheu e chamou de Erecteu, um dos primeiros reis de Atenas. *Descrição da Grécia*, I, 14.

como a *Stoa* de Zeus Eleutério que, por sua vez, tomava a forma de uma construção cívica, especialmente ligada à administração da pólis ateniense (CAMP 2001: 104-105).

Figura 18: Atenas: Reconstituição do Altar dos Doze Deuses (CAMP 2003: 9).

O Pireu e suas ágoras

A descrição do Pireu (o porto de Atenas) só é possível a partir da associação das fontes escritas às fontes materiais. O sítio foi pouco escavado em comparação com a *ásty* – desde a Antiguidade, é um local bastante populoso –, e é mencionado por ao menos duas grandes referências literárias, Pausânias e Aristóteles. Vejamos a descrição de Pausânias:

“O Pireu era um demo desde tempos antigos, antes que Temístocles fosse arconte dos atenienses, ele não era porto. (...) Quando Temístocles foi arconte [493 a.C.], como lhe parecia que o Pireu estava situado mais convenientemente aos navegantes e que tinha três portos em lugar de um só como tinha Falero, preparou-o como porto dos atenienses. (...) Do que há no Pireu, é digno de ver, sobretudo, o recinto sagrado de Atena e Zeus. As imagens de

ambos são de bronze, Zeus tem um cetro e uma Nike, Atena uma lança. (...) Atrás do pórtico largo, onde há uma ágora para os que vivem junto ao mar – os que vivem longe do porto têm outra –, atrás desse pórtico perto do mar estão as imagens de Zeus e Demo, obra de Leocares” (Pausânias, *Descrição da Grécia*, I, 1).

A partir das palavras de Pausânias, percebemos de imediato que duas ágoras são registradas no horizonte do Pireu: aquela reconhecida nos textos antigos como *empóron*, e a ágora “hipodameia” (GARLAND 1988). A primeira, destinada àqueles que viviam junto ao mar, seria uma praça de comércio marítimo, situada no litoral, com grande porto e atividade mercantil; a segunda seria mais frequentada por aqueles que viviam longe do mar, e tinha um traçado regular – daí o nome hipodameia, em referência a Hipodamo de Mileto, a quem se atribuem comumente os primeiros usos da grade ortogonal na Grécia.²⁹ Nesse relato também é possível apontar a datação para o traçado do Pireu: Pausânias condiciona a elevação e planejamento do porto como o principal de Atenas à ação de Temístocles, quando este foi arconte em 493 a.C. (OWENS 1991: 56; STEINHAUER 2006: 10). Além disso, Aristóteles (*Política*, II, 1267b) credita a Hipodamo a estruturação da planta do Pireu; logo, posto que outros associem o nome de Hipodamo à reconstrução de Mileto, em 480 a.C., e ao planejamento de Túrio, fundada em 444 a.C., podemos afirmar que sua atuação se deu no século V a.C., o que reforça a idéia de que o traçado do Pireu data da primeira metade deste século. Porém, a datação de uma série de marcadores de fronteira encontrados ali sugere uma data posterior, próxima à segunda metade do século V a.C. Para Eddie Owens, o fato de Tucídides, ao descrever o porto, não mencionar a relação entre o planejamento do Pireu e a ação de Temístocles pode ser um indicativo que a informação de Pausânias é inverídica, uma vez que seria provavelmente digna de nota caso tivesse acontecido. De toda forma, uma data próxima à metade do século é mais apropriada

²⁹ Cabe aqui lembrar que na história do urbanismo grego as malhas das cidades foram classificadas em malhas ortogonais e malhas orgânicas. A malha orgânica é a que acompanhou as cidades mais antigas da Grécia que desde a Idade do Bronze se expandiram no espaço, desordenadamente de dentro para fora. No tocante às malhas ortogonais, tradicionalmente se aceita que Hipodamo de Mileto foi o precursor da planta ortogonal na Grécia. Aristóteles é nossa maior fonte de informação sobre Hipodamo. Ele o apresenta como um excêntrico teórico político e social que especulava acerca da natureza da cidade ideal (*Política*, II, 8). Há vários relatos sobre Hipodamo nas fontes textuais, embora muitos sejam imprecisos: Aristóteles credita a ele a estruturação do Pireu, e outros associam seu nome à reconstrução de Mileto e ao planejamento de Túrio, fundada em 444 a.C., e de Rodes, fundada em 408 a.C. Contudo, várias cidades da Ásia Menor e do Ocidente grego já possuíam a planta ortogonal desde o século VIII a.C. Podemos supor, então, que Hipodamo conheceu este método e o desenvolveu nas outras cidades, conquanto, provavelmente, não tenha chegado a Rodes, devido à disparidade cronológica. Vide: Martin (1956), Castagnoli (1972), Wycherley (1973) e Mertens & Greco (1996).

tendo em vista a construção das muralhas que ligam Atenas a seu porto, iniciada no governo de Címon e finalizada por Péricles (cf. página 45 desta dissertação); podemos considerar, assim, que o Pireu foi construído após a partida dos persas, entre 470 e 460 a.C., provavelmente com um *layout* desenvolvido por Hipodamo (OWENS 1991: 56; STEINHAUER 2006: 10).

É interessante observar que Aristóteles (*Política*, XI, 1331b) propõe a separação da ágora em duas, a exemplo da ágora dos tessálios: uma seria livre de comércio, consagrada aos deuses e destinada ao lazer; a outra, dedicada aos negócios, com a finalidade de facilitar o trato portuário. Atenas seguiu esse caminho no século V a.C. ao projetar uma ágora mercantil no Pireu, reservando o caráter público para sua ágora principal, centralizada na *ásty*. No entanto, o rigor das funções nessas ágoras não permaneceu ao longo dos séculos V a.C. e IV a.C., conforme nos indicam a aglomeração de edifícios e a presença de comércio nas áreas públicas, o que justificaria, portanto, a crítica de Aristóteles.

Figura 19: O Pireu em 430 a.C. (CONNOLLY & DODGE 1998: 13).

O complexo do Pireu possuía três portos na Antiguidade: Cântaros, o maior e mais importante; Zea e Muníquia. De acordo com as escavações, ele era amuralhado e unido à *ásty* por um corredor de mais de cem metros de largura também amuralhado (GARLAND 1988). Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, II, 13, 1) afirma que o comprimento

original dos muros era de 60 estádios (cerca de 10 km). Alguns setores foram preservados: hoje, é possível ver algumas partes do muro litorâneo, formadas por duas fileiras de pedras, preenchidas por terra e cascalho, além de vinte e duas torres (eram cinquenta e cinco) separadas por distâncias de 45 a 100 m (dependendo da região da costa), mas talvez a única reminiscência da muralha original nesta área seja a entrada de Zea (o segundo maior porto do Pireu, ao sul da Península), junto a uma torre. O túmulo de Temístocles foi, inclusive, identificado numa coluna restaurada do lado de fora desses muros, a partir de fontes antigas – o que fortalece a tese de sua autoria da elaboração do projeto (STEINHAEUER 2006: 14-15). Ao norte, Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, I, 93) descreve a existência de uma majestosa estátua de Hermes no portão de entrada do porto que o conectava à *ásty* ateniense; essa porta integrava um complexo formado por longas muralhas (feitas a mando de Címon), e teve que ser adaptada com a construção da nova fileira de muros por Péricles, erigindo-se mais uma porta a noroeste. A oeste, estava o Portão da *Ásty*, com muros e torres reconstruídos no início do século IV a.C. – as torres, por exemplo, passariam da forma oval para a retangular, distantes 15 m uma da outra –, enquanto outra porta (*Eëtioneia*) foi erguida em 411 a.C. ao norte do porto de Cântaro, a mando das oligarquias que controlavam Atenas após a Guerra do Peloponeso, possivelmente para controlá-lo e, depois, entregá-lo ao controle espartano (STEINHAEUER 2006: 15-18).

Figura 20: Atenas e Pireu. Fortificações e as longas muralhas (HELLMANN 2002: 38).

A ágora hipodameia estava situada a oeste da colina de Muníquia e ao norte do porto de Zea, enquanto o *empóron* estava localizado nas margens leste e norte do porto de Cântaro, sendo todo delimitado por marcadores de fronteira – os *hóroi*. Cinco *stoái* circundavam o cais de Cântaro: vestígios apontam para *stoái* com duas fileiras de quartos; havia também estátuas dedicadas aos benfeitores e aos deuses (vide relato de Pausânias acima). Funcionários públicos também deviam frequentar o local, especialmente aqueles ligados às funções econômicas da pólis, como controladores de pesos e medidas e supervisores de portos (OWENS 1991: 56; STEINHAUER 2006: 18-20).

Figura 21: Hóroi (Foto do Acervo Labeca).

O planejamento do Pireu permitiu que fossem integradas as facilidades do porto com o desenho das áreas públicas, construções e distritos residenciais. As poucas ruas escavadas indicam que sistemas de ruas alinhados de forma diferente colocaram-se em uso através da cidade com o passar do tempo, embora a regularidade fosse mantida. Muitos monumentos foram perdidos, embora vestígios apontem a localização de alguns deles: o teatro de Dioniso, por exemplo, está situado ao norte da colina de Muníquia, e o Santuário de Asclépio foi encontrado a oeste da mesma colina. No topo dela, ruínas podem indicar um pequeno santuário dedicado a Ártemis (OWENS 1991: 56; STEINHAUER 2006: 22-23).

O processo de expansão grega na Magna Grécia e na Sicília

Entre os séculos VIII a.C. e VII a.C., diversas expedições saíram da Grécia em direção a outras regiões da costa do Mar Mediterrâneo, em especial o sul da Península Itálica e Sicília, com o objetivo de fundar novas cidades (WYCHERLEY 1973; DE POLIGNAC 1984; OWENS 1991). Essas novas cidades recebiam o nome de apoikias, e embora fossem completamente independentes do ponto de vista econômico e político, mantinham relação moral e religiosa com as *poleis* que as haviam fundado.³⁰ Segundo as evidências arqueológicas, algumas apoikias foram estabelecidas em locais anteriormente usados como entrepostos comerciais, conquanto não houvesse necessariamente uma continuidade na função dos assentamentos para o período subsequente (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 10). É interessante notar, porém, que as atividades comerciais no Mediterrâneo durante o período anterior à fundação de apoikias também contribuíram para as futuras expedições e fundações: informações geográficas e etnográficas foram reunidas, facilitando o contato dos recém-chegados com as populações nativas e permitindo trocas culturais entre as diferentes sociedades. A ligação entre política e religião também é visível já no período que antecede as fundações: o oráculo de Delfos, onde estava localizado o santuário dedicado a Apolo, desempenhou importante papel no movimento de expansão ao orientar os gregos na fundação das novas cidades. Além disso, o oikista (nome dado ao fundador de uma apoikia) recebia, dentre diversas honras particulares, a de ser sepultado no espaço da ágora como herói fundador; após a sua morte, um culto cívico era dedicado a ele (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 10-12).³¹

Convém destacar que na maioria dos novos assentamentos a divisão do espaço em áreas públicas e privadas constituía a primeira ação dos novos moradores. O planejamento do espaço político (a ágora), das estradas e dos setores religiosos (santuários urbanos e

³⁰ Evitaremos usar, sempre que possível, a palavra colônia, para não confundir o processo de expansão grega com o movimento colonizador europeu em Idade Moderna e Contemporânea. Um resumo dessa discussão na Arqueologia é feito por Hirata (2010a), pp. 32-38. De todo modo, há diferenças fundamentais entre os dois movimentos: as colônias modernas europeias eram extremamente dependentes de suas metrópoles, tanto do ponto de vista político como econômico, ao passo que as apoikias gregas mantinham essa dependência (bastante volátil, inclusive) no campo religioso e identitário. Outra questão a ser levantada é o uso do termo *migração* e suas diferenças ao processo de colonização: o primeiro comumente refere-se ao deslocamento de povos espalhados, derrotados e empobrecidos, que buscam comunidades maiores para se acomodarem; já o segundo denomina, em geral, as expedições além-mar altamente organizadas por unidades políticas em direção ao Mediterrâneo e Mar Negro. Jonathan Hall analisa criticamente essa distinção, salientando que ela não é encontrada na tradição literária (Tucídides, por exemplo, nomeia apoikia todo e qualquer assentamento de origem grega). In: Hall (2007), pp. 94-95.

³¹ Embora existam evidências materiais de homenagens a heróis políades, Jonathan Hall questiona a veracidade dessa afirmação ao apontar que a figura do oikista só teria sido de fato heroicizada a partir do período Clássico, para valorizar a comunidade política. Justifica-se, assim, o fato de que muitos desses cenotáfios e cultos cívicos sejam datados somente a partir do século V a.C. In: Hall (2007), pp. 102-106. Vide, mais adiante, Capítulo 4, pp. 177-178.

extraurbanos) era concomitante à distribuição dos lotes destinados ao cultivo e à construção de casas. Estes dois setores – o político e o religioso – eram, logo, os principais centros nos quais as pessoas apoiavam-se a fim de criar uma identidade para aquela emergente comunidade de cidadãos (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 13; HIRATA 2010a: 73-74). As fundações gregas situavam-se, ademais, em localidades próximas ao mar, fontes de água e terras próprias ao cultivo, o que corrobora a ideia de que a *khóra*, bem como o acesso ao mar, eram partes fundamentais da formação das *poleis* gregas.

No que se refere às razões que motivaram os gregos a se lançarem ao mar e estabelecerem cidades, alguns fatores podem ser apontados: crises demográficas, mudanças ambientais, interesses mercantis e conflitos políticos, tanto nas metrópoles como nas próprias apoikias, gerando, em dados momentos, subapoikias (como é o caso de Selinonte, fundada por remanescentes de Mégara Híbléia) e refundações (por exemplo, a pólis de Camarina, refundada duas vezes após sua total destruição). Dessa forma, temos, a partir do final do século VII a.C., algumas cidades fundadas não mais por gregos vindos da Península Balcânica, mas de pessoas originárias das cidades gregas já existentes naquelas regiões. Essa divisão, por vezes compulsória, das comunidades se contrapunha à mobilidade individual em busca de artigos exóticos ou mera troca de produtos, e até mesmo às migrações dóricas e jônicas dos séculos XI a.C. e X a.C., em que grupos inteiros abandonavam voluntariamente seu local de origem, dando um caráter especial à expansão grega de época arcaica. Se considerarmos ainda a emergência da pólis no mesmo período, fica clara a ligação entre os dois processos. A aristocracia fundiária da Idade do Ferro entrou em constante confronto com grupos sociais emergentes, os quais paulatinamente redefiniram as bases sociais e políticas enquanto organizavam essa nova forma de vida em um espaço bem delimitado – a pólis. Essa nova maneira de viver em sociedade é característica não somente das cidades balcânicas, mas de outras fundações a partir do século VIII a.C.; séculos mais tarde, quando a pólis já estava bem estruturada e o contexto político e social era outro, as fundações passam a ter natureza diferente, como as cidades de mercenários compostas pelos tiranos de Siracusa (cf. páginas 167-171 desta dissertação), ou as cleruquias militares (cidades que mantinham dependência econômica e política com as metrópoles) fundadas por Atenas no século V a.C. Mas se a própria pólis estava em processo de formação na Grécia Balcânica, como afirmar que as ditas metrópoles tivessem estruturas de poder suficientes para organizar um empreendimento dessa magnitude? Não seria, ao contrário, a ausência dessas estruturas a razão por que elas não conseguiram impedir a migração endêmica de parcelas de suas populações? Os

contatos entre gregos e não gregos e a sua importância no desenvolvimento dessas comunidades evidenciam o caráter ambíguo da identidade colonial: tais grupos querem ressaltar sua autonomia criando uma identidade regional, mas ao mesmo tempo participam ativamente dos eventos pan-helênicos. Isso não surpreende se novamente lembrarmos que a identidade grega ainda estava em formação na área continental. Nesse sentido, talvez seja mais coerente compreendermos a formação das apoikias gregas a partir do conceito de *redes de identidades*, microrregiões dinâmicas e integradas que constroem suas identidades de forma recíproca, e não pelo modelo hierarquizante que submete a apoikia à ideologia da metrópole (HIRATA 2010a: 37-38; 44; 53-55).

É possível afirmar, portanto, que a partir do século VIII a.C. os gregos fundaram várias cidades fora da Grécia continental, com o intuito de buscar novas oportunidades comerciais, novas terras ou fugir de conflitos sociais e políticos em suas comunidades de origem. Este movimento migratório resultou em uma verdadeira expansão territorial, e, por conseguinte, na difusão da cultura helênica e apropriação de características de outros povos. Os vínculos comerciais parecem ter sido um fator relevante, na medida em que os contatos com povos estrangeiros vinham crescendo desde o século IX a.C., como atesta a descoberta de exemplares de cerâmica grega datadas do início do século VIII a.C. em sítios etruscos (DE POLIGNAC 1984: 100) e do século X a.C. em Tiro, cidade fenícia (HALL 2007: 96-97). Entretanto, parece-nos que o comércio não foi o único fator, haja vista as recorrentes trocas entre os gregos e os povos do Mediterrâneo Ocidental ainda na Idade do Bronze, que originaram apenas entrepostos (as *emporíai*), e não cidades de fato. Além disso, a parcela da população que se dedicava ao comércio não parecia ser tão ampla a ponto de impulsionar um deslocamento efetivo de habitantes. Por esta razão, acredita-se que muitas expedições tratavam-se somente de uma realocação populacional, interessada na exploração do território e em uma estadia permanente (DE POLIGNAC 1984: 100).

No caso específico da Sicília, o fator mercantil parece ter tido uma importância ainda menor: foram encontrados poucos indícios de atividade comercial com as populações nativas no período anterior às primeiras fundações. Assim, podemos também considerar os conflitos sociais como motor dessas expedições, fomentados pela existência de um enorme excedente populacional e pela falta de terras (SNODGRASS 1981: 60). Sejam quais forem os motivos, uma vez fundada, a apoikia estabelecia locais sagrados para os cultos coletivos. Os santuários indicavam a ligação da fundação com a cidade-mãe, por intermédio dos rituais e objetos oriundos da metrópole, reafirmando a helenidade do grupo. Já os santuários da *khóra* tinham a função de integrar e promover a ascensão da terra ocupada ao estatuto

de território da pólis (DE POLIGNAC 1984: 103). A monumentalidade desses santuários acompanhou a proliferação de governos tirânicos, responsáveis por um invejável desenvolvimento urbanístico nas *póleis* siceliotas, e na sua crescente capacidade militar de caráter conquistador – lembremos Siracusa, cujo poder e ímpeto imperialista em seu apogeu apenas rivalizaram com a Atenas do período Clássico. Por fim, a Sicília também abrigou o florescimento de uma identidade própria, regional, mas ainda integrada à rede grega: eram siceliotas frente aos nativos, mas gregos no conjunto de toda a Hélade (HIRATA 2010a: 56-57).

Figura 22: Apoikias gregas na Península Itálica (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004).

Figura 23: *Apoikias gregas na Sicília* (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004).

A “megalópole” do Ocidente: Siracusa

De acordo com os relatos de Tucídides, Estrabão e Plutarco, a apoikia de Siracusa teria sido fundada em 733 a.C. por um grupo de coríntios liderados por Árquias (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 202). Estrabão conta que Árquias e Miscello foram até o Oráculo de Delfos, e ali teriam sido questionados se preferiam a riqueza ou a saúde. Árquias escolheu a riqueza, e por isso foi orientado a fundar Siracusa, na Sicília, enquanto Miscello preferiu a saúde e acabou por fundar a pólis de Crotona, na Península Itálica (*Geografia*, VI, 270). Já Plutarco afirma que Árquias, na realidade, era um assassino, e somente teria fundado a pólis para se redimir aos olhos do deus Poseidon.³² De toda forma, a partir do surgimento da apoikia no século VIII a.C., as fontes literárias narram diversas tensões políticas que marcaram a passagem dos séculos VII e VI a.C. em Siracusa, desde o exílio de oligarquias derrotadas em disputas políticas até a fundação de subcolônias para defender seu território. Do século V a.C. em diante, Siracusa foi palco de importantes tiranias e conflitos sociais, opondo homens livres pobres, escravos e indígenas às camadas mais altas da população, proprietárias de grandes lotes de terra na *khóra*, até a sua conquista por Roma no século III a.C. (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004).

A *ásty* estendia-se por quatro núcleos urbanos: Ortígia, Acradina, Tyche e Neápolis, este último mais recente. Sua localização na costa siceliota trazia dois portos: um menor, no Mar Jônico, entre dois promontórios ao norte e ao sul, era chamado *Lakkios* (Porto Piccolo); outro maior, a oeste da península de Ortígia, era denominado Porto Grande. Devido ao avanço do mar, o Porto Piccolo antigo desapareceu, sendo a parte interna do porto contemporâneo menor uma reminiscência do que era o antigo Porto Grande. O antigo istmo que ligava Ortígia ao restante do território também ficou submerso, e hoje a conexão entre a ilha e a Sicília é feita por três pontes. Segundo o poeta *Ibycus*, que viveu no século VI a.C., um molhe de pedra teria sido construído no istmo para facilitar a travessia entre as

³² “Melissus tinha um filho chamado Acteon, o mais belo e modesto jovem de sua idade; ele tinha muitos apaixonados, especialmente Archias, um descendente dos Heráclidas e o mais proeminente homem em Corinto, tanto em riqueza quanto em poder. Quando Archias não conseguiu persuadir o menino a ser seu amante decidiu tomá-lo pela força. Ele levou junto uma multidão de amigos e servos e foram para a casa de Melissus em uma bebedeira festiva para tentar tomar o menino. O pai de Acteon e seus amigos resistiram; os vizinhos correram para ajudar a empurrar com violência os assaltantes e no final Acteon estava em pedaços e morto. Os meninos então fugiram e Melissus carregou o cadáver de seu filho para a ágora dos coríntios e o expôs, pedindo reparação daqueles que haviam cometido estes crimes. Mas os coríntios nada fizeram além de ter pena do homem. Sem sucesso Melissus foi embora e esperou o festival Istimico onde foi para o templo de Posídon e criticou os Baquíadas e lembrou ao deus os grandes feitos de seu pai Habron. Invocando os deuses ele se atira das pedras. Não muito tempo depois, seca e praga assolam a cidade. Quando os coríntios consultaram o deus sobre alívio ele lhes diz que a raiva de Posídon não se amainaria até que eles buscassem punição para a morte de Acteon. Archias aprendeu estas coisas pois ele era um dos que consultaram o oráculo e ele decidiu de livre vontade não retornar a Corinto. Em vez disso navegou à Sicília e fundou a colônia de Siracusa” (*Moralia*, 772e-773b *apud* Hirata 2010a, pp. 58-59). Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata.

áreas durante o período Arcaico (*apud* CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 205-206). Os métodos mais modernos de Arqueologia Subaquática permitiram que os pesquisadores encontrassem na região portuária vestígios de muros, portas, *neósoikoi* (alojamento para guardar equipamentos navais e os próprios navios quando estavam fora do mar) e uma alta quantidade de cerâmica associada a atividades comerciais datada da época da fundação até a fase Helenística. O amuralhamento dos portos parece se concentrar entre os séculos VI a.C. e V a.C., e tanto o *neósoikoi* como canaletas para drenagem de água remontam ao século V a.C. – possivelmente uma extensão da política tirânica de Siracusa, que se preocupou em urbanizar e defender militarmente a área num período em que a pólis esteve envolvida em guerras contra cidades vizinhas, cartagineses e mesmo na Guerra do Peloponeso como aliada dos espartanos (BASILE & MIRABELLA 2003: 315-326).

Figura 24: Planta geral de Siracusa no início do século IV a.C. (COARELLI & TORELLI 1984: 114).

Essas disputas políticas podem ser explicadas, em certa medida, pela pujança econômica da região, favorecida por importantes rotas de comércio no Mar Mediterrâneo que se ligavam aos seus dois portos. Já o alto número de tiranos deve-se a um conjunto de

fatores, tais como a constante instabilidade provocada pela presença de povos indígenas, apoikias vizinhas e as ameaças externas, especialmente de origem cartaginesa. A política agressiva tirânica teve sucesso em conter esses ataques e foi responsável pelo enriquecimento e expansão urbanística não só de Siracusa, mas também de outras *póleis* gregas no Ocidente (HIRATA 2010a). Ainda nos séculos VII a.C. e VI a.C., o poder político de Siracusa estaria concentrado nas mãos dos *gamoroi*, proprietários de terra que enfrentariam forte resistência de homens livres pobres e escravos no início do século V a.C.; essa aristocracia agrária acabaria expulsa da pólis, refugiando-se na cidade vizinha de Leontinos, embora retornasse pouco tempo depois graças ao tirano Gelão, da importante família dos Deinomênidas (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 202). É essa família que inaugura uma longa sucessão de governos tirânicos na pólis de Siracusa, sendo conveniente então traçarmos um breve relato das vicissitudes políticas desse período antes de descrevermos o desenvolvimento urbanístico (cf. página 83 mais adiante).

Além dos dados auferidos da Arqueologia, vários autores antigos (Diodoro Sículo, Plutarco, Heródoto, para citar alguns) descrevem em suas obras as tiranias siceliotas.³³ Heródoto, por exemplo, conta que Gelão, prestigiado comandante militar em Gela, sucedeu o tirano Hipócrates após sua morte (por volta de 491-490 a.C.), usurpando o direito ao governo que pertencia naturalmente a um dos filhos de Hipócrates (*Histórias*, VII, 154-155). Como forma de legitimar seu poder, ele chega a participar dos Jogos Olímpicos pan-helênicos em 488 a.C. – honra que até então nenhum tirano siceliota havia alcançado –, dos quais sai como um dos vencedores (LURAGHI 1994: 240-241; VAN COMPERNOLLE 1959: 316). Em 485-484 a.C., Gelão derrotou os siracusanos na Batalha de Eforo e ocupou Siracusa, transferindo seu aparato administrativo para lá. Seu governo foi responsável por um notável desenvolvimento urbanístico de Siracusa e pela construção de novos bairros residenciais, bem como pela transferência compulsória de parte das populações de cidades conquistadas por ele até aquele momento para a nova sede administrativa.³⁴ Seu projeto expansionista entraria em choque com as invasões cartaginesas na Sicília, e em 480 a.C. ele finalmente derrotaria as tropas de Cartago na Batalha de Himera, com a ajuda da pólis de Agrigento, também governada por um tirano (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 202-204; DEMAND 1990: 47-50; LURAGHI 1994).

³³ Uma descrição detalhada do desenvolvimento político de Siracusa também é encontrada no Capítulo 4, pp. 167-171.

³⁴ Logo após conquistar Siracusa, o tirano transferiu para lá metade da população de Gela; em seguida, destruiu a pólis de Camarina e também deslocou os sobreviventes, fazendo o mesmo, por fim, com a população de Mégara Hibleia. In: Heródoto, *Histórias*, VII, 156-158.

Desde a conquista de Siracusa, Gelão havia deixado de lado o governo de Gela, confiando-o a seu irmão Hierão. Porém, com a sua morte em 478 a.C., Hierão passa a ser tirano também de Siracusa, e mantém o viés expansionista do antigo governo. Hierão volta-se para a Magna Grécia e envolve-se nos conflitos entre gregos e etruscos. Internamente, investiu no engrandecimento cultural de Siracusa, abrigando poetas e artistas, e tal qual o irmão fizera com outras *poleis*, transferiu a população de Naxos e Catânia para Leontinos, e no lugar onde estava Catânia criou uma nova pólis, Etna, de modo a receber as honrarias destinadas a um oikista (fundador da cidade) – seria, inclusive, sepultado na ágora de Etna, como um verdadeiro herói (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 49, 1-3; 66, 1-67). Devido à sua morte, em 467 a.C., Hierão é substituído por seu irmão Trasíbulo, mas sua tirania é desastrosa, e em pouco tempo uma aliança feita entre grupos democráticos siracusanos e uma coalizão de *poleis* siceliotas põe fim à dinastia dos Deinomênidas em Siracusa – uma estátua de Zeus Eleutério (Liberdade) seria erguida em comemoração à vitória sobre o tirano (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 204; DEMAND 1990: 50-55).

A queda dos Deinomênidas não põe fim à tirania em Siracusa. Na segunda metade do século V a.C., a região foi alvo constante do expansionismo ateniense. Entre 415-413 a.C., os siracusanos derrotariam a frota ateniense, mas seu poderio militar ficaria severamente desgastado. Isso facilitou a invasão púnica na Sicília anos mais tarde (409-405 a.C.), liderados por Aníbal (sobrinho do general cartaginês Amílcar, que havia sido derrotado em Himera no ano de 480 a.C.). Rapidamente, os cartagineses conquistaram Selinonte, Himera e Agrigento. Faltava Siracusa, e diante da crescente ameaça sobre a pólis, o já influente general Dionísio proclamou-se comandante supremo do exército siracusano. Embora não conseguisse proteger as *poleis* de Gela e Camarina,³⁵ devastadas pelo exército inimigo, Dionísio foi capaz de evitar a invasão de Siracusa em tempo de negociar um tratado de paz, em 405 a.C. – e contando também com uma dose de sorte, uma vez que o exército púnico foi acometido por uma praga e estava enfraquecido. Contida a ameaça cartaginesa, Dionísio pôde se consolidar como tirano de Siracusa, fortificando o sistema defensivo da pólis e reaparelhando o corpo militar; seu desejo era, na realidade, retomar a guerra contra Cartago num momento mais favorável a Siracusa. Quando o armistício cessou e as batalhas recomeçaram, o plano de Dionísio foi bem-sucedido: em 392 a.C., as *poleis* gregas siceliotas estavam livres da dominação cartaginesa. As vitórias sobre Cartago permitiram que a tirania siracusana voltasse sua atenção à Península Itálica, conquistando novas populações indígenas e apoikias gregas. Em 369 a.C., porém, Siracusa sofreu uma trágica

³⁵ Camarina tinha sido refundada e repovoada em 461 a.C. (cf. página 114 mais adiante).

derrota para os púnicos, e gradualmente perdeu o controle sobre as cidades gregas vizinhas, até que Dionísio foi morto em combate, em 367 a.C., e seu filho assumiu o governo (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, Livro XIII, 96, 4). Dionísio II assinaria a paz com Cartago, mas diversas tensões políticas internas marcariam sua tirania: facções aristocráticas e democráticas questionavam sua autoridade, e seu sucessor Dion (alçado ao governo em 354 a.C.), alvo de inimigos políticos, seria assassinado. Para tentar resolver a crise, Corinto enviou seu general Timoleonte à região, em 344 a.C. (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 204; DEMAND 1990: 98-106).

Timoleonte teve um papel fundamental na história política e urbanística de Siracusa. Após entrar na *ásty* (área urbana) com seu exército, destruiu as fortificações, o palácio em Ortígia, construído por Dionísio I, e os túmulos dos tiranos da cidade, tomando enfim o poder como estrategista (chefe militar). Seu governo durou oito anos,³⁶ e é lembrado, no campo militar, por defender Siracusa de mais uma tentativa de invasão cartaginesa, e no campo urbanístico por um notável florescimento arquitetônico e expansão da rede viária tanto em Siracusa como nas subcolônias. Após sua morte, seu corpo foi enterrado na ágora de Siracusa tal quais os heróis da cidade. O governo ficou então, em 337 a.C., nas mãos de oligarquias, até que um democrata, Agátocles, foi eleito estrategista em 318 a.C.; ambicioso, ele planejou um golpe de Estado que o faria tomar o poder na pólis, eliminando o conselho formado por membros das oligarquias. Em 310 a.C., seu golpe foi posto em prática com êxito e ele se declara rei de Siracusa. Em 306 a.C., após ser derrotado por Cartago em território africano, Agátocles assinou mais um tratado de paz com os púnicos, o qual, no entanto, também cedia o controle de toda a Sicília ao tirano, nomeando-o agora rei da Sicília – título mantido até sua morte, em 289 a.C. (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 204-205).

Posto o desenvolvimento político da pólis, é possível agora relacioná-la com sua expansão urbana. A ocupação grega iniciou-se na península de Ortígia, local que ainda hoje permanece o núcleo histórico e turístico da cidade, estendendo-se por 40 hectares e ligando-se por um istmo ao interior da Sicília, nos bairros de Acradina, Tyche e Neápolis. A rede viária antiga de Ortígia, inclusive, continua a base da rede atual, com as estruturas modernas sobrepondo-se, muitas vezes, às estruturas da Antiguidade – o que dificultou, em dados momentos, a escavação arqueológica na área (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 205). Na época de sua fundação, as habitações siracusanas possuíam formato retangular com aproximadamente 4 m², feitas com tijolos e pedras, e abastecidas por um poço; assim

³⁶ Ele retirou-se da vida política. In: Cerchiai; Janelli & Longo (2004), p. 204.

como em Mégara Hibleia, pólis vizinha, as casas abriam-se para o sul e foram ampliadas com o passar do tempo. Duas plateias (vias mais largas) principais orientavam a formação dos quarteirões, ambas norte-sul, cortadas por outras diversas vias mais estreitas (estenopes) em sentido leste-oeste, originando blocos de 23x25m tomados por verdadeiras aglomerações de casas, quase sem espaço entre elas (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 206-209).

Figura 25: Siracusa: Traçado urbano antigo de Ortigia, com disposição espacial dos templos (BOLLATI & BOLLATI 1999: 55).

Vestígios dessas estruturas habitacionais foram encontrados na área onde hoje está situado o Palazzo della Prefettura (Palácio da Prefeitura). Esse padrão mantém-se em Acradina e Neápolis, e à medida que a pólis interioriza-se (seguindo as necrópoles para o oeste) a *khóra* também é expandida, dividida em *klêroi* (lotes de terra cultiváveis, fazendolas). Esse crescimento territorial planejado pode ser explicado pelo aumento demográfico em decorrência do próprio desenvolvimento econômico da pólis e dos deslocamentos populacionais organizados por governos tirânicos, como vimos anteriormente (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 205-212; PELAGATTI 1978).

Figura 26: Planta de Siracusa: repartição de terras na *khóra* (BOLLATI & BOLLATI 1999: 47).

Na região da Piazza Duomo (Praça da Catedral), em Ortígia, sinais de construções de cunho administrativo e religioso apontam para uma intensa ocupação no local onde hoje se encontra a catedral moderna. Um templo pequeno, datado da época de fundação, e dedicado provavelmente a Ártemis, parece ter sido substituído por um edifício maior; outro templo pequeno, localizado a leste da Via Minerva, é datado de meados do século VI a.C., sendo deixado de lado mais tarde com a elevação do grande templo jônico e do Atenaion. Toda a fundação desse templo dedicado a Atena permanece sob a catedral e boa parte dessa estrutura está integrada ao próprio edifício barroco da igreja. De ordem dórica, com seis colunas em cada frente, quatorze colunas em cada lado e uma estátua da deusa com um enorme escudo dourado que reluzia sob a luz do sol – e, assim, funcionava como ponto de referência aos navegantes –, presume-se que tenha sido erigido durante a tirania de Gelão para celebrar a vitória em Himera contra os cartagineses. Cícero conta que o Atenaion ainda era ricamente adornado no século I a.C., até a chegada do governante romano Caio Verres, magistrado célebre pela adoção de medidas impopulares (como aumento de impostos e restrições de direitos aos cidadãos) e por ter levado a Sicília da condição de uma das províncias mais ricas da República Romana à situação de miséria e penúria: Verres teria saqueado o templo, tomando posse de todos os ornamentos e pinturas (Cícero, *Verrines*, 2, IV, 122). Durante as escavações nessa região, também foi encontrado um painel de terracota pintado, datado da metade do século VI a.C., que retratava uma górgona (ser da mitologia grega) correndo com os joelhos dobrados. Colado ao Atenaion, o Templo Jônico, com seis colunas em cada frente e dezesseis colunas em cada um dos lados, data do fim do século VI a.C. e nunca foi terminado; ali, os arqueólogos acharam fragmentos de terracota pintada que parecem formar uma esfinge. Por fim, reminiscências da parede de um terceiro templo construído em homenagem ao deus Apolo estão localizadas na parte mais setentrional da península. Feito em arenito e datado do primeiro quartel do século VI a.C., esse edifício tinha uma dupla colonata na parte frontal e colunas monolíticas que chegavam a oito metros de altura, totalizando seis colunas em cada frente e dezessete colunas em cada lado; seu arquiteto foi Cleomedes, conforme aponta uma inscrição nos degraus da parte ocidental do templo. Duas torres quadradas de vigia que delimitavam um portão, datadas entre o fim do século V a.C. e o começo do IV a.C., podem ser fruto da implantação de um sistema defensivo realizada por Dionísio I, assim como os vestígios de uma ponte levadiça e de uma vala que se conectavam a seu palácio – ao levar o centro administrativo da pólis para a península, o tirano teria ordenado a construção desse imponente edifício para abrigar sua família, os funcionários estatais e as principais

atividades de governança da pólis, mas o palácio foi destruído por Timoleonte e depois reconstruído por Agátocles (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 206-209).

Figura 27: Siracusa: Reprodução em maquete do Templo Jônico e do Atenaion - Museu Paolo Orsi (Foto do Acervo Labeca).

Figura 28: Siracusa: Reprodução em maquete do Templo de Apolo - Museu Paolo Orsi (Foto do Acervo Labeca).

Atravessando o istmo em direção ao interior da Sicília, chegava-se ao planalto de Acradina, cercado pelo terraço das Epípoles ao norte. Esse terraço calcário tinha o formato próximo a um triângulo e foi largamente usado para a agricultura, embora suas características geográficas fizessem dele um espaço propício para invasões de inimigos externos. Por essa razão, na passagem do século V a.C. para o IV a.C., em face da ameaça púnica, Dionísio I fortificou a região com uma muralha cujo perímetro chegou a 32 km no momento de sua conclusão, já finda as guerras contra Cartago em 392 a.C. (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XIV, 18, 1-8).

Figura 29: Siracusa: Muralha de Dionísio I (BOLLATI & BOLLATI 1999: 48).

Já durante o governo de Agátocles, para reforçar a fortaleza, um castelo com cinco torres e três pontes levadiças foi construído em Euríalo, extremidade ocidental das Epípoles, uma vez que sua forma semelhante a um “istmo” facilitava a entrada ao planalto por tropas inimigas; acoplada à muralha ao norte do castelo, havia uma porta monumental que, devido às suas grossas paredes de pedra, dificultava a entrada dos visitantes. Ao sul e a leste, algumas latomias (cavernas escavadas em pedreiras) serviam como prisões; a mais famosa era chamada “Orelha de Dionísio”, construída a mando do tirano de modo que a acústica do lugar permitisse ouvir as conversas dos prisioneiros (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 206-212).

Figura 30: Siracusa: Entrada da “Orelha de Dionísio” (Foto do Acervo Labeca).

Acradina foi ocupada ainda no período Arcaico, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., de acordo com inúmeros objetos e estruturas que nos mostram uma progressiva interiorização da pólis para o Ocidente até chegar às necrópoles mais antigas do bairro de Fusco. É possível afirmar com base no conjunto de pesquisas arqueológicas feitas nas últimas décadas que a principal plateia norte-sul de Ortígia (aquela alinhada com a frente oriental dos templos) foi estendida ao interior de Acradina após virar em ângulo de 90° acima do Porto Piccolo: a plateia passa pelo istmo e converte-se em uma estenope leste-oeste, que prossegue a oeste até as necrópoles. Paolo Orsi já tinha revelado a existência de parte da estrada leste-oeste no início do século XX, formulando a hipótese de que ela seria a precursora da planta urbana de Acradina. Essa hipótese foi confirmada com as escavações mais recentes, que identificaram toda a sua extensão desde Ortígia até Fusco (BASILE & MIRABELLA 2003: 330; VOZA 1999). A orientação dos edifícios em Acradina, entretanto, é determinada por uma plateia de 13 metros de largura que ligava o sudeste ao noroeste da cidade arcaica siceliota, passando entre as latomias de Paradiso e Santa Venera (no bairro de Neápolis, ao norte do anfiteatro romano) e que continuava em direção ao *Hexapylon* (conjunto de seis portas monumentais) até chegar à pólis de Mégara Hibléia

Figura 31: Siracusa: Ligação entre plateia norte-sul de Ortígia e estenope leste-oeste de Acradina (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 202).

O limite setentrional do bairro é ocupado hoje pela Piazza della Vittoria (Praça da Vitória), onde estava um santuário dedicado às deusas Deméter e Koré (deusa Perséfone

em sua forma donzela, de acordo com a mitologia grega) cujos únicos vestígios são as fundações e o altar (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 210). Segundo Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XI, 26), Gelão teria sido responsável pela construção do templo, haja vista a proximidade da família dos Deinomênidas ao culto da deusa Deméter. A partir de seu governo, inclusive, tornam-se comum em Siracusa as Tesmofórias, festas de origem ateniense celebradas por mulheres em honra a Deméter (HIRATA 1994: 393; vide página 164 desta dissertação). A presença de um teatro sinaliza a importância do santuário e a difusão do culto, uma vez que o ritual dessa divindade era geralmente associado a espetáculos dramáticos (VERONESE 2006: 298).

Na parte oriental de Acradina, foi encontrada uma fonte com um reservatório retangular e uma bacia, datada do século V a.C. e possivelmente reconstruída no século III a.C. Na parte sul, próxima à Piazza Marconi, alguns indícios apontam para o que pode ter sido a ágora siracusana durante todo o período Arcaico e Clássico. Os arqueólogos revelaram ali a existência de um ginásio construído em homenagem a Timoleonte, inclusive localizado ao lado de seu túmulo; um relógio de sol erigido a mando de Dionísio I e um templo dedicado a Zeus Olímpio datado da tirania de Hierão II, no fim do século III a.C. (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 210).³⁷ Alguns autores antigos, como Cícero e Diodoro Sículo, também mencionam um pritaneu e um buleutério, edifícios de cunho administrativo, além de pórticos, altares e estátuas no espaço da ágora, embora a exata localização desses monumentos seja ainda desconhecida (vide, por exemplo, Cícero, *Verrines*, 2, II 145; 2, IV, 119; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 92, 1).

Figura 32: Siracusa: Planta do Olympeion (COARELLI & TORELLI 1984: 280).

³⁷ Hierão II dizia-se descendente da família dos Deinomênidas, e teve participação fundamental durante a Primeira Guerra Púnica travada entre Roma e Cartago. Foi ele também que pediu a Arquimedes para verificar se a coroa encomendada em honra aos deuses tinha sido confeccionada em ouro puro; foi graças a esse episódio que Arquimedes descobriu como calcular o volume de um sólido irregular. In: Vitruvius, *Tratado de Arquitetura*, IX, 9-12.

Na extremidade oriental de Acradina, vizinho às latomias dos Capuchinhos, estava o bairro residencial de Tyche, planejado de acordo com a política tirânica de expansão urbana e realocações populacionais. Segundo Cícero, havia ali um templo em honra à deusa Fortuna (Tyche, em grego), outros edifícios sagrados e um monumental ginásio (Cícero, *Verrines*, 2, IV, 119). Já a partir do século V a.C., entre o terraço das Epípoles e Acradina, um novo núcleo urbano desenvolveu-se a oeste: o bairro de Neápolis acolheria o anfiteatro romano, um teatro arcaico grego e o santuário de Apolo, no topo da colina Temenite, monumentos hoje inseridos no Parque Arqueológico da cidade e próximos do Museu Regional Arqueológico dedicado a Paolo Orsi. O santuário de Apolo é anterior ao próprio surgimento de Neápolis (possivelmente datado do século VII a.C.), mas foi reconstruído diversas vezes em virtude da progressiva expansão da cávea do teatro (parte onde ficavam sentados os espectadores) e da construção de um terraço artificial onde dois pórticos abrigariam os atores. A divindade era representada por um colosso (Cícero, *Verrines*, 2, IV, 119). O teatro, por sua vez, foi erguido somente no século V a.C., mas completamente remodelado no século III a.C. durante a tirania de Hierão II; somente uma parte da cávea e alguns vestígios da orquestra e do cenário resistiram ao tempo. Sabe-se, contudo, que a cávea chegou a medir 168 metros de diâmetro em sua extensão máxima, e possuía 67 fileiras de assentos divididas em nove segmentos, cada um dedicado a uma divindade ou a um membro da família real (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 210-212).³⁸

Figura 33: Siracusa: Vista geral do teatro (Foto do Acervo Labeca).

³⁸ Para um estudo minucioso do teatro de Siracusa e de outras *poleis* gregas, ver a Dissertação de Mestrado (2014) de João Estevam Lima de Almeida, pesquisador do Labeca.

Figura 34: Siracusa: Planta geral da Colina Temenite. Em evidência, sobre o terraço superior, o suposto santuário de Apolo (VERONESE 2006: 317).

O plano viário de Neápolis, ao contrário da cidade arcaica em Acradina, obedecia à orientação da principal estenope leste-oeste, cortando em ângulos de 90° os novos blocos residenciais. Apenas o Altar de Hierão II, localizado numa grande praça retangular logo ao sul do teatro, parece ser o único monumento alinhado de fato à planta arcaica, muito embora seja uma construção oriunda de época Helenística. A grandiosidade do altar era atestada pelos três enormes pórticos que delimitavam as faces norte, sul e leste da praça, além de ser usado para comportar o sacrifício de 450 touros em homenagem a Zeus Eleutério (Liberdade) durante as festas anuais em honra ao deus, instituídas após a Batalha de Himera (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 210-212).

Figura 35: Siracusa: Planta do Altar de Hierão II (COARELLI & TORELLI 1984: 255).

A encosta meridional da colina Temenite marcava o limite norte do bairro de Fusco, espaço reservado desde a época arcaica para enterramentos; essa necrópole, a mais antiga de Siracusa (século VIII a.C.), situava-se no planalto de Lisimeleia. De acordo com as escavações de Paolo Orsi no fim do século XIX, pode-se concluir que as inumações eram frequentes no período Arcaico,³⁹ e alguns túmulos continham apenas o crânio (MONEDERO 1989: 186). Também foram encontrados restos cerâmicos de origem coríntia (BOARDMAN 1980 *apud* FREDERIKSEN 1999: 251). Outras necrópoles criadas entre os séculos VII a.C. e VI a.C. foram identificadas ao sul e a leste do atual Parque Arqueológico, nas áreas da Viale Paolo Orsi, Giardino Spagna (Jardim Espanhol), Hospital Civil, Piazza della Vittoria e Via Ragusa, e parecem sinalizar os limites territoriais da cidade arcaica – com o crescimento da Neápolis, os enterramentos ali foram abandonados e parcialmente destruídos. Na necrópole do Hospital Civil, a maior parte dos túmulos estava associada a fossas retangulares escavadas na rocha e sarcófagos de pedra, sem urnas cinerárias depositadas ou enterradas; posteriormente, em época Clássica, o espaço da necrópole foi reaproveitado para a construção de moradias (MONEDERO 1989: 188). A partir do século V a.C., os novos túmulos foram alocados mais ao norte, em Grotticelli (cemitério usado até o período Bizantino) e em Casale (III–II a.C.).

³⁹ As incinerações tornam-se comuns a partir do século VII a.C., praticadas principalmente pela camada mais alta da população – os *gamoroi*, proprietários de terras. In: Procelli (1982) *apud* Monedero (1989), p. 186.

Figura 36: Siracusa: Áreas de enterramento (VOZA 1999: 257).

Como já vimos anteriormente, a entrada da cidade ao norte era feita pelo *Hexapylon* (portão monumental) – atual Scala Greca –, zona onde cruzavam as principais rotas que entravam e saíam da pólis; a principal delas conectava Siracusa às *poleis* de Mégara Hibleia, Leontinos e Catânia. As portas monumentais erigidas na fronteira foram, a partir do século V a.C., inseridas no sistema de fortaleza planejado por Dionísio I, responsável pelo amuralhamento da *khóra* siracusana. Imediatamente ao redor dessa estrada, fora dos muros de Siracusa, elementos votivos e as ruínas de um Artemísion foram encontrados (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 206-214).

O planalto de Lisimeleia seguia em direção ao sul para as fozes dos rios Anapos e Ciane, cercado a leste pelo Porto Grande – ainda hoje, plantas de papiro crescem às

margens desses rios. Ali, um monumental Olympieïon extraurbano foi construído no meio do vilarejo de *Polichne*, sobre um antigo assentamento indígena e um antecessor do templo construído em madeira, datado do século VII a.C. (VERONESE 2006: 236). Sua importância transcendia a esfera religiosa: segundo Plutarco, o templo abrigava a lista de cidadãos de Siracusa que haviam atingido a idade militar (*Vidas Paralelas*, “Nícias”, XVI). Do início do século VI a.C., o edifício era longo e estreito, de ordem dórica e tinha 6 colunas de largura e 17 de comprimento; contudo, não é possível conhecer seu interior dado o péssimo estado de conservação do templo (COARELLI & TORELLI 1984: 28; VERONESE 2006: 326).⁴⁰ Muitos autores antigos associam esse santuário a episódios da história grega: durante a Guerra do Peloponeso, Tucídides afirma que os atenienses desembarcaram e acamparam ao lado do Templo de Zeus em 415 a.C.; já Diodoro Sículo diz que os rivais cartagineses, liderados pelo general Himílcon, bloquearam o Porto Grande e aquartelaram-se no templo em 396 a.C. (*Biblioteca Histórica*, XIV, 62, 3-4). Isso nos mostra a importância militar da região, uma vez que o santuário foi palco de diversos conflitos entre siracusanos e seus inimigos externos: a comunicação fluvial e a proximidade com o mar favoreciam os ataques e invasões, ao passo que o solo pantanoso que circundava o santuário dificultava o acesso ao seu interior (LAKY 2011b: 41).

Por fim, cabe destacar que a expansão siracusana a oeste e ao sul ocasionou a ocupação de um grande território e, conseqüentemente, o choque contra diversos agrupamentos indígenas. Dessa forma, os governos siracusanos adotaram uma política de contenção e proteção por meio do estabelecimento de “subcolônias”; afora Camarina, pólis fundada por Siracusa em 598 a.C. com características de uma cidade independente (como possuir um território próprio, uma moeda própria e o culto ao oikista), os assentamentos de Eloro, Acrae e Casmene desempenhavam a função estratégica de centros de defesa, de modo a impedir o avanço de nativos ou mesmo de *poleis* inimigas (CERCHIAI; JANELLI & LONGO 2004: 216). Essa expansão siracusana exemplifica magistralmente a tese de Francesca Veronese (cf. Capítulo 1, páginas 33-36 desta dissertação), segundo a qual as *paisagens de poder* são decorrentes da consolidação de ideologias religiosas e políticas e sua organização no espaço. Tais ideologias estariam presentes em sociedades estratificadas que manifestam suas relações de poder por meio de assimetrias, inclusive materiais: o lugar central, onde se concentra a maior força econômica, cultural e política, gênese dessas relações e que as manifesta em direção à região complementar, periférica. Assim, as cidades centrais (aqui incluída Siracusa) posicionam-se a certas distâncias de

⁴⁰ Para uma excelente análise dos Olympieïon gregos em época arcaica e clássica, ver Dissertação de Mestrado (2011a) de Lillian de Ângelo Laky, pesquisadora do Labeca.

outras iguais, e são circundadas por cidades menores (“satélites”), organizadas numa rede que atenda a interesses estratégicos (por exemplo, militares); essas fundações menores, por sua vez, são conquistadas e recebem à força as estruturas ideológicas dos dominadores (leis, cultos e governo). Com isso, em Siracusa, teríamos uma verdadeira *iconografia do poder* aplicada à paisagem, conceito também formulado pela pesquisadora: um complexo de sinais no território que indicariam organizações sociais e políticas.

Figura 37: Expansão de Siracusa e suas fundações: Eloro, Acras, Casmene e Camarina (MERTENS 2006: 44).

CAPÍTULO 3 – REPERTÓRIO DESCRITIVO DE OUTRAS CIDADES DO MUNDO GREGO

Metaponto

Estabelecida em território ocupado desde a Idade do Ferro por culturas locais bem estruturadas, a cidade de Metaponto emergiu ainda no século VII a.C., entre 640 a.C. e 630 a.C., na planície aluvial das fozes dos rios Basento e Bradano, no lado oriental da Península Itálica (MERTENS 2006: 46). As evidências arqueológicas demonstram um processo de ocupação lento e gradual, com a interação entre os gregos e as sociedades já existentes: de uma estrutura protourbana do século VIII a.C., com um “centro de relevo” articulado por casas retangulares, talvez comunais, e uma importante estrada (conectada à cidade jônica de Siris ou a um grupo indígena), aos gregos que se instalaram no início do século VII a.C., possivelmente com o intuito de realizarem trocas comerciais com os nativos (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 130; MERTENS 2006: 46). Diante da multiplicidade estilística e temática das cerâmicas, pode-se apontar o caráter heterogêneo desse primeiro grupo de gregos (vindos, especialmente, do Peloponeso setentrional), e os conflitos decorrentes dessa grande diversidade entre os gregos ali reunidos e entre os gregos e nativos justificariam *a priori* a destruição da antiga estrutura protourbana no último quartel do século VII a.C. e sua imediata refundação, agora dominada pelos gregos (especificamente aqueus) vindos da apoikia de Síbaris, localizada também na península (MERTENS 2006: 46-47). Pensada assim, o desenvolvimento da pólis coincidiria com a leitura de Estrabão, para quem os sibaritas teriam estabelecido a apoikia na tentativa de frear o expansionismo dos espartanos, habitantes da cidade vizinha de Tarento (*Geografia*, VI, 1, 15).⁴¹ Do mesmo modo, Antíoco de Siracusa relata a fundação de Metaponto como fruto do choque entre o expansionismo sibarita e o tarentino, e afirma ser o local de fundação anteriormente ocupado por originários da cidade de Siris ou grupos indígenas, fato confirmado pelas escavações (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 130).⁴²

Em virtude dos esforços empreendidos pelos arqueólogos, a descoberta de tumbas ricamente adornadas no interior do território metapontino, datadas dos séculos VII a.C. e VI a.C., joga luz sobre o desenvolvimento histórico da pólis: sabe-se que foi dominada por

⁴¹ No mesmo trecho, o autor também expõe a origem mítica da pólis, segundo a qual ela teria sido fundada por heróis gregos que lutaram na Guerra de Tróia. Ao retornarem para a sua casa, em Pilos, eles naufragam e fundam Metaponto.

⁴² A rivalidade entre Metaponto e Siris terminaria por volta de 570 a.C., quando os metapontinos aliaram-se a Síbaris e Crotona e destruíram a cidade jônica, que caiu sob domínio dos sibaritas. In: Cerchiai; Jannelli & Longo (2004) p. 130.

aristocracias e, também de acordo com a tradição literária, foi mesmo palco de uma tirania (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 130; CARTER 2006: 207). Na segunda metade do século V a.C., Metaponto enfrentou diversos conflitos contra os lucanos (povos nativos que conquistariam na mesma época a pólis de Poseidônia), e, assim como as demais *poleis* do Ocidente grego, cairia sob influência romana no século III a.C.; devastada, toda a população seria realocada durante a Segunda Guerra Púnica, e a cidade nunca se recuperaria dos efeitos da guerra (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 131).

A área costeira de Metaponto traz boas condições para a instalação de portos e navegação; por essa razão, ela possuía um porto, e acredita-se que um muro de contenção, com estrutura simples, foi erguido no princípio do século VI a.C. a fim de protegê-la e delimitá-la (MERTENS 2006: 47; ADAMESTEANU 1973).⁴³ Não muito distante do muro, uma necrópole com tumbas de rica decoração, mencionada anteriormente, ligava-se ao interior do território (MERTENS 2006: 49). A *khóra* metapontina era bem organizada e protegida, e sua ocupação deu-se por meio de *klêroi* (lotes de terra distribuídos, muitas vezes por sorteio, aos cidadãos da apoikia) e estradas ortogonais, configurando-se uma cidade com vocação agrícola.⁴⁴ O núcleo do assentamento, formado pelo santuário urbano e a ágora, antecede o ano de 600 a.C.: vestígios sinalizam a existência de estrados e bancos de madeira (*ikríia*) no mesmo local onde, mais tarde, seria levantado o eclesiastério, além de restos de uma edificação votiva, datada provavelmente de uma época anterior à fundação da apoikia. Assim, tais evidências podem indicar um assentamento imediatamente anterior à chegada aqueia, cujos produtos de sua intensa atividade cultual viriam a se incorporar a outros monumentos de maiores proporções: descoberto na região do santuário, um vaso de bronze em tripé com uma cabeça de grifo (ser mitológico) parece indicar uma data anterior ou coetânea à fundação da cidade. Somente no século VI a.C. seria iniciada no local a construção do chamado Templo C e seu altar de pedra (MERTENS 2006: 47).

⁴³ A existência de um porto em Metaponto é controversa: embora afirmem alguns pesquisadores, como o próprio Dinu Adamesteanu, estudos mais recentes colocam em dúvida sua construção mesmo em período Clássico. Joseph Coleman Carter, por exemplo, somente faz menção a um porto artificial do século II a.C. In: Carter (2006), pp. 241-242.

⁴⁴ O que não impede, cabe lembrar, uma intensa atividade mercantil em *poleis* voltadas à produção agrícola.

Figura 38: Plano do santuário urbano e da ágora de Metaponto (CERCHIAI; JANELLI & LONGO: 2004: 136).

Figura 39: Planta da khóra de Metaponto (CARRATELLI 1996: 363).

No século VI a.C., um pequeno santuário foi construído onde depois viria a ser conhecido como fazenda Incoronata, e considerado o correspondente simétrico do santuário de San Biagio Alla Venella, enquanto na foz de uma nascente, próximo ao rio Basento, seria erigido o santuário de Pantanello, na passagem do século VII a.C. para o VI a.C. Foram encontrados nesse local vestígios de dispositivos de fornecimento de água para animais e homens, bem como indicativos de culto a uma divindade feminina (CARTER 2006: 164-165; DINIZ 2011; OSANNA 1992: 53). Por último, um santuário localizado na *khóra* metapontina (6 km a oeste da *ásty*), próximo à margem esquerda do rio Basento, e dedicado a Zeus *Aglaïos* (Luminoso, Brilhante) e Ártemis remete à formação da cidade e possui enorme quantidade de elementos votivos e identitários, como os frisos arquitetônicos que narram episódios da épica homérica – uma nítida tentativa de marcar os limites do território e reforçar junto às sociedades que ali viviam a identidade grega, apoiada na ideia de superioridade cultural e mesmo social dos gregos em relação aos nativos (MERTENS 2006: 47-48). Conhecido hoje como San Biagio alla Venella, possui partes de uma fundação do que parece ter sido uma construção monumental, datada do século IV a.C., cujas medidas giram em torno de 16 x 19 m. A leste, ainda dentro do santuário, havia uma estrutura retangular com uma fonte que se conectava a uma nascente próxima, datada do século VII a.C. e reconstruída várias vezes nos séculos VI a.C. e IV a.C.. Uma estela de pedra do período Arcaico continha uma menção a Zeus *Aglaïos* (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 141-142). Igualmente importante é ressaltar o papel desse santuário na integração da pólis, haja vista sua excelente posição geográfica que lhe permitia funcionar como ponto de encontro para a crescente população rural (MERTENS 2006: 48). Outro santuário, situado no limite norte da *khóra*, 3 km a nordeste da antiga cidade e perto do rio Bradano, continha dimensões grandiosas já em época arcaica, especialmente devido ao templo denominado Tavole Palatine, onde eram realizados os cultos de Hera já no princípio do século VI a.C. (MERTENS 2006: 49). Construído entre 540-530 a.C., o templo Tavole Palatine tinha colunas dóricas (que estão bem preservadas) e três níveis de fundação. Era decorado com frisos, métopas e tríglifos, e o teto tinha terracotas adornadas com tranças duplas, beirais representando folhas de palmeira e cabeças de leão em relevo, sendo a última fileira de telhas decoradas com antefixos de folhas de palmeira e brotos de lótus (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 141-142). Ambos os santuários refletem a prioridade defensiva dos habitantes em estabelecer marcos nas bordas do território e, então, proteger seus limites (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 132).

Figura 40: Metaponto: Reconstituição conjectural de um edifício sagrado na fazenda Incoronata (CARTER 2006: 75).

Figura 41: Metaponto: Reconstituição proposta do estágio inicial do santuário de Pantanello, com um templo a céu aberto ao redor da fonte, protegido por uma parede de témeno (CARTER 2006: 166).

Figura 42: Metaponto: Planta do santuário de Pantanello, no século VI a.C. (CARTER 2006: 167).

Figura 43: Metaponto: Santuário de San Biagio Alla Venella, a partir do norte (MERTENS 2006: 48).

Figura 44: Metaponto: Planta e reconstituição da projeção vertical e do epistílio do Heraion Tavole Palatine (DE JULIIS 1996: 162).

Figura 45: Metaponto: Tavole Palatine (Foto do Acervo Labeca).

De acordo com Joseph Carter, a *ásty* de Metaponto é alvo de escavações desde 1964, ano em que o professor Dinu Adamesteanu e o Instituto Arqueológico Alemão de Roma, liderado por Dieter Mertens, organizaram a Superintendência responsável pelas pesquisas na região. Com o auxílio de Antonino De Siena, diretor do Museu Nacional de Metaponto, os arqueólogos conseguiram, desde então, obter e sistematizar dados sobre quase a totalidade da área urbana metapontina, dirigindo-se agora para a exploração científica do interior do território (CARTER 2006: 197).

Como na maioria das novas *poleis*, um dos primeiros atos de fundação foi separar o espaço urbano do restante do território e, na *ásty*, a divisão dos setores públicos, privados e comerciais. Nesse momento, os habitantes se depararam com uma dificuldade inerente à localização da cidade: a presença do mar e dos rios tornava o solo pantanoso e obrigava-os a se refugiarem nas áreas mais altas e arenosas, estabelecendo ali, por conseguinte, os edifícios públicos. A zona nuclear abarcava o santuário urbano e a *ágora*, situados na extremidade sudeste do assentamento; as casas, por sua vez, envolviam o núcleo, agrupadas em pequenos grupos e separadas por grandes áreas abertas, dispostas de maneira que pudessem eventualmente receber mais casas caso houvesse um aumento demográfico. Estreitas ruas que conectavam essas áreas abertas originariam, na metade do século VI a.C., o sistema viário de Metaponto (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 132-141).

Figura 46: Metaponto: Modelo do santuário urbano e *ágora*, como teria sido em meados do séc VI a.C. (CARTER 2006: 1999).

As primeiras construções possuem caráter religioso e datam do início da cidade, localizadas, sobretudo, no espaço do santuário e da ágora; nelas, é visível a ligação entre o sagrado e algumas atividades políticas. Traços de um edifício cultural feito em madeira foram encontrados no santuário; na ágora, reminiscências de uma plataforma de madeira, entre o teatro de período Helenístico e o eclesiastério, aparentam ser parte de uma estrutura primitiva usada em encontros e reuniões de pessoas (eram os *ikría*, cf. mencionado na página 99 desta dissertação e que serão retomados mais adiante, p. 112-113). No início do século VI a.C., as primeiras edificações em pedra foram levantadas, e muralhas envolveram a cidade e o santuário; da mesma época (entre 570-560 a.C.), arqueólogos encontraram no sudeste do santuário as fundações de um pequeno templo retangular, denominado Templo C e decorado com placas de terracota em baixo relevo retratando uma procissão de mulheres em bigas, possivelmente dedicado a Atena. Coetâneo a ele, o *Artemísion* (Templo D, também chamado Jônico), situava-se no vértice nordeste do santuário. Por fim, no segundo quartel do século VI a.C., o *Heraion* (Templo A) foi erguido ao norte do Templo de Atena, e finalizado apenas na segunda metade desse século (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 132-134; 138). Em sua fachada, os arqueólogos descobriram uma inscrição cujas únicas palavras preservadas são “para ele mesmo e sua família”, talvez atribuídas a uma figura política de prestígio ou mesmo a um tirano que estivesse associado à construção do templo (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 138; CARTER 2006: 207). O Templo B, consagrado a Apolo, localizava-se ao norte do Templo A, e continha estelas de pedra retangulares enterradas próximas ao altar, em frente da fachada do edifício; os dois templos eram de ordem dórica e orientavam-se de acordo com o sistema viário, ao passo que as outras construções religiosas estavam levemente inclinadas (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 137-138). Em torno de 480 a.C., os Templos C e D foram reconstruídos: o Templo de Atena foi transformado em um edifício maior, feito em mármore, do qual apenas uma parte das fundações sobreviveu (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 140; MERTENS 2006: 157-158).

Figura 47: Metaponto: Um exemplo de monumento de “pedra grosseira” no santuário principal, com uma dedicatória a Apolo por Theages. Altura: 51 cm (CARTER 2006: 202).

Figura 48: *Metaponto: Frente do Templo A, dedicado a Hera (Foto do Acervo Labeca).*

Figura 49: *Metaponto: Bloco de arquitrave do Templo A2 com a inscrição do período Arcaico autoi kai ghenoi (para ele e seu ghenos). Altura: 73,5 cm, Largura: 218 cm (CARTER 2006: 208).*

Figura 50: Metaponto: Entrada do Templo B, dedicado a Apolo (Foto do Acervo Labeca).

Figura 51: Metaponto: Templo B de Apolo: terracota pintada. Século V a.C. (HELLMANN 2002: 314).

Figura 52: *Metaponto: Reconstituição do Artemísion (Templo D ou Jônico)* (DE JULIIS 1996: 160).

Figura 53: Metaponto: Reconstituição da frente do Templo D (Foto do Acervo Labeca).

Figura 54: Metaponto: Reconstituição em planta do Templo D (Foto do Acervo Labeca).

No que tange ao complexo de ruas, duas ruas mais largas (plateias) cortavam paralelamente a ásty em sentido norte-sul: uma, principal, com 22 metros de largura, que se encerrava na área pública, no ponto de junção entre a ágora e o santuário – na segunda

metade do século IV a.C., ela seria estendida para toda a cidade, ligando a ágora à região portuária; e outra, com 13 metros de largura, que delimitava a ágora em seu lado leste. O santuário era fechado ao sul por uma rua mais estreita (estenope), perpendicular à plateia principal e que formava uma faixa de terra ao lado do muro. Na primeira metade do século V a.C., essa rua seria absorvida em uma plateia orientada leste-oeste que alcançava o portão oeste da cidade. Os blocos residenciais estariam concentrados nos lados leste e oeste da plateia principal, limitados por estenopes e cujos maiores lados tinham 35 metros de comprimento (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 135-137; MERTENS 2006: 159-160).

Figura 55: Metaponto: Planta urbana (MERTENS 2006: 160).

Em meados do século VI a.C., o eclesiastério foi instalado sobre a antiga plataforma de madeira (*ikría*), a fim de atender à realização das atividades políticas e teatrais. Seu diâmetro era de 62 metros, e sua capacidade é estimada em oito mil pessoas. Possuía semicírculos com fileiras de assentos, erguidos em forma de arquibancadas suportadas por paredes de contenção; no centro, uma área retangular aberta era usada como orquestra para competições atléticas e musicais, além de servir como uma plataforma para oradores. Um acesso de pedra às fileiras de bancos foi incorporado no começo do século V a.C., quando o eclesiastério foi reconstruído (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 140; MERTENS 2006: 161-162).

Figura 56: Metaponto: Planta do eclesiastério em sua fase do final do arcaico (ca. 500 a.C.), com planta dos assentos (CARTER 2006: 205).

No vértice noroeste do eclesiastério, foram encontrados uma área cercada e um altar originário do período Arcaico; duas estelas de pedra confeccionadas entre os séculos VI a.C. e V a.C. contêm as inscrições “Dios agora” (“ágora de Zeus”), na primeira, e “Zeus *Aglaíos*” (Zeus Luminoso ou Brilhante), epíteto que, como vimos, foi igualmente associado ao santuário extraurbano de Metaponto dedicado a Zeus e Ártemis e conhecido, hoje, pelo

nome em italiano moderno de San Biaggio alla Venella (cf. página 101 acima). Para De Siena, isso pode indicar uma tentativa da aristocracia rural em alargar seu espaço de influência na vida religiosa da cidade, associando o santuário extraurbano ao culto cívico de Metaponto em um contexto marcado pelo rápido desenvolvimento econômico e das instituições democráticas (*apud* CARTER 2006: 215-216). A presença do pequeno santuário e do culto de Zeus (Zeus *Agoraios*, referente à ágora) intensificaria, portanto, a proteção do emblema político da cidade – o eclesiastério –, e justificaria logo a sua preservação até, pelo menos, o século III a.C. (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 141; MERTENS 2006: 162).

As fortificações foram reconstruídas na segunda metade do século IV a.C., e o sistema de ruas ampliou-se para toda a ásty com a inserção de duas outras plateias norte-sul e uma leste-oeste localizada na parte sul da cidade; no caminho ao longo da muralha do santuário, uma plateia norte-sul e um canal de esgoto acoplado a ela, que desaguarda em um fosso além dos muros ao norte, foram construídos. Finalmente, assistiu-se ao florescimento do espaço público na região da ágora, que ocuparia um território de cerca de sete hectares (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 135): toda a plateia principal, que a limitava a oeste, recebeu uma série de estelas de pedra postas ao longo de sua extensão, e duas *stoaí* marcariam sua fronteira oriental. Na seção sudoeste da ágora, uma grande área cercada trapezoidal em volta de um pequeno santuário data do final do século III a.C.; nela, havia um altar de época anterior e o que aparenta ser a base de uma estátua, talvez relacionados ao culto de Apolo. Erguido sobre o eclesiastério, vemos também as fundações de um monumental teatro do período Helenístico (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 141).

Camarina

Camarina foi fundada na região da Sicília por habitantes da pólis de Siracusa em 599-598 a.C., segundo Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, VI, 5). Sua história política é, entretanto, bastante conturbada, sendo alvo de várias destruições e outras duas refundações devido a crises políticas: em 553 a.C., foi destruída pela metrópole após desrespeitar as fronteiras impostas pelos siracusanos, e reconstruída apenas em 492-491 a.C. por Hipócrates, tirano da pólis vizinha de Gela que havia invadido Siracusa. Ao reconquistar a independência, o tirano Gelão de Siracusa voltou a atacá-la em 484 a.C. e transferiu parte de seus moradores ao território siracusano; sua terceira e última refundação e o repovoamento viriam em 461 a.C., quando a terra seria distribuída e o corpo cívico preenchido pela população de Camarina e cidadãos reintegrados de Siracusa (cf. página 81 desta dissertação). Em 424 a.C., os atenienses ajudariam as *poleis* de Camarina e Leontinos no confronto com os siracusanos, e selariam a paz entre Gela e Siracusa. O fim dos conflitos impulsionaria o desenvolvimento de Camarina, na medida em que receberia auxílio militar e recursos; nesse contexto, a pólis de Morgantina, situada em fértil território agrícola anteriormente dominado pelos siracusanos, passaria ao controle de Camarina. Com a Guerra do Peloponeso, os camarinenses não retribuiriam a ajuda de Atenas e permaneceriam ao lado de Siracusa, o que lhes custou, mais tarde, a liberdade ao serem conquistados pelos cartagineses: nesse momento, as muralhas da cidade foram derrubadas e os habitantes obrigados a buscar exílio na pólis de Leontinos, retornando apenas em 396 a.C. Na segunda metade do século IV a.C., a população assistiu a um período de desenvolvimento inédito, em face da reconstrução da cidade pelo general coríntio Timoleonte, que havia se tornado tirano em Siracusa (cf. página 83), mas foi saqueada pelos siracusanos em 309 a.C. por tomar o partido de Cartago na guerra contra Siracusa, e completamente arrasada pelos romanos em 258 a.C. Indícios mostram, todavia, uma ocupação do local até o império de Augusto, sobretudo no lado ocidental, época em que se visualiza inclusive uma reorganização da área urbana (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 230).

O território onde se situa a cidade de Camarina está localizado sobre um promontório, 60 metros acima do nível do mar, e envolto pelos rios Oanis ao sul e Hyparis ao norte, o qual também alimentava uma extensa área pantanosa conhecida como *lacus camarinensis*; a leste, a pólis era limitada por colinas mais baixas, e a oeste, pelo mar. A presença de assentamentos remonta ao início da Idade do Bronze, em particular na costa; essa preferência pelas áreas costeiras parece ter continuado até a fundação dessa pólis,

uma vez que a região montanhosa não contém traços primitivos de ocupação. As primeiras fortificações datam da metade do século VI a.C. e cerceiam uma área com aproximadamente 150 hectares que, em razão da inconstância política da pólis, nunca foi totalmente urbanizada. Conforme nos mostram os dados arqueológicos, a ástý camarinense possuía quatro portões (uma porta a leste, denominada Porta Hibléia; uma a oeste, denominada Porta Gela; e duas ao sul, uma que desemboca no santuário de Deméter e outra, chamada Porta Torre, que conduz à necrópole), e o primeiro núcleo de assentamento erigiu-se na região elevada onde seria implantada a via principal da cidade (plateia B), que interligava o extremo leste da cidade com o Templo de Atena e a ágora (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 230-232).

Figura 57: Planta de Camarina (DI STEFANO 2004: 14).

Assim como as pesquisas acerca de outras *póleis* do Ocidente grego, as escavações sistemáticas em Camarina começaram na década de 1980 por pesquisadores da Escola Francesa de Roma em conjunto com as Superintendências Arqueológicas italianas, mas no início do século XX, Paolo Orsi já havia descoberto na foz do Oanis as estruturas de um porto-canal com muros, depósitos de terracota e um edifício circular; hoje, as descobertas

provêm, em larga medida, das necrópoles datadas já do período Arcaico, localizadas a leste e ao norte, fora dos muros da *ásty*, que possuem um riquíssimo acervo com cerca de duas mil sepulturas (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 232; ÉTIENNE 2000: 1247). Essas necrópoles continuaram em uso ao longo do século V a.C., ao passo que enterramentos do período Clássico foram descobertos na região da *khóra*. Precisamente no interior da pólis, arqueólogos encontraram vestígios de fazendolas, pequenos assentamentos nucleados cujos tamanhos sinalizam uma curiosa padronização de medidas (56 m²), decorrente da repartição da terra empreendida durante a terceira refundação da cidade (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 232-233; MERTENS 2006: 353-354).

Figura 58: Camarina: Mapa da khóra com a distribuição das construções rurais (BONACASA; BRACCESI & MIRO 2002: 95).

Apenas na segunda metade do século V a.C. ocorreu o estabelecimento do plano urbano de Camarina e sua malha viária, embora estivessem de acordo com a orientação de

vias previamente formadas desde a época de fundação da cidade, e erigiram-se o Templo de Atena e os primeiros monumentos da ágora. No final do século V a.C., enquanto a pólis era atacada pelos cartagineses, uma muralha fortificada foi erguida de sorte a conectar as tropas distribuídas nas fortificações setentrionais e meridionais da ásty. Sob a liderança de Timoleonte, no curso do século IV a.C. a pólis assistiu a um notável aumento de seus recursos e à expansão da área habitada em direção às colinas. Datam dessa época o reordenamento viário, uma redistribuição de terras e a maioria das edificações presentes no espaço da ágora (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 232-233; MERTENS 2006: 351-352).

Figura 59: *Planta da ágora de Camarina* (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 233).

Ocupando a área sudoeste do promontório, a ágora situava-se, já em meados do século V a.C., ao lado do porto e ao sul da plateia B, e mantinha ligação direta com os demais espaços públicos (santuários e porto) e privados (casas e fazendas). O complexo de ruas tinha uma plateia principal que cortava a *ásty* no sentido noroeste-sudeste e acompanhava, por conseguinte, o témeno (recinto sagrado) do Templo de Atena e o espaço da ágora, onde cruzava outra via, paralela à plateia principal e denominada plateia A, em direção ao portão oeste. Próximas ao Templo de Atena, foram encontradas pelos arqueólogos em torno de cento e cinquenta tabuinhas de chumbo contendo, cada uma, o nome de um cidadão, seu patronímico, e sua afiliação a um grupo cívico originário de uma unidade do território, constituindo a primeira evidência do cotidiano político da apoikia logo após sua terceira e última refundação por Gelão, na metade do século V a.C. Restos de uma caixa de madeira também foram achados e apontam ser ela o local onde eram guardados esses registros; essas informações podem nos esclarecer acerca daqueles que tinham o direito à cidadania na pólis – em algumas tabuinhas, a palavra *fratria* aparece, nome dado à associação de cidadãos que formavam uma divisão política e civil e eram ligados por sacrifícios e refeições religiosas (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 232; CORDANO 2000: 191-193).

Figura 60: Camarina: Planimetria do santuário de Atena (VERONESE 2006: 349).

Com a tirania de Timoleonte, a cidade foi expandida e cinco plateias leste-oeste, além de diversos estenopes determinariam o traçado urbano, cercando blocos de 34,5 x 135-138 metros tomados por casas orientadas para o norte. Pelo menos dois blocos foram destinados à zona pública da cidade, e a ágora era delimitada por *stoái* ao norte, sul e oeste. A *stoá* ao norte tinha dezessete quartos postos em frente a um pórtico com trinta e quatro colunas, entre as quais se enfileiravam bases de estátuas; ao sul, uma *stoá* menor, cuja parede leste possuía um anexo em formato de duplo L e que cortava a área até atingir um espaço aberto, em terreno mais baixo, com estruturas ainda não identificadas e relacionadas ao manuseio de água; a oeste, um edifício comprido com entradas nos lados leste e oeste, e lavatórios e bancos no lado norte, talvez apto a abrigar uma espécie de galeria de lojas, e de onde partia um estenope datado do século VI a.C. em direção ao porto. Na parte mais ao sul do edifício, foi encontrado um depósito com cerca de oitocentas ânforas comerciais, datadas do século III a.C. e de estilo grego e siceliota. De acordo com a planta, é possível afirmar então que ali havia uma nítida separação entre as funções políticas, religiosas e comerciais, separando a ágora em duas já no século IV a.C., tal qual ocorreria, como vimos, na pólis de Atenas: uma ágora aberta a oeste, também chamada de Ágora Poente, destinada aos negócios e comércio, com resquícios de mercados e fontes; e outra a leste, sobre um terraço, mais fechada e monumentalizada, abrigando quatro altares e três pequenos santuários. A ágora leste era, portanto, o local que reunia as atividades políticas e religiosas, haja vista as áreas cultuais e fundações de grandes edifícios, possivelmente administrativos. Se atentarmos para a cronologia, é possível supor, logo, que o texto de Aristóteles chegou de alguma maneira ao conhecimento dos habitantes de Camarina, dada a efetiva separação de sua ágora em duas, conforme o autor propusera na mesma época (século IV a.C.). Outra característica a mencionar é a diferença de orientação na grade urbana das estruturas sagradas em relação às demais edificações (casas e fundações públicas), tal qual ocorreria em outras *poleis* do Ocidente grego: os edifícios do Santuário de Atena e os altares e pequenos santuários na ágora leste estavam levemente inclinados (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 233).

Figura 61: *Camarina: Planta na época de Timoleonte*: a. Área das docas; b. Torre; c. Portão de Gela; d. Cloaca; e. Fornos; f. Casa do altar; g. Bairro Leste; h. Templo de Atena; i. Torre; j. Quadrivium; k. Portão de Hibleia; l. Necrópole arcaica de Rifriscolaro; m. Monte de Héracles; n. Rua do séc. VI a.C.; o. Área do santuário de Deméter; p. Casa da inscrição; q. Casa do comerciante; r. Percurso indefinido dos muros urbanos; s. Muros urbanos; t. Portão; u. Torre; v. Fornos; w. Necrópole clássica Passo Marinato; z. Muralha defensiva do século IV a.C. (CARRATELLI 1996: 303).

Himera

Segundo Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XIII, 62, 4), Himera foi fundada pela apoikia siceliota de Messina (anteriormente chamada Zankle) com o auxílio de exilados siracusanos, conhecidos como Milétides, e outros colonos originários de Cálcis, na Eubeia, antiga metrópole de Messina, em 649 a.C. A presença de três oikistas (fundadores) – Euclides, Simos e Sacone, líderes de cada um dos três diferentes grupos – justifica a pluralidade de línguas faladas na apoikia, derivadas do jônico e dórico (ALLEGRO 1999: 271; CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 188). Construída próxima a domínios cartagineses e na costa oeste italiana, banhada pelo Mar Tirreno, Himera foi protagonista de diversos conflitos contra a rival Cartago e os tiranos de Agrigento, que desejavam controlar o comércio marítimo na região; com efeito, Himera seria completamente destruída pelos cartagineses em 409 a.C. e o local abandonado.⁴⁵ Todavia, para Nunzio Allegro, o abandono da cidade acabou por torná-la um ponto de observação privilegiado, na medida em que permitiu aos arqueólogos estudarem extensivamente todas as fases de ocupação, desde a sua fundação até a queda, sem grande interferência de ocupações mais recentes. Ainda assim, algumas áreas foram pouco exploradas, e as pesquisas concentraram-se na parte mais alta do assentamento (ALLEGRO 1999: 269; CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 188-190).

As escavações na apoikia iniciaram-se já no século XVI por Claudio Maria Arezzo e, depois, por Tommaso Fazzello, conquanto seu mais famoso monumento – o Templo da Vitória – tenha sido apenas estudado a partir de 1820. A intensificação das investigações, no entanto, ocorreu no início do século XX, com a obra de Luigi Mauceri e de Pirro Marconi, e a partir da década de 1960 elas seriam conduzidas pelo Instituto de Arqueologia da Universidade de Palermo (ALLEGRO 1999: 269-270).

Himera foi constante alvo das *poleis* rivais, sobretudo, devido à sua posição estratégica: localizada na margem esquerda da foz do rio Himera, no centro do golfo entre dois promontórios, a apoikia tinha comunicação favorecida com o sul e o leste da Sicília pelos vales dos rios Himera, Torto e São Leonardo, além do acesso ao Mar Tirreno. Seus limites topográficos eram uma pequena planície aluvial litorânea ao norte e uma série de colinas ao sul no interior da ilha; já a parte habitada ocupava dois distintos setores: um estreito e alongado platô (Planície de Himera), mais ao sul, onde se estabeleceu a *cidade alta*, e a planície costeira de Buonfornello, onde ficava a *cidade baixa*, mais antiga. A

⁴⁵ Em 407 a.C., um novo assentamento seria fundado 12 km a oeste por cartagineses e himerenses, mas sem relação com a antiga pólis. In: Cerchiai; Jannelli & Longo (2004), p. 190.

sudoeste, nas colinas setentrionais do Planalto de Tamborino, duas necrópoles que serviam à *cidade alta* foram encontradas, enquanto uma terceira necrópole, pertencente à *cidade baixa*, estava situada na margem direita do rio Himera. O nascimento da cidade na parte mais baixa deveu-se, possivelmente, à própria presença do rio, onde o porto foi erigido, e à fertilidade da terra; essa ocupação estendeu-se da fundação até o segundo quartel do século VI a.C. (cerca de 580-560 a.C.), quando um novo esquema urbanístico foi adotado e o centro da cidade deslocou-se para o platô (ALLEGRO 1999: 271-279; CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 190).

Figura 62: Himera: Planta da cidade alta e uma hipótese da implantação urbanística da cidade baixa. Os números romanos indicam os blocos, os árabes as estradas; A - Templo da Vitória; B - Santuário de Atena; C - Traços de fortificação (VASSALLO 2005, fig. 64).

A excelente localização gerou disputas desde a primeira metade do século VI a.C., sendo afetada pela política expansionista do tirano Fálaris, de Agrigento. Porém, o ápice das tensões viria um século mais tarde, quando o tirano agrigentino Theron formaria a aliança com os Deinomênidas de Siracusa para estender sua supremacia sobre toda a Sicília. Térilo, tirano de Himera, recorreu aos cartagineses para impedir o avanço dos rivais, mas o exército cartaginês liderado por Amílcar foi derrotado na famosa Batalha de Himera (480 a.C.; cf. página 81 desta dissertação); por conseguinte, Agrigento pôde dominar Himera e o tirano Theron colocou seu filho Trasídio para governar a pólis. A imposição do novo governo levou a uma revolta popular, e como punição Theron ordenou que Himera fosse refundada e repovoada com cidadãos de origem dórica. O domínio agrigentino terminaria somente após 472 a.C., com a morte de Theron e o colapso da tirania em Agrigento, levando Himera a um longo período de estabilidade política em virtude de um novo regime democrático. Contudo, a invasão púnica a Sicília, liderada pelo general cartaginês Aníbal, no fim do século V a.C., poria fim aos tempos de paz (cf. páginas 82-83). Cidades como Agrigento, Selinonte e Siracusa foram atacadas, e Himera seria completamente destruída em 409 a.C.; para se vingar da derrota do tio Amílcar, derrotado pelos gregos em 480 a.C., Aníbal condenou à morte três mil prisioneiros himerenses (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 190).

No que tange ao desenvolvimento urbanístico, a fase mais antiga de ocupação do território, no fim do século VII a.C., é caracterizada pela construção de moradias nos limites da Planície de Himera. As casas eram feitas sobre plintos de pedras, com paredes de tijolos de barro e telhados de palha, e seguiam uma orientação noroeste-sudeste; na encosta leste, na região nordeste da pólis, um témeno (terreno sagrado) abrigava o mais antigo edifício de culto, um templo dedicado a Atena (Templo A), e a ágora poderia ocupar a zona aberta imediatamente a oeste do santuário. Também dessa época, tem-se a divisão funcional dos espaços, que não mudaria nos séculos seguintes. Por fim, resquícios de um anel de fortificações (pedaços de uma parede de tijolos ao norte e de uma muralha de pedras ao sul) podem ter ligações com essa fase inicial da pólis, embora não possuam datações precisas (ALLEGRO 1999: 275-278; CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 190-192).

No segundo quartel do século VI a.C., a *cidade alta* ao longo da Planície de Himera ganhou um planta ortogonal. Sua área habitada foi estendida e reorganizada em torno de uma plateia (rua mais larga) norte-sul, cortada por dezesseis estenopes (ruas mais estreitas) que delimitavam blocos regulares de 132 x 64 m, igualmente divididos em lotes retangulares que continham uma casa e separados por corredores estreitos; cada habitação era formada por um pátio central, circundado por diversos cômodos e um *andrón* (parte da casa

destinada às atividades masculinas e aos banquetes). As casas também receberam uma nova orientação, agora leste-oeste, mas os demais edifícios (templo e a ágora) mantiveram, em certa medida, o *layout* original da fundação (ALLEGRO 1999: 282-283; CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 192).

Himera. Planta geral:

A - Templo da Vitória

B - Habitações

C - Quarteirão leste

D - Quarteirão sul

E - Área sagrada

F - Quarteirão norte

G - Muros

Figura 63: Himera: Planta geral da cidade alta (COARELLI & TORELLI 1984: 399).

Figura 64: Himera: Quarteirão residencial do século V a.C. (CARRATELLI 1989: 378).

Figura 65: Himera: Planimetria dos lotes residenciais (MERTENS 2006: 348).

O Atenaion (Templo A), datado do período Arcaico, foi erigido em fins do século VII a.C. e estava voltado para o mar, de acordo com as fontes e inscrições. No século VI a.C., o processo de reurbanização da pólis alterou o limite meridional do témeno, de modo a padronizá-lo com os demais quarteirões regulares. Posto sobre as ruínas do Templo A, um Hekatômpedo (templo com 100 pés de extensão), denominado Templo B, era decorado com frisos de argila retratando os Trabalhos de Héracles – herói políade⁴⁶ –, mas mantinha a antiga orientação noroeste-sudeste. No começo do século V a.C., dois pequenos templos (Templos C e D) cujo interior se assemelhava a um mégaron (grande sala de antigos palácios ou casas) foram construídos e anexados ao Templo B,⁴⁷ ambos adornados com terracotas vindas da Campânia, na Magna Grécia, o que confirma os contatos mercantis estabelecidos no Mar Tirreno. Já nos limites norte e oeste, vestígios indicam a existência de um comprido edifício, repartido em diversos cômodos e possivelmente usado em cerimônias públicas (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 192).

Figura 66: Himera: Planimetria do témeno (VERONESE 2006: 122).

⁴⁶ Segundo a mitologia, as fontes termais de Himera foram obra das Ninfas (deusas gregas) para restabelecer as forças de Héracles no momento em que ele passava pela cidade. In: Cerchiai; Jannelli & Longo (2004), p. 192.

⁴⁷ Para Jonathan Hall, a disposição de espaços sagrados sobre antigas casas de chefes locais era comum em assentamentos desde antes do surgimento da pólis. In: Hall (2007), p. 86. No caso de Himera, a construção desse complexo santuário com características semelhantes aos palácios da Idade do Ferro somente entre os séculos VI a.C. e V a.C. poderia indicar uma tentativa, mesmo que tardia, de autoinserção da pólis na comunidade política siceliota por meio da valorização do governante.

Figura 67: Himera: Santuário da cidade alta: planta dos templos A e B (MERTENS 2006: 90).

Figura 68: Himera: Planta do Templo C (MINÀ 2005: 203).

Ainda que a parte alta da cidade seja a área mais urbanizada, a chamada *cidade baixa*, na planície costeira ao norte, também assistiu a um rápido florescimento até o início do século VI a.C. Os quarteirões tinham 41 m de largura e seguiam a orientação noroeste-sudeste, influenciados pela posição do rio Himera e pelo desenho da costa litorânea. As diferenças de orientação dos blocos residenciais e do tamanho das habitações entre as duas partes da cidade parecem ser causadas por questões socioeconômicas: enquanto os residentes da *cidade alta* pertenciam à rica classe proprietária de terras, a *cidade baixa* reunia os artesãos e comerciantes, estabelecidos próximos ao porto (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 192-193). Apesar disso, era inegável a importância econômica da região costeira, como atesta a presença do monumental Templo da Vitória erigido ali. De estilo dórico e feito em pedra, tinha um períptero constituído de seis colunas frontais e quatorze colunas laterais, seguindo a mesma orientação noroeste-sudeste do témeno da *cidade alta*. A data de sua construção, entre 470 a.C. e 460 a.C., pode sugerir uma ligação com a vitória grega sobre os cartagineses na Batalha de Himera (480 a.C.), embora não haja evidências concretas dessa conexão; as fontes aludem a uma punição imposta pela aliança vencedora (Agrigento e Siracusa) contra Cartago, em que caberia a esta construir dois templos onde seriam guardados os tratados de paz (ALLEGRO 1999: 294; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 25, 1), mas não indicam seus respectivos lugares. De toda forma, a propaganda política exercida pela construção do grandioso templo parece ser fruto dos últimos tiranos da época de dominação agrigentina, ainda impulsionados pela recente vitória sobre os rivais púnicos (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 193).

Figura 69: Himera: Plano do Templo da Vitória em cerca de 480 a.C. (MINÀ 2005: 55).

Figura 70: Himera: Templo da Vitória; ao fundo, a cidade alta (Foto do Acervo Labeca).

Figura 71: Himera: Templo da Vitória (CERCHIAI; JANNELLI & LONGO 2004: 193).

Tasos

A pólis insular de Tasos, localizada na costa da Trácia, ao norte do Mar Egeu, foi fundada por Paros na primeira metade do século VII a.C. Essa informação nos é dada por Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, IV, 104, 4) e Estrabão (*Geografia*, X, 487), embora a data não seja fixa, variando entre 680 a.C. e 650 a.C.⁴⁸ A imprecisão acerca dos períodos mais antigos da cidade, especialmente no que se refere à sua fundação, é bastante paradoxal, na medida em que Tasos é uma das cidades mais bem conhecidas arqueologicamente. O atual estágio de conhecimentos sobre essa cidade deve-se, sobretudo, aos esforços dos pesquisadores da Escola Francesa de Atenas, cujas escavações e sondagens no local percorreram grande parte do século XX. Além disso, cabe destacar as contribuições de Roland Martin aos estudos da ágora de Tasos, com sua obra monumental *Thasos: L'Agora* (1959).

Antes de prosseguirmos, convém destacar a importância das fontes descobertas nas últimas décadas, que permitiram a reunião de novas evidências sobre a topografia da cidade antiga de Tasos. A mais recente é a chamada Estela do Porto, posicionada próxima à *ásty*, que nomeia e descreve algumas ruas e áreas da cidade, associando-se às demais categorias de evidências até então conhecidas – os elementos geográficos, as descobertas arqueológicas e os endereços de pacientes tasianos escritos nos *Tratados Hipocráticos*. A inscrição presente na Estela do Porto data de fins do período Arcaico e início do período Clássico,⁴⁹ e contém referências a duas deidades, Apolo Pítio e Ártemis Hécate (epíteto, não a deusa), o que implica a existência de seus respectivos santuários em Tasos. O Templo de Apolo na acrópole já é conhecido, e o de Ártemis possivelmente diz respeito ao *Artemíision* anteriormente comentado. A estela também traz inscrições concernentes a outros cultos, e muitos pesquisadores que estudaram a pólis de Tasos relacionaram essas divindades à Passagem dos *Theoroi*, magistrados que exerciam a função de embaixadores (GRAHAM 2000: 306-311; GRANDJEAN & MARC 1996: 78-79).

Um dos cultos mencionados na estela é o oferecido às Cárites (Graças), cujo santuário, embora seja ainda desconhecido, é associado a uma rua que percorreria o pritaneu e a outras construções de caráter comercial e administrativo (uma possível “casa de câmbio” e um prédio destinado a abrigar banquetes e onde os homens bebiam vinho – o

⁴⁸ Nenhuma fonte literária menciona o fundador de Tasos. Porém, segundo alguns autores, relatos sobre o Oráculo de Apolo afirmam que Telesicles de Paros foi designado para fundar uma cidade na região; a proeminência do culto de Apolo e as profundas ligações entre Tasos e Delfos sugerem, portanto, que Telesicles foi o fundador de Tasos. Por outro lado, as evidências arqueológicas contrariam os relatos textuais, e sinalizam uma fundação mais recente, em 650 a.C. Vide Graham (1978) e Malkin (1987: 56-59).

⁴⁹ Yves Grandjean e Jean-Yves Marc dizem que a estela foi produzida entre 470-460 a.C., pertencendo assim ao início do período Clássico. In: Grandjean & Marc (1996), p. 78.

symposion). Esse conjunto de marcos topográficos sugere o local da ágora tasiana; lembremos, por exemplo, do caso de Atenas, onde os banqueiros e cambistas utilizavam mesas simples postas na ágora para realizar as trocas monetárias (CAMP 1986). Isso corrobora a ideia de maior conveniência em centralizar as atividades financeiras num único espaço, facilitando até mesmo a supervisão delas pela pólis. Além disso, a definição de um lugar específico para o *symposion*, embora esta seja uma palavra usada frequentemente no âmbito privado, também indica um espaço público importante. Como não poderia deixar de ser, o ato coletivo de comer e beber vinho, tão valorizado no mundo helênico, era fundamental também em Tasos, a tal ponto de exercer uma especialização no espaço. Sabe-se que havia locais com a mesma função no pritaneu; logo, o edifício citado na estela poderia ser empregado em outros rituais além das refeições públicas, ou mesmo ser um anexo do pritaneu (GRAHAM 2000: 312-313). No que se refere às ligações entre práticas urbanas e meios políticos, essa materialização do *symposion* na ágora é vista de forma contraditória: para alguns autores, ela indica a proeminência de uma atividade cívica, realizada por pessoas que pertenciam à pólis enquanto cidadãos; já outros vêem essa instituição como majoritariamente aristocrática (GRAHAM 2000: 313, ver nota 90).

Sobre a *khóra* de Tasos do período Arcaico, não há dados suficientes; já sobre os períodos subsequentes, as informações são mais precisas. Sabe-se que a ilha era dotada de um sistema de ocupação hierarquizado, constituído de um polo urbano, uma rede de vilas e fazendas isoladas. A aglomeração principal, ao norte, era separada do restante da ilha pela cadeia de montanhas chamada *Hypsarion*, mas tinha localização estratégica e comercial por estar inserida em importantes rotas marítimas (a principal delas conectava a pólis de Atenas, a região de Cálcis e o Mar Negro) e entre a ilha e o continente. As vilas ou aldeolas espalhavam-se pela “auréola” externa da ilha, ligeiramente afastadas da costa, sobre os sopés ou planícies de vales; as fazendas isoladas possuíam, na maior parte das vezes, diferentes tipos de solo à disposição, o que pode indicar uma intensa e diversificada atividade agrícola. O centro da ilha, por sua vez, era coberto de montanhas e despertava pouco interesse econômico (BRUNET 1996: 54). Pela posição próxima ao mar, a cidade também tinha uma vocação comercial: além das rotas marítimas mencionadas acima, as suas fundações na costa da Trácia, de época arcaica, abriram diversas rotas comerciais terrestres, permitindo a exportação de um excelente vinho, conforme relatam autores antigos como Aristófanes e Xenofonte e descobertas arqueológicas de ânforas de Tasos encontradas em diferentes regiões até o período romano.⁵⁰ No entanto, o grande valor

⁵⁰ *Apud* Nausitoo <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/city/60/>>. Acessado em 09/12/2015.

econômico de Tasos parecia residir na *khóra*, especialmente na agricultura, em face da densidade populacional e da presença de estradas, e na mineração. O ouro era extraído do subsolo da acrópole e do maciço de Klasidhi, localizado entre as baías de Ainyra e Koinyra, no lado oriental da ilha (Heródoto, *Histórias*, IV, 46-47). A zona ocidental fornecia prata e cobre para a cunhagem de moedas, enquanto o nordeste da ilha (colinas de Saliari, Phanari e Vathy) e a península de Alikí abrigavam montanhas e paredões de mármore, o qual era usado em esculturas e monumentos urbanos. Por ser extraído da área costeira, o mármore podia ser mais facilmente transportado, contribuindo para a sua difusão em outros locais (BRUNET 1996: 54-56).

Figura 72: Imagem de Tasos feita por satélite (AA. VV. 1996: 52).

A prosperidade da *khóra*, fundada sobre uma exploração racional de recursos, permitia que Tasos alcançasse um alto nível de autossuficiência e mantivesse relações comerciais com diversos povos. Mesmo concentrando sua população no litoral, teoricamente mais exposto ao risco de ataques inimigos, havia um constante fluxo de pessoas e mercadorias na borda externa, bem como entrando e saindo da ilha (BRUNET 1996: 57-58). Uma pedra demarcatória encontrada na península de Alikí, a sudeste da ilha, e datada do século V a.C., informa sobre o sistema viário que interligava três áreas principais do território: a *ásty* e dois santuários rurais. O primeiro santuário, consagrado a Apolo, estaria situado em Alikí, e outro (ainda não encontrado) na vila de Demétrion, a sudoeste da ilha, e dedicado a Zeus (chamado Diasion), formando com a *ásty* uma espécie de triângulo. Ainda segundo a estela, um caminho circular ligaria essas regiões, seguindo mais ou menos a costa marítima, distando cerca de 27 km entre a *ásty* (ao norte) e o santuário de Apolo (em Alikí, a sudeste); 21 km entre o santuário de Apolo e o Diasion (em Démétrion, a sudoeste); e 38 km entre Diasion e a *ásty*. Esses santuários teriam, por fim, a função de reafirmar a unidade política do território, devido à dispersão populacional e isolamento causado pela alta quantidade de montanhas e pelo distanciamento em relação à *ásty* (BRUNET 1996: 54).

Figura 73: Tasos: Santuário de Alikí, dedicado a Apolo: muralha com parede dupla (HELLMANN 2002: 12).

Figura 74: Tasos: Propileu do Artemísion. Reconstituição da planta isométrica. Século IV a.C. (HELLMANN 2006: 184).

Figura 75: Tasos: Planta da cidade (AA. VV. 1996: 74).

A insegurança causada pela ameaça persa fez com que, na passagem do século VI a.C. para o V a.C., uma muralha fosse erguida muito além da área construída na *ásty*, partindo da acrópole e chegando ao mar (ao norte) seguindo a cadeia de montanhas, virando em direção ao sudoeste e continuando pela costa, até adentrar novamente o interior rural e retornar à acrópole. Nessa última parte do muro, diversas portas foram instaladas e dedicadas a deuses (inclusive recebem seus nomes), decoradas com esculturas arquitetônicas em alto relevo do seu respectivo deus – Hermes, Zeus, Hera, Héracles e Dioniso. É digno de nota que, ao cair sob domínio de Dário, em 491 a.C., a pólis teve que destruir seus muros, uma vez que eles simbolizavam a independência da comunidade cívica; após a derrota persa, os tasanos puderam reconstruí-los. No entanto, em 463 a.C., Tasos retira-se da primeira confederação de *poleis* criada por Atenas, e como punição, os atenienses subjugam a cidade e novamente ordenam a derrubada dos muros – com a queda da hegemonia ateniense no fim do século V a.C., Tasos pôde recuperar a muralha. De todo modo, nunca houve uma destruição completa dos muros, mas a abertura de brechas ao longo de sua extensão, o que facilitava depois a reconstrução (GRANDJEAN & MARC 1996: 75-76).

Figura 76: Tasos: Reconstituição de uma parte da muralha (AA. VV. 1996: 76).

1. Santuário Norte	9. Edifício cívico com <i>paraskénion</i>	17. Stoá sudoeste
2. Teatro (embaixo das árvores)	10. Santuário de Zeus Agoraios	18. Monumento a Glauco
3. Casas antigas	11. Stoá noroeste	19. Monumento em forma de proa
4. <i>Poseideion</i>	12. Monumento de Teógenes	20. Rua antiga
5. <i>Dionision</i>	13. Altar dedicado a Lucius e Gaius Cesar	21. (ver ficha seguinte - 4024)
6. <i>Artemision</i>	14. Édredas	22. Odeon
7. <i>Theoroi</i> , passagem e lojas	15. Stoá sudoeste	23. Porto
8. Stoá nordeste	16. Grande altar	24. Antiga doca (submersa)

Figura 77: Tasos: Planta geral do assentamento com indicação dos principais edifícios (SCHODER 1974: 209).

Foi na primeira metade do século VI a.C. que se produziu, após três ou quatro gerações, o grande desenvolvimento da *ásty*, seguindo um processo de expansão que alarga sua esfera de influência sobre grande parte da costa insular. Isso é atestado na cerâmica e na arquitetura, que revelam uma ligação estreita com a região noroeste da Ásia. As estruturas urbanas seriam erigidas na área norte/nordeste da ilha, devido a alguns fatores como: a existência de um porto natural protegido do vento; sua posição favorável nas rotas comerciais; a presença de uma planície costeira fértil, com água abundante e uma defesa natural na forma de colina rochosa, a 150 m acima no nível do mar e 600 m distante da costa. A acrópole abrigaria, em seus dois cumes, os santuários de Atena Pólias (protetora da cidade) e de Apolo Pítio, e o restante da *ásty* desenvolve-se na planície litorânea, entre as duas colinas da acrópole. Na planície, estavam os dois núcleos primitivos:

o *Artemísion*, a nordeste, e o *Heracleion*, a sudoeste, situados sobre pequenos terraços e circundados por bairros residenciais e a ágora, ao lado de um porto fechado e píeres fortificados. É da ligação entre esses dois polos que se desenharia o eixo principal do agrupamento urbano até a época romana: todos os edifícios construídos e remodelados, públicos ou privados, seriam integrados à malha viária arcaica de Tasos (GRANDJEAN & MARC 1996: 75-78; MARTIN 1978: 186). Na região nordeste, em torno do santuário de Ártemis, a ocupação parece ter ocorrido de maneira desorganizada, ao passo que o polo sudoeste, do santuário de Héracles, teve uma feição mais regular; vestígios sinalizam uma densidade populacional menor nessa última região durante as primeiras fases de ocupação da pólis, talvez indicando um povoamento posterior da parte sul. Algumas ruas tinham orientação noroeste-sudeste, saindo da acrópole em direção ao mar, enquanto outra, principal, tinha orientação nordeste-sudoeste e ligava os santuários de Héracles e Ártemis. Ainda assim, podemos dizer que a planta de ruas da cidade era, de modo geral, orgânica, e crescia de acordo com as necessidades, embora sempre respeitasse o relevo: a rua que margeia a ágora e une os santuários de Héracles e Ártemis é colocada quase como uma verdadeira curva de nível do terreno (GRANDJEAN & MARC 1996: 78-79).

Desde a fundação da pólis, e principalmente a partir do século V a.C., as escavações mostram indícios da instalação de canais de água e esgoto em residências e áreas públicas. Na época clássica, blocos de mármore esculpidos como tubulações em campo aberto, com bacias de decantação, eram usados para abastecer de água a praça da cidade. Esse canal vinha da parte externa, fora dos muros, e entrava pela Porta de Héracles (cf. planta na página 136 desta dissertação). Além de canais de abastecimento, havia também uma rede de esgoto na ágora e canais de drenagem em diversos bairros da pólis (GRANDJEAN & MARC 1996: 79-80).

Quanto aos grandes monumentos urbanos, têm-se, afora o *Heracleion* e o *Artemísion*, já analisados, os santuários vizinhos dedicados a Poseidon e Dioniso no litoral norte da cidade (cercados pela ágora a oeste, o porto ao norte e próximos à Porta de Hermes), um teatro de época clássica (ao nordeste da cidade) e um Odeão de época romana, entre o *Heracleion* e a ágora. Os bairros residenciais (um ao lado da Porta Silène, ao sudoeste da *ásty*, e outro ao lado do teatro, ao nordeste) apresentavam casas modestas entre os séculos V a.C. e IV a.C., sendo progressivamente ampliadas e ostensivas nos séculos seguintes: elas tornam-se mais espaçosas e cercadas por pórticos em seus quatro lados. A partir do século IV a.C., os grandes santuários políades perdem importância e dão lugar a templos menores pré-cristãos; além disso, espaços públicos ganham caráter cada

vez mais privado, como acontece com a ágora tasiãna, cada vez mais fechada (cf. página 146 mais adiante; GRANDJEAN & MARC 1996: 80).

Já sobre a ágora, as principais questões residiam em sua localização. Segundo Martin, a primeira hipótese foi formulada por C. Friedrich que, em seus estudos topográficos na primeira década do século XX, sugeriu que ela se encontrava próxima ao porto e ao Templo de Apolo (MARTIN 1959: 5). A ausência de vestígios era explicada pela elevação de uma fortaleza, mencionada no relato de Ciriaco de Ancona, anfitrião dos Gattilusi em 1444-1445; os restos da ágora teriam servido para a construção dessa fortaleza, e a maioria dos elementos arquitetônicos da *stoá* situada a noroeste adornariam as edificações ao redor. Em 1914, a prospecção da parte baixa da cidade feita por Charles Picard revelou o que seria o ângulo sudeste da ágora tasiãna, e a descoberta de um “prítaneu” (que, mais tarde, seria ressignificado) estendeu a prospecção para o lado leste. A identificação proposta então para o “prítaneu” colocava os pesquisadores no centro político da cidade, e permitiu-lhes descobrir uma passagem para uma sala contígua ao pequeno pórtico a nordeste da ágora. Era por esse pórtico e pelo edifício nomeado por Martin de *paraskénia*, ao qual ele era associado, que começava a exploração da ágora tasiãna (MARTIN 1959: 6). Retomados em 1920, os trabalhos desenvolveram-se em direção ao norte e ao noroeste, resultando na descoberta parcial dos lados norte, noroeste e nordeste da ágora, limitados por uma série de pórticos e edifícios de épocas diversas. As outras campanhas foram levadas a cabo nos anos de 1929, 1933 e 1939, sendo uma de curta duração em 1945 devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial (MARTIN 1959: 7). A obra de Martin traz à luz os resultados dessas pesquisas, e dá atenção às duas edificações mais bem preservadas: a grande *stoá* a noroeste e os *paraskénia*.

A aglomeração de espaços com fins públicos, voltados para a comunidade, é forte sinal da existência de um centro da área urbana, uma ágora. O local destinado à prática do *symposion* pode ter sido uma série de quartos em face ao setor nordeste da ágora, identificado como câmaras de banquete; já o prítaneu, embora fosse normalmente encontrado sobre ou próximo à ágora, tem sua localização desconhecida, podendo se situar fora da ágora tal qual o prítaneu ateniense. Graham afirma que, devido ao seu caráter venerável contendo uma chama eterna, o lugar pode ter funcionado enquanto uma ágora primitiva, e depois perdendo essa função com o deslocamento da ágora de acordo com as necessidades da cidade (GRAHAM 2000: 313). Há também menção a uma *stoá* localizada na ágora, com unidades separadas (GRAHAM 2000: 311-312). Logo, de acordo com a Estela do Porto, esse espaço datado de fins do período Arcaico e início do período Clássico

era delimitado pela Passagem dos *Theoroi*, rua onde se encontrava o Santuário das Cárites; pelos edifícios onde se realizavam o câmbio e os banquetes; e pela rua que margeava o pritaneu (GRAHAM 2000: 313).

Figura 78: Ágora de Tasos, II-I a.C. (GRAHAM 2000: 314).

O plano geral da ágora de Tasos possui como estrutura arquitetural os grandes pórticos que a limitam a sudoeste, a sudeste e a noroeste. Ela encontrava-se na parte baixa da cidade, separada do porto pela *stoá* a noroeste e uma espécie de baluarte: um braço de muralhas que seguia sem interrupção entre os dois cais do porto. As portas em cada extremidade da *stoá* e ruas faziam a comunicação entre ela e o porto fechado. Essa *stoá* monumental, com cobertura em mármore e estado de conservação variado, é peculiar: não há uma colunata interior, nem quartos. Uma longa colunata dórica constituía a fachada meridional voltada para a ágora, e vestígios sinalizam uma parte do que seria o muro em volta do edifício; ela tinha uma só nave e não comportava suportes interiores. Os materiais usados em sua construção são aqueles recorrentes nas demais edificações da ágora de Tasos a partir do século V a.C.: o granito nas fundações e o mármore nas elevações. Todos

os edifícios dessa ágora são, a propósito, datados da época clássica: a *stoá* tasiana, de um estilo ainda puro, mas seco, permaneceu marcada pelas boas tradições artísticas desse período. Sua função parece ser majoritariamente o comércio, devido à posição entre a ágora e o porto, à provável existência de compartimentos na extremidade ocidental e ao encontro de ânforas e *pithoi* (jarras de armazenamento) na parte oriental. Para Martin, ela pode ter sido ora um depósito, onde os antigos conservavam e transportavam o vinho e o azeite nessas jarras e ânforas, ora um lugar de venda, um mercado fechado no qual o acesso só era permitido em dias e horas determinados (MARTIN 1959: 52). Na ponta ocidental, uma série de edifícios fecha a passagem, caracterizando assim uma *stoá* fechada. Essa parte poderia cumprir funções especiais, como o alojamento de magistrados do porto e da ágora que supervisionavam as trocas comerciais. A *stoá* a sudoeste, por sua vez, possuía instalações luxuosas como, por exemplo, pisos de mosaico (MARTIN 1959: 54).

Figura 79: Tasos: Fachada sudoeste da stoá (MARTIN 1959).

Também na extremidade ocidental encontram-se propileus (vestíbulos de acesso) que se integram ao plano da *stoá* a sudoeste. Feitos de mármore, eles interligavam as *stoai*

pela abertura de uma larga porta no muro da *stoá* a noroeste. Tais propileus arranjados nas paredes de *stoái* a fim de dar acesso à ágora, cuja entrada restringia-se progressivamente, são comuns na época helenística e romana, quando a ágora se assemelhava a um recinto envolto por um peristilo; era necessário, portanto, prover a ágora de entradas monumentais ou propileus. Cabe lembrar, a porta da *stoá* a noroeste se abria para uma rua que se conectava ao porto, facilitando o acesso ao cais por onde passavam todos os produtos que faziam a riqueza e o nome da ilha (MARTIN 1959: 57-58).

Figura 80: Tasos: Planta do edifício nos paraskénia (MARTIN 1959).

Já os *paraskénia* têm, em seu centro, um lance de escadas; uma entrada larga de cerca de três metros estava em frente a ele, constituída por uma espécie de corredor que limitava as paredes da fachada. Sua conservação é também variada: o muro do fundo desapareceu completamente, e a metade oeste e o ângulo noroeste foram afetados pela construção de uma basílica. Segundo Martin, esse edifício deve ser examinado em sua relação com o témeno de Zeus *Agoraios*. Assim como a *Stoá* Real em Atenas, esse témeno está em contato direto com os cultos cívicos que auxiliam na boa organização da cidade e presidem a vida política de Tasos. Todos esses aspectos culturais são fortemente associados à história da ágora; a instalação do culto marca, por sua vez, o advento e a independência de uma nova cidade, e o edifício se tornaria a sede dos tribunais mais famosos, tal qual a *Stoá Basileios* em Atenas (MARTIN 1959: 90-91). Diz Martin:

Parece pouco duvidoso que o edifício anônimo da ágora tasiana tivesse sido a sede desses

numerosos colégios judiciais que mantinham a ordem, a harmonia e também a prosperidade da cidade. De proporções muito reduzidas, sendo muito pequeno e mal disposto para uma assembleia ou um senado, ele era ao contrário bem adaptado às reuniões de colegiados pouco numerosos, que poderia mesmo ocorrer simultaneamente e independentemente nas diversas salas do edifício (MARTIN 1959: 90).

Inscrições nos blocos dos muros apresentam listas oficiais de arcontes, bem como textos imperiais datados da época romana, o que indica uma continuidade funcional do edifício. Alguns textos mais recentes, porém, sugerem que ele recebeu em certa época uma destinação religiosa (MARTIN 1959: 90-91).

PLAN J. — Plan restitué de l'édifice.

Figura 81: Tasos: Plano reconstituído do edifício nos paraskénia (MARTIN 1959).

Figura 82: Tasos: Fachada reconstituída do edifício nos paraskénia (MARTIN 1959).

Entre as demais edificações administrativas situadas na região da ágora, podemos destacar a presença de um *Thólos*, de um Buleutério e do pritaneu. Esse último, como já foi dito, tem sua localização desconhecida, possivelmente fora da ágora: imediatamente além do vértice sudoeste da ágora há uma larga construção pública, cuja função poderia ser a de sede oficial do corpo administrativo (GRAHAM 2000: 313, vide nota 93). O Buleutério era um edifício quadrado, margeado por um peristilo contendo cinco colunas jônicas de um lado, e um pórtico com seis colunas dóricas (DINSMOOR 1973: 296).

No que diz respeito aos edifícios de cunho religioso, o santuário dedicado a Zeus *Agoraios*, composto de um períbolo baixo, um templo pequeno e um altar no espaço aberto da ágora, é o mais proeminente. Nas proximidades encontra-se também um santuário consagrado a Teógenes, atleta tasiano do século V a.C. que, de acordo com as fontes escritas, teria propriedades curativas (GRAHAM 2000). Grande parte dos santuários, no entanto, estava fora da ágora; ainda assim, é importante ressaltar que os heróis mortos em batalhas eram celebrados por meio de cultos em sua homenagem, frequentemente realizados na ágora. Louise Zaidman e Pauline Pantel trazem a citação de uma lei datada da metade do século IV a.C. que mostra a importância do culto cívico-religioso na ágora tasiana, e como ele articula toda a comunidade:

O fiscal da ágora não pode negligenciar nada... No dia que a *ekphora* estiver para ocorrer, antes ele

deve tomar lugar. Não deixar ninguém estar de luto pela morte heroica de qualquer modo por mais de cinco dias; não é permitido pagar a eles qualquer rito funerário sob a pena de conspurcação religiosa; não deixar nem mesmo os Guardiães das Mulheres, nem os Arcontes, nem os polemarcos darem prova de negligência, e os deixe preparados para serem infligidos pelas penalidades descritas pela lei; deixe que os polemarcos e os secretários do Conselho tenham os nomes dos mortos com seus patronímicos inscritos no rol de heróis mortos na guerra; deixe que seus pais, mães e filhos sejam convidados em cada ocasião que a cidade faça sacrifícios em honra do herói morto; deixe que cada um dele receba uma indenização igual ao salário pago a um oficial; deixe que também sejam dados para seus pais, mães e filhos lugares de honra nos Jogos (...) (ZAIDMAN & PANTEL 1992: 76).

Quanto ao acesso da ágora, sabemos que o núcleo urbano de Tasos foi todo amuralhado a partir de fins do século VI a.C. e início do V a.C. De acordo com a Estela do Porto, a ágora arcaica era bem delimitada, e no final do século IV a.C. a proliferação de edifícios contínuos fechavam a ágora, embora ela ainda fosse inserida na malha urbana. O acesso ocorria, portanto, por meio dos próprios edifícios ou por pequenas entradas que vinham das ruas. A título de curiosidade, podemos mencionar que essa restrição do espaço seria cada vez maior, sendo a ágora de Tasos um espaço totalmente fechado com acessos bastante limitados já no período Helenístico (MARTIN 1959; GRAHAM 2000).

Convém retomar aqui a discussão sobre a existência de uma ágora primitiva em Tasos. A hipótese de que a ágora atual é uma extensão tardia da cidade, e representa a transferência de um lugar para outro, foi defendida por Martin. Seus argumentos baseavam-se na ausência de construções monumentais no lugar antes do início do século IV a.C., além dos supostos cultos tardios e a descoberta de uma inscrição que indicaria a existência do cenotáfio de Glauco, que teria participado da fundação de Tasos, fora da ágora clássica (GRAHAM 2000: 313-314). Contudo, a exploração desigual da ágora, especialmente nas sondagens realizadas por Martin, pode explicar a escassez de vestígios anteriores ao século IV a.C. Além disso, algumas paredes arcaicas foram descobertas, o que mostra ser o local

já ocupado em datas mais antigas. Podemos também adiantar a reflexão de que, se a área fosse desocupada, a nova ágora teria tencionado a adotar o plano ortogonal difundido naquele momento – diferentemente de sua forma atual, próxima a um paralelogramo, que evidencia uma necessidade de adaptação às características do relevo e, por conseguinte, um crescimento orgânico de dentro para fora. Por fim, sua posição entre o porto e as colinas da acrópole é favorável e não justifica a localização da praça em outro local (GRAHAM 2000: 315). Se for comprovada a existência de um portão na região da Passagem, é possível que estivesse diante de uma ágora; todavia, é pouco provável que a ágora atual seja mais recente que a Passagem (cerca de 480 a.C.) e as inscrições da Estela do Porto. Isso, grosso modo, interfere na localização do pritaneu: se a ágora permaneceu no mesmo lugar, o pritaneu encontrava-se possivelmente nos arredores; se houve mudança, ele não estaria necessariamente dentro ou perto da ágora. Outra questão levantada é se a ágora comercial citada no texto de Hipócrates era a única ágora da cidade, e, portanto, a única conhecida, ou se a referência de uma ágora mais comercial do que política implica a existência desta última (GRAHAM 2000: 315-316).

Cirene

Primeira apoikia grega estabelecida no continente africano, Cirene estava situada sobre um vale fértil no vasto altiplano que declina em direção a uma estreita faixa costeira, na zona oriental da Líbia e distante 10 km do Mar Mediterrâneo. Embora o núcleo urbano estivesse cercado por áreas desérticas, as características físicas da região permitiam que a pólis mantivesse, tal qual a maior parte das cidades gregas, uma vocação agrícola, e ao mesmo tempo se conectasse às outras regiões gregas por meio do porto de Apolônia (BALDASSARRE 1999: 385). É Heródoto (*Histórias*, IV, 145-167) que nos relata a fundação da pólis por lacedemônios vindos da ilha de Thera, em 630 a.C., na forma de uma monarquia governada pelo oikista (fundador) Batos.⁵¹ A existência de populações nativas e a proximidade com os egípcios fizeram com que a cidade recém-fundada entrasse em diversos conflitos com esses grupos, contribuindo para acentuar progressivamente o poder político e militar do rei. Em meados do século VI a.C., durante o reinado de Batos III, o legislador Demonax expropriou terras do rei e reduziu suas funções, restringindo-as ao sacerdócio de Apolo, mas a dinastia dos Batíadas somente terminaria na metade do século V a.C., com a morte de Arcesilau IV e o advento da democracia.⁵² A narração de Heródoto é confirmada pelas fontes epigráficas: uma estela de pedra com os nomes dos fundadores da pólis, datada do século IV a.C., reproduz um decreto que afirma a ligação entre os cireneus e os cidadãos de Thera, chamada de “pátria-mãe” (BALDASSARRE 1999: 386). Poetas como Píndaro e Calímaco também se preocuparam em evocar o passado mítico da pólis, exaltando a figura do “herói fundador” e, conseqüentemente, contrapondo a presença do grego civilizado ao bárbaro estrangeiro – numa clara alusão à forte hostilidade encontrada num território que já era densamente ocupado (CALAME 1996). De toda forma, após um longo período de estabilidade e autonomia política grega, toda a região da Cirenaica cairia sob jugo de diferentes povos conquistadores até o fim da Antiguidade: inicialmente incorporada ao império macedônio de Alexandre Magno, passaria ainda pelo domínio egípcio até ser transformada em província romana no século I a.C.

O uso das fontes textuais é fundamental para elucidarmos o desenvolvimento histórico da pólis, uma vez que a exploração arqueológica regular apenas aconteceria em meados do século XX; até então, a cidade estava restrita a poucas análises epigráficas e à

⁵¹ “A cidade [Thera] resolveu que em cada família um de dois irmãos partiria, designado à sorte, e que cada um dos seus distritos – tinha sete – forneceria certo número de colonos, tendo Batos por chefe e rei” (Heródoto, *Histórias*, IV, 153 *apud* Hirata 2010a, p. 37, vide nota 32). Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata. Píndaro nos apresenta, por sua vez, a origem mítica da pólis, ao atribuir sua fundação à ninfa Cirene, sob ordem de Apolo (*Pítica* 9).

⁵² A informação sobre a instalação do regime democrático é dada por Heráclides do Ponto *apud* Nausitoo <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/city/79/>>. Acessado em 09/12/2015.

curiosidade de viajantes em busca de sua fama literária – vale lembrar que Cirene abrigou o surgimento de uma nova escola filosófica, fundada por Aristipo e baseada no Hedonismo, e escritores como Calímaco e Erastótenes haviam nascido ali. Com a colonização italiana da Líbia, a partir de 1913, os arqueólogos que chegaram à região puderam revelar ao longo das décadas seguintes uma pluralidade de monumentos antigos, tais como o santuário de Apolo e o templo dedicado a Zeus, bem como o ginásio de período Helenístico e todo o bairro da ágora. Finda a Segunda Guerra Mundial, uma missão formada por arqueólogos italianos, apoiados por pesquisadores ingleses e americanos e em parceria com o Departamento de Antiguidade local, passou a escavar sistematicamente o entorno e jogou luz sobre a *khóra*, evidenciando diversas estradas, fazendolas e santuários extraurbanos, como o de Deméter (BALDASSARRE 1999: 387). Além disso, a elevação do sítio ao status de *patrimônio mundial da humanidade*, estabelecido pela UNESCO, em 1987, também ajudaria a impulsionar os estudos na região.⁵³

O núcleo urbano foi organizado, conforme vimos, sobre um altiplano, composto de dois terraços e um vale intermediário. O monumento mais antigo é a fonte de Apolo, localizada no terraço meridional mais elevado (a acrópole), ao passo que o témeno (terreno sagrado) onde se erguia o santuário da mesma divindade foi construído posteriormente no terraço setentrional; embora a área sagrada do santuário tenha recebido ares cada vez mais monumentais, a fonte permaneceu ativa e isolada até pelo menos o período Helenístico. O santuário formava um complexo autônomo e não integrado urbanisticamente à *ásty*, mas que funcionava como ponto de referência aos que chegassem por terra ou mar. Já a ágora ocupava o platô a leste da colina meridional, na região do vale, local onde mais tarde seria disposta a cidade de época romana; a praça ocupava um retângulo mais ou menos irregular com 120x105 m, cercado por lotes rurais que foram paulatinamente urbanizados e transformados em bairros residenciais no século V a.C. (BALDASSARRE 1999: 388-390).

Figura 83: Cirene: malha urbana com diferentes eixos (BOLLATI & BOLLATI 1999: 13).

⁵³ Vide < <http://whc.unesco.org/en/list/190>>. Acessado em 09/12/2015.

Figura 84: Planta urbana de Cirene (CARRATELLI 1996: 310).

Com o auxílio de fotos aéreas tiradas pela missão arqueológica italiana (STUCCHI 1967; 1975), é possível perceber como toda a malha urbana era bastante ortogonal, e dividia-se em três esquemas distintos de orientação de acordo com a zona da cidade – os dois terraços e o vale – ocupados em ondas migratórias sucessivas. O mais antigo esquema de organização espacial foi aplicado na acrópole (colina meridional), que não constituía o ponto focal da *ásty* e conectava-se ao vale (reduto da *ágora* e do bairro central) por uma estrada externa; sua planta era semelhante a um tabuleiro de xadrez, com blocos pequenos e cercada por uma muralha própria em formato poligonal e sem uma datação definida – sabe-se que algumas partes do muro foram construídas em épocas diferentes, embora a muralha do restante da cidade, ocupada posteriormente, não seja anterior ao fim do século VI a.C. Se aceitarmos que a *apoikia* foi estabelecida inicialmente na acrópole, é interessante observar que a divisão da terra em lotes iguais também existiu sob regime monárquico, justificada pela necessidade prévia de organização das novas colônias (BALDASSARRE 1999: 388-390).

Uma estrada ligava a acrópole à colina do *témeno*, construída, segundo Píndaro, a mando de Batos para que os cortejos de cavalos pudessem chegar ao santuário de Apolo durante os cultos (*Pítica* 5, 90-95). Essa mesma estrada seguia depois por toda a extensão da *ágora* e atravessava a área agrícola da *pólis*. A planta regular da *ágora*, distinta da acrópole, e a ausência de estruturas primitivas no interior da praça mostram que sua ocupação foi feita posteriormente, talvez associada com as reformas democráticas do legislador Demonax, conforme o texto de Heródoto (*Histórias*, IV, 161, 3). Segundo ele, após ser aconselhado pelo Oráculo de Delfos, Demonax alterou a estrutura social da *pólis*, dividindo a população em três tribos de acordo com suas origens étnicas, e retirando do rei a propriedade fundiária e alguns privilégios sacerdotais, transferindo-os, em contrapartida, ao conjunto de cidadãos – o *demo*. Nesse sentido, a localização da *ágora*, no centro da extensa área agrícola, e a sua construção posterior em relação ao assentamento primitivo na acrópole, podem indicar até mesmo ser o local parte das terras reais que foram desapropriadas durante a reforma política. Outro fato que corrobora essa hipótese é a presença do próprio túmulo (e não cenotáfio) de Batos na *ágora*, datado do século VII a.C. (BALDASSARRE 1999; STUCCHI 1967).⁵⁴ Até a construção da *ágora*, em meados do século VI a.C., o túmulo pode ter servido como marco dos limites da cidade, tal quais outras tumbas e necrópoles; com a organização de um novo espaço cívico, todavia, ele é inserido

⁵⁴ A respeito de Batos, diz Píndaro: “(...) então agora, na morte, ele repousa distante, na parte final da *ágora*. Abençoado foi ele, enquanto esteve entre os homens e, por conseguinte, um herói adorado pelo povo” (*Pítica* 5, 93 *apud* Hirata 2010a: 72). Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata.

nessa nova ordem política (ainda não democrática) ligado ao culto do herói fundador, na forma de um *herôon* (espécie de templo heroico). Não à toa, um templo dedicado a Apolo Arquegeta (protetor dos oikistas, dos viajantes e das leis) foi erguido a oeste do túmulo, sobre o antigo témeno onde ficava o *oikos* (casa) de Opheles, deus rural e popular ligado aos primeiros colonizadores (BALDASSARRE 1999: 391-392).

Figura 85: Cirene: Planta da ágora: 78. Propileu; 79: Entrada ocidental da ágora; 80. Templo de Apolo Arquegeta; 81. Geronteion; 82. Pórtico oeste; 83. Santuário de Deméter na ágora; 84. Pórticos de época romana; 85. Entrada setentrional da ágora; 86. Pórticos norte e mercado; 87. Casa; 88. Pórtico leste; 89. Monumento Naval; 90. Túmulo de Batos; 91. Altares da ágora (Zeus / Hera ?); 92. Esedra; 93. Templo de Hera; 94. Coluna de acanto da ágora; 95. Templo sudeste; 96. Sala dos sedis; 97. Nomophylakeion; 98. Templo de Zeus na ágora; 99. Pritaneu; 100. Templo de Atena na ágora (Archeion) 101. Templo das Musas (STUCCHI 1975).

Figura 86: Cirene: Reconstituição do vértice nordeste da ágora, com o herôon de Batos (GASPERINI; PANDOLFI & STUCCHI 1965: 101).

Figura 87: Cirene: Planta da ágora com os edifícios feitos na segunda metade do século V a.C. (GASPERINI; PANDOLFI & STUCCHI 1965: 100).

Figura 88: Cirene: Secção do Altar de Apolo, na ágora (HELLMANN 2006: 140).

Figura 89: Cirene: Fragmento de borda decorada de um altar do Templo de Apolo, na ágora, em meados do século VI a.C. (HELLMANN 2006: 147).

Figura 90: Cirene: Planta reconstituída do santuário de Deméter e Koré, na ágora (HELLMANN 2006: 279).

Aos poucos, a ágora foi cercada por pórticos monumentais, e outros edifícios político-administrativos foram erigidos. No fim do período Arcaico, foi construído um *geronteion* (local onde se reunia a instituição arcaica da Gerúsia, formada por um Conselho de Anciãos); já no início do Clássico, são construídos o santuário de Deméter e Core-Perséfone, com dois altares, localizado no noroeste da praça; duas imponentes *stoaí* ao sul e o pritaneu (GASPERINI; PANDOLFI & STUCCHI 1965; HELLMANN 2006; STUCCHI 1975). Em 460 a.C., um espaço para reuniões públicas foi construído no vértice noroeste, contemporâneo à instalação da democracia e à destruição do túmulo de Batos – este, reconstruído depois em forma de cenotáfio e com características arcaicas, possivelmente sinalizando uma nova disputa pelo poder (BALDASSARRE 1999: 392). No período Helenístico, a praça se estendeu para o sul sobre um terraço mais elevado, dividindo-se em dois complexos separados pela chamada Via Sacra, como passara a ser denominada a estrada de Batos que conectava a acrópole ao santuário de Apolo e a ágora (GASPERINI; PANDOLFI & STUCCHI 1965; HELLMANN 2006; STUCCHI 1975).

Também são dignos de nota os santuários extraurbanos que delimitavam o território políade e mantinham íntima conexão com a vida política de Cirene. O santuário de Deméter e Perséfone (Tesmofórias), divindades associadas a *poleis* agrícolas, situava-se na encosta meridional da acrópole e estava separado da *ásty* pelo rio Wadi Bel Gadir. O templo permaneceu ativo desde a época de fundação até a conquista romana; alguns objetos de cerâmica que foram encontrados ali datam do fim do século VII a.C., e muitos vestígios apontam o casamento entre mulheres líbias e colonos gregos (WHITE 1984).

Já o santuário de Apolo, como vimos, era fundamental na vida político-religiosa da cidade ao se associar ao mito de fundação (ocorrida por orientação do Oráculo de Delfos) e à dinastia dos reis Batíadas, embora seu culto tenha continuado durante todo o período democrático sob a supervisão direta dos cidadãos políades. Monumentos, dedicatórias votivas e altares dedicados a outros deuses foram encontrados na área próxima ao templo, assim como uma lareira e um espaço para armazenar tesouros, o que indicaria talvez uma função inicial do santuário similar àquela exercida pelas residências dos basileus de época arcaica (BALDASSARRE 1999: 392-393; vide página 126, nota 47, desta dissertação).

Figura 91: Cirene: Vista aérea do santuário de Apolo (BACCHIELLI; POLIDORI; VITA & VITA-EVRARD 1999: 194).

Figura 92: Cirene: Vértice sudoeste do Santuário de Zeus (BACCHIELLI; POLIDORI; VITA & VITA-EVRARD 1999: 203).

A noroeste, um templo de Afrodite e o grande Olympieion dominavam o cenário: segundo Heródoto (*Histórias*, IV, 165-167), o santuário de Zeus foi construído no fim do século VI a.C., dedicado originalmente a Lycaios, nome dado àquele deus na Arcádia; por essa razão, acredita-se que sua fundação foi ocasionada por uma segunda leva de colonizadores vindos da região do Peloponeso. No século III a.C. esse complexo religioso seria incluído na zona urbana com a expansão da muralha helenística (BACCHIELLI; POLIDORI; VITA & VITA-EVRARD 1999).

Por fim, a monumental necrópole de Cirene evidencia um dos poucos casos de efetiva separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos: fora da zona rural e composta de ricas tumbas de famílias aristocráticas cujos enterramentos mais antigos datam ainda do início do século VI a.C., ela se ligava apenas ao santuário de Apolo e à pólis de Apolônia por meio de uma estrada (BALDASSARRE 1999: 393; HELLMANN 2006).

Figura 93: Cirene: Vista de parte da necrópole norte (HELLMANN 2006: 324).

CAPÍTULO 4 – MONUMENTALIDADE, URBANISMO E REPRESENTAÇÕES DE PODER

A divisão do território políade, o espaço público e o papel da religião

Desde a pesquisa de Iniciação Científica, em que analisamos a união entre religião e política nas ágoras gregas, foi possível perceber como seu formato, suas edificações e o acesso às praças estavam articulados com o restante da cidade, da sua inserção na malha urbana até a distância em relação aos muros e suas conexões com o campo. Isso fica ainda mais evidente em muitas das *poleis* ocidentais, onde o planejamento e a regularidade orientavam a construção das cidades desde o princípio: os colonos que ali chegaram trouxeram concepções oriundas da Grécia Balcânica, como a repartição do território em áreas públicas, privadas e religiosas, mas a nova realidade levou a uma organização do espaço com características próprias. Em todas as *poleis* ocidentais estudadas, é possível identificar a preocupação em controlar a *khóra* desde a sua fundação: ela é extensivamente ocupada, cultivada e até mesmo em parte podia ser amuralhada. Lembremos, por exemplo, de Dionísio I, tirano de Siracusa que ordenou não apenas a construção de muros ao redor de grande extensão da *khóra* como todo um sistema de fortificações que incluía torres e portas monumentais, de modo a proteger a pólis de apoikias vizinhas e grupos indígenas hostis (cf. páginas 82 e 88). Em Atenas, os Pisistrátidas também comandaram a construção de estradas por todo o território ático e o amuralhamento do santuário de Deméter em Elêusis (cf. página 42-43). Jonathan Hall nos lembra de que existem diversas referências nos poemas homéricos (*Ilíada*, XVIII, 509-540, sobre o escudo de Aquiles) e nos textos de outros poetas arcaicos sobre cidades amuralhadas (Argos, Corinto, Tebas e mesmo Atenas), além de *surveys*⁵⁵ que apontaram a presença de muros em 43% das cidades arcaicas, mas elas tornar-se-iam comuns na Península Balcânica somente a partir do século VI a.C.; antes disso, eram encontradas majoritariamente nas regiões coloniais, talvez pela maior vulnerabilidade desses lugares a ataques de povos piratas e estrangeiros, não habituados ao modo de combate hoplita (HALL 2007: 72-73).

As fronteiras do território eram marcadas por chamados santuários de confins (os Olympieïons de Siracusa e Cirene; o templo de Tavole Palatine, dedicado a Hera, em Metaponto, ou as diversas estruturas religiosas fora da ásty de Atenas, como o Telestério, o

⁵⁵ Em linhas gerais, o *survey* é um método de pesquisa que consiste na averiguação minuciosa da superfície de uma área pré-definida. A pesquisa vertical – i.e a escavação – só é empreendida quando um local específico for considerado adequado a tal procedimento. Vide Bahn e Renfrew (1991).

templo dórico de Ártemis em Bráuron ou o próprio santuário de Deméter em Elêusis, para citar alguns, vide páginas 42-43, 91, 101 e 157 desta dissertação), o que já nos sinaliza como a esfera religiosa ultrapassava a mera função de culto ao sobrenatural para se tornar parte integrante das necessidades militares ou políticas – o Olympieïon siracusano, como vimos, guardava a lista de cidadãos e era palco de conflitos em tempos de guerra.⁵⁶ Os próprios templos ganham, na Magna Grécia e na Sicília, uma monumentalidade anterior à maior parte dos assentamentos da Grécia Balcânica: nesta última, a monumentalização das áreas sagradas efetiva-se principalmente no século V a.C., atingindo seu ápice no período Helenístico, ao passo que os principais santuários do Ocidente já tinham ares monumentais no século VI a.C. (HIRATA 2010a). Não podemos esquecer, porém, a pólis de Atenas durante a tirania dos Pisistrátidas (século VI a.C.), quando ocorreu a construção de diversos templos monumentais na Acrópole relacionados aos cultos de Atena e Dioniso e ligados à organização de festas cívicas dedicadas a essas divindades, como as Grandes Panateneias e, posteriormente, as Grandes Dionisiacas, ou mesmo do monumental – e nunca finalizado – Olympieïon a sudeste da Acrópole (cf. páginas 41-43 desta dissertação).

As estradas ortogonais que conectavam uma parte do território à outra, e a divisão dos campos em *klêroi* (lotes de terra distribuídos, muitas vezes por sorteio, aos cidadãos da apoikia) são outros tipos de uso extensivo do território que podem ser vistos nos casos de Metaponto e Siracusa (cf. páginas 85 e 99), enquanto algumas *poleis* faziam sua ocupação por meio de fazendolas localizadas a pouco mais de um dia de caminhada, como em Himera, cujas fazendas distavam 5 km do centro, ou Tarento, com assentamentos rurais distantes até 12 km da *ásty* (CERCHIALI; JANELLI & LONGO 2004; GRECO 1999, MERTENS 2006). O ato de *dividir a terra* entre os habitantes não era exclusivo das apoikias ocidentais, embora fosse elemento característico delas. Tamaña preocupação em repartir o espaço é vista no pensamento grego desde o nascimento da pólis, como nos mostram diferentes autores antigos:

Assim ele lá dormia, o muita-tenência, divino
Odisseu, por sono e fadiga dominado; mas Atena
foi até a terra, a cidade dos varões feácios. Eles
antes moravam na espaçosa Hipereia, próximo
aos ciclopes, varões arrogantes, que os lesavam,
pois na força eram superiores. De lá fê-los erguer-
se o divo Nausítoo, e assentou-os em Esquéria,

⁵⁶ O Atenaion de Camarina, embora fosse um santuário urbano (e não de confin), também merece atenção por guardar, assim como o Olympieïon siracusano, a lista de seus cidadãos. Cf. Capítulo 3, página 118.

longe de varões come-grão: em volta puxou muro para a cidade, casas construiu, fez templos de deuses e as glebas dividiu (Homero, *Odisseia*, VI, 7-9. Tradução de Christian Werner, São Paulo: Cosac Naify, 2013).

Em primeiro lugar, o legislador (fundador) deve instalar a pólis o mais próximo possível do centro do território (*khóra*) (...). Para começar ele deverá estabelecer um lote sagrado (témeno) para Héstia, Zeus e Atena, rodeado por muros e ao qual dará o nome de acrópole. Depois disso, ele precisa dividir todo o território (*khóra*) em doze partes (*mére*). As doze partes precisam ser equalizadas: as menores serão de terra boa, as maiores de terra de qualidade inferior. Em seguida, ele marcará 5040 (*klêroi*) lotes de terra, mas cortará cada um em duas partes de sorte que cada lote a ser distribuído tenha uma parte perto do centro e outra mais distante do centro (...). A população também deverá ser dividida em doze seções (...). Em seguida, deverão ser atribuídos doze lotes (*klêroi*) para os doze deuses (...). E as doze partes da cidade também devem ser divididas da mesma maneira (...) e cada cidadão precisa receber como sua parte duas moradias, uma perto do centro e outra nas fronteiras. Assim é que a fundação ficará completa (Platão, *Leis*, V, 745b-e *apud* FLORENZANO 2012: 293-294. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano).

É necessário, portanto, que as terras sejam divididas em duas partes, e uma delas deve ser de propriedade pública, enquanto a outra deve ser de propriedade individual. Cada uma destas duas divisões deve ser novamente repartida em duas; uma porção das terras públicas deve ser destinada aos serviços do culto religioso; e a outra a cobrir com os seus produtos o custo dos

repastos coletivos; das terras de propriedade privada uma parte deve corresponder à área próxima às fronteiras e a outra à área próxima à cidade a fim de que possam ser destinados dois lotes a cada cidadão e todos partilhem ambas as áreas. Há equidade e justiça nessa divisão e ela também inspira uma disposição mais generalizada entre a população da fronteira para enfrentar a guerra (Aristóteles, *Política*, IX, 1330a *apud* FLORENZANO 2012: 294. Tradução de Mário da Gama Cury).

De acordo com esses textos, percebemos que a primeira ação de um fundador ao construir sua cidade era separá-la em áreas públicas e particulares; em seguida, uma muralha seria erguida para defendê-la, e lotes de terra seriam distribuídos aos cidadãos para torná-la produtiva. Essa distribuição, por sua vez, não atenderia apenas às necessidades econômicas da pólis, mas teria um valor militar (fortaleceria as fronteiras em situação de guerra) e, principalmente, político: a propriedade da terra era a base da cidadania, única forma de obter o direito de participar das decisões sobre os rumos da comunidade (FLORENZANO 2012: 295). Por essa razão, repartir o território entre os membros da pólis poderia, em alguns momentos, refletir a ampliação do corpo cívico e instituir a igualdade fundiária, e em outros, concentrar a posse da terra de acordo com uma nova (e mais excludente) definição de cidadão. Assim, não é de se estranhar a incorporação do ato de dividir a terra em textos e inscrições jurídicas: uma vez colocado como instrumento de poder político, é fundamental regular as medidas e a qualidade de cada lote, sua inalienabilidade ou não e quem de fato tinha a posse (ASHERI 1966 *apud* FLORENZANO 2012: 295-296).

A delimitação prévia de espaços públicos e privados é, portanto, elemento caracterizador das *poleis* ocidentais que remete às suas fundações. O traçado urbano é previamente pensado para separar os bairros residenciais das regiões onde as decisões coletivas eram tomadas; a ágora desempenhava, nesses casos, o papel de centro irradiador da cidade, circundada por templos, casas, vias e muros. A própria ágora foi sendo aos poucos preenchida, tomada por altares, santuários, *stoaí*, *buleutérios*, *eclesiastérios*, como nos mostram as escavações nas ágoras de Camarina e Metaponto. Na primeira, a expansão da cidade, em decorrência, sobretudo, da tirania de Timoleonte no século IV a.C., levou a uma profunda especialização dos espaços, com a formal divisão da ágora em duas: uma

ágora a oeste (“Ágora Poente”), destinada aos negócios e comércio, com resquícios de fontes e mercados, e uma outra a leste, posta sobre um terraço, abrigando edifícios administrativos e santuários, muito mais fechada e monumentalizada (cf. página 119). Já em Metaponto, é digno de nota a presença de um eclesiastério de madeira ainda na primeira metade do século VI a.C., e a construção de pequenos santuários dedicados aos cultos de Zeus *Agoraios* e Apolo, responsáveis pela proteção desse emblema político da pólis e que, em conjunto com estelas de pedra e *stoai*, acabariam por marcar territorialmente os limites da ágora (cf. páginas 112-113). Fora do Ocidente, a ágora de Atenas foi constantemente alvo de projetos urbanísticos monumentais que a conectavam ao restante da cidade – vias de procissão aos grandes santuários da Acrópole, edifícios que recebiam cidadãos e magistrados de toda a Ática, entre outros exemplos – evidenciando sua posição central no *layout* da pólis (cf. Capítulo 2, pp. 54-68), ao passo que Cirene, no norte da África, constitui um dos poucos casos em que a ágora não foi anteriormente planejada, sendo erigida quase um século depois da fundação da apoikia e distante do primeiro núcleo de ocupação, na acrópole; de todo modo, tão logo foi organizada, ela imediatamente passou a cumprir também o papel de centro da pólis (cf. páginas 152-155).

É certo também que as funções políticas e religiosas da ágora, e mesmo sua vocação econômica, orientaram o desenvolvimento desse espaço não apenas no Ocidente, mas em *poleis* de outras regiões do mundo grego: em Tasos, a Estela do Porto traz inscrições que sinalizam a existência de santuários ligados à Passagem dos *Theoroi*, magistrados que exerciam o cargo de embaixadores da cidade, além de marcos topográficos que identificariam o espaço da ágora (uma casa de câmbio, um pritaneu e um *symposion* – local de refeições coletivas), reunindo na mesma área as atividades financeiras, políticas e religiosas da pólis. Vimos, portanto, que ao longo de sua história a ágora tasiense possuiu diferentes estruturas voltadas à comunidade, tais como *stoai* mercantis, um *Thólos*, um Buleutério e os *paraskénia* onde possivelmente ocorriam tribunais de júri – e que devem ser relacionados ao témeno (terreno sagrado) do santuário de Zeus *Agoraios*, divindade protetora das ações cívicas da cidade.⁵⁷ Por fim, a importância da ágora de Tasos pode ser até mesmo medida pela progressiva restrição de seu acesso, cuja entrada chegou a ser, em época helenística, somente feita por propileus ou portas monumentais, podendo indicar uma maior hierarquização da sociedade – ou seja, aqueles que tivessem maior status social poderiam adentrar o recinto (cf. página 146). Em Cirene, no norte da África, a ágora passou de um espaço vazio para uma área bem preenchida no fim

⁵⁷ O culto cívico-religioso de heróis mortos em batalhas, inclusive, era legalmente oficializado na pólis. Cf. lei datada do século IV a.C. transcrita no Capítulo 3, pp. 145-146.

do período Arcaico, associando as esferas religiosa e política por meio do culto ao herói fundador; isso nos é indicado pela presença de vestígios relacionados a um *herôon* (nome dado à estrutura de culto dedicada a um herói políade) condizente com as narrativas de Heródoto (*Histórias*, IV, 145-167) e Píndaro (*Píticas* 5, 90-95) acerca da história de fundação da cidade (BALDASSARRE 1999: 385-386, 391-392; MALKIN 1987: 205; vide página 148 desta dissertação).

Todavia, a pólis de Atenas continua a ser, sem dúvida, o nosso maior exemplo de divisão entre o setor público e o privado e da fusão entre os interesses cívicos e a religião grega; ali, vimos inúmeros edifícios que desempenhavam funções específicas para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, ganhavam duas ou mais funções distintas de acordo com os interesses dos grupos dominantes envolvidos. Temos, como exemplo, a criação de espaços monumentais para abrigar as festas religiosas que uniam todos os cidadãos e funcionavam como propagandas de governos, fossem eles tirânicos, democráticos ou oligárquicos, recorrentes na história ateniense até pelo menos a sua conquista pelos romanos (cf. Capítulo 2, pp. 38-54). A própria divisão da ágora ateniense em duas (cf. página 70), separando as atividades comerciais das atividades políticas (como visto também em Camarina), reflete o auge dessa especialização de espaços e mesmo a importância inegável que o comércio representava para a economia da pólis, especialmente para Atenas, cuja rivalidade política e militar com outras cidades exigia a constante manutenção de uma economia pujante. Logo, embora as trocas comerciais fossem consideradas profanas e mal vistas socialmente, devendo, portanto, permanecer segregadas das áreas públicas consagradas aos deuses, o alto volume de negócios mercantis demandava uma zona específica para esse fim. A ágora mercantil do Pireu, datada do século V a.C., teria sido então a primeira resposta ateniense a essa necessidade, muito embora a ágora principal na *ásty* fosse ainda tomada por mesas de mercado – o que justificaria a famosa crítica aos atenienses presente na *Política* de Aristóteles (XI, 1331b; cf. página 70 desta dissertação).

Cabe destacar, por fim, a importância dos cultos a Deméter e Core-Perséfone para a consolidação do poder político exercido pelas tiranias siceliotas.⁵⁸ Autores antigos reiteram a associação desses ritos a episódios políticos da região (Cícero, *Verrines*, 2, IV, 106; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 16, 66). Embora os artefatos de culto e os templos nas apoikias ocidentais continuem a ser feitos, em larga medida, a partir dos modelos

⁵⁸ Ainda que tais cultos não fossem restritos a governos tirânicos, mas sim relacionados, de modo geral, às apoikias gregas. Fora do Ocidente, Cirene, por exemplo, possuía ao menos dois santuários dedicados a essas deusas, mas manteve o regime monárquico até o século V a.C. (cf. Capítulo 3, pp. 148-157).

introduzidos pelas cidades-mãe, a religião nesses assentamentos possui algumas particularidades causadas, sobretudo, pelos contatos com grupos indígenas e cartagineses, bem como os deslocamentos compulsórios de populações ordenados por tiranos que mesclavam com certa frequência povos de origem e crenças diferentes. Ademais, a própria religião helênica como viríamos a conhecer hoje ainda estava em processo de formação na Grécia Balcânica no período Arcaico, e, portanto, longe de uma homogeneidade (MALKIN 1987; ZAIDMAN & PANTEL 1992). Logo, os cultos difundidos na Sicília, especialmente em Siracusa, teriam ganhado funções políticas e sociais próprias daquele contexto: ao realocar grandes contingentes populacionais, por exemplo, os tiranos procuravam desagregar forças opositoras e aumentar seu poderio bélico e de mão de obra, mas isso gerava em contrapartida fortes tensões sociais inevitáveis em grupos tão heterogêneos. A fórmula encontrada para amenizar esses conflitos era o estímulo a grandes festivais religiosos, cujo propósito era unir essas pessoas de interesses tão diversos (HIRATA 2010a). Foi o que fez Gelão de Siracusa, a quem comumente se atribui a difusão dos cultos de Deméter e Core-Perséfone por toda a Sicília. De acordo com Diodoro Sículo, o tirano os teria oficializado e popularizado (*Biblioteca Histórica*, XI, 5, 4-5) com a inauguração de festas similares às Tesmofórias de Atenas (festival dedicado às duas deusas); contudo, enquanto a versão ateniense durava entre três e quatro dias e era frequentada somente por mulheres de cidadãos, a versão siracusana durava dez dias e dela todos podiam participar (HIRATA 1994: 393). É provável que essa natureza mais democrática das festas em Siracusa correspondia, na realidade, a uma tentativa tirânica de unir toda a população e suavizar as tensões sociais, salientando a capacidade (e sensibilidade) de Gelão em se apropriar de uma tradição helênica (o culto às divindades e as Tesmofórias atenienses) para se fazer ver e fazer parte. Essa feição particular da religião nas apoikias gregas, completamente integrada ao sistema político de colonização, perduraria até o século III a.C.; em Siracusa, os governos de Dionísio, Timoleonte e Agátocles ordenariam a construção de santuários e a cunhagem de moedas em honra a essas divindades (HIRATA 2010a: 176-183).

Comparações entre as tiranias de Atenas e do Ocidente

Paralelamente ao desenvolvimento da pólis, a partir do século VIII a.C., as tiranias parecem ter se disseminado no mundo grego antigo quase como uma contraposição ao modelo homérico tradicional de monarquia. Nos relatos de Homero, vemos a construção da figura de um rei cuja origem nobre não o afastava dos interesses do povo: na Odisseia, por

exemplo, o herói Ulisses recebe a ajuda dos súditos ao regressar a Ítaca para expurgar a nobreza parasitária personificada na figura dos terríveis pretendentes de Penélope. Já o tirano, ao contrário, foi definido pela maioria dos pensadores antigos dos séculos VI a.C. e V a.C. como o paradigma do mau governante, que tomava o poder de forma arbitrária e instituiu o *governo de um só*, oposto ao *governo dos cidadãos*; nesse sentido, os interesses individuais do tirano prevaleceriam sobre os interesses coletivos, distanciando-se por completo do bem estar social.⁵⁹ É necessário lembrar, entretanto, que Atenas ainda reúne a maior parte da documentação material e textual à qual temos acesso, e dessa maneira o conjunto de fontes antigas que trata o tema de forma negativa baseia-se, muitas vezes, na experiência ateniense, marcadamente democrática durante o século V a.C. Por outro lado, se considerarmos a poesia lírica da época, as menções positivas aos tiranos são recorrentes, uma vez que muitos governantes encomendavam epinícios (poemas de louvor) para enaltecer seus feitos – como fez o poeta Píndaro ao homenagear Hierão de Siracusa em *Olímpica 1* e *Píticas 1, 2 e 3* (HIRATA 2010a; LOURENÇO 2006).

A existência já em época antiga desse debate em torno do fenômeno tirânico reflete, sem dúvida, a importância que esse tipo de governo alcançou em diferentes regiões. Não há, entretanto, um modelo específico de tirano: a pluralidade de experiências na Grécia fez com que a tirania grega assumisse formas variadas de acordo com a localização e a personalidade de cada governante. Ao compararmos nossas duas principais *poleis*, Atenas e Siracusa, é possível perceber como os tiranos ocidentais preocuparam-se, mais que os atenienses, em obter aclamação popular e honras que, de outro modo, seriam apenas destinadas aos heróis da cidade. A fundação de novas apoikias (como fez Hierão de Siracusa ao fundar a cidade de Etna, cf. página 82 desta dissertação) ou a aproximação de sua imagem à figura (por vezes mítica) dos oikistas (fundadores) dava ao tirano a heroicidade necessária para fazer jus ao sepultamento na ágora e aos cultos cívicos. Em última instância, podemos dizer que o tirano da Grécia Ocidental estava muito mais afastado das camadas aristocráticas do que os governantes atenienses (como Gelão de Siracusa, comandante militar de origem plebeia que usurpou o governo dos filhos de Hipócrates, cf. página 81), e por isso precisava de um extensivo controle sobre a população para a sobrevivência de seu projeto político. Já em Atenas, a natureza aristocrática dos tiranos tornava desnecessária tamanha aclamação popular. Ao chegar ao poder em Atenas, Pisístrato acabava por representar toda a oligarquia dominante no interior rural da pólis, e os

⁵⁹ Aristóteles, por exemplo, define a tirania como uma forma deturpada da monarquia, pois nesse caso o governante governa apenas para si, ao contrário do rei, que governa para o bem comum. In: *Política*, III, 7, 30-31; 14, 67.

órgãos políticos e conselhos aristocráticos apenas seriam adaptados para legitimar e ampliar seu poder. Talvez seja essa a razão de Heródoto poupar os Pisistrátidas ao julgar negativamente as tiranias: por ser de origem nobre, o tirano teria um tratamento diferenciado, haja vista possuir, aos olhos do filósofo, o direito por nascimento de governar (BIGNOTTO 1998). De todo modo, não podemos esquecer que tanto os tiranos siracusanos como os atenienses, fossem ou não oriundos de linhagens aristocráticas, valeram-se de seu poder centralizado para impor remodelações urbanísticas e programas construtivos que enalteciam projetos políticos próprios, e não representantes de toda uma classe dominante.

Mas quais seriam as razões de fato que justificariam o constante distanciamento entre os tiranos ocidentais e as antigas oligarquias? No Ocidente, historiadores como Claude Mossé, cujas interpretações baseiam-se em larga medida nas fontes textuais antigas, costumam atribuir à expansão econômica comercial do fim do período Arcaico o desenvolvimento local das tiranias, posto que opusesse aristocracias em geral fundiárias a parcelas da população que detinham inegável participação nas novas atividades econômicas, mas a quem ainda eram negados direitos sociais e políticos. Nesse contexto, os tiranos apoiavam essas novas forças econômicas e sociais a fim de desestruturar a ordem conservadora até então estabelecida e pautada na posse da terra, pois apenas dessa maneira eles poderiam ascender ao poder uma vez que não pertenciam a essa elite política agrária. Porém, a derrocada da velha ordem não significava seu total desaparecimento, sobretudo se pensarmos que essas novas tiranias incorporavam, muitas vezes, os valores arcaicos da nobreza sob uma nova roupagem (HIRATA 2010a; MOSSÉ 1962). Além disso, os problemas internos característicos dos assentamentos ocidentais – chegadas sucessivas de novos colonos, disputa por terras, guerras entre cidades gregas e entre gregos, povos nativos e púnicos – traziam uma instabilidade generalizada que dificultava o domínio duradouro de oligarquias preocupadas com o cultivo e domínio da terra, e favorecia em contrapartida a ascensão de governos fortes, beligerantes e autoritários o suficiente para liderar a comunidade, conter as ameaças e transformar a apoikia numa pólis respeitável.

O contexto presente nas apoikias do Ocidente levou, portanto, à construção de um modelo particular do mundo grego que, em dados aspectos, difere dos assentamentos da Grécia Balcânica. Se atentarmos para nossos estudos de caso, é possível perceber como Siracusa adquiriu uma política de caráter expansionista que não somente estendia militarmente seu domínio sobre cidades vizinhas como também recebia populações inteiras de outras *poleis* a fim de ampliar seu poderio bélico e a mão de obra servil. Os Deinomênidas, sobretudo Gelão e Hierão, concentraram esforços na formação de uma

poderosa pólis – uma literal “megalópole” – agregando fisicamente pequenas e esparsas comunidades. Claro que havia problemas a serem solucionados para efetivar tal sinecismo (nome dado ao processo de fusão de pequenas comunidades em uma maior): grupos maiores necessitam de mais terras, casas,⁶⁰ defesas, portos, água e comida, bem como de suporte psicológico (e religioso) para criar uma sensação de homogeneidade dentro de um grupo tão heterogêneo – por exemplo, templos e cultos de origens diversas, mas integrados no mesmo espaço.

O general Gelão conquistaria a cidade de Siracusa em 485 a.C., poucos anos depois de usurpar o governo de Gela, após aliar-se com os *gamoroi* siracusanos – antigos proprietários de terra que viviam no exílio – e invadir a cidade (cf. página 81). Heródoto sugere que a suposta hereditariedade do sacerdócio dos cultos a Deméter e Koré pertencente à família dos Deinomênidas também teria ajudado o tirano a impor mais facilmente sua autoridade (*Histórias*, VII, 153). Em seguida, o novo governante imediatamente estabeleceu-se em Siracusa e deixou seu irmão Hierão no comando de Gela; como uma das primeiras medidas de governo, Gelão ordenou que parte da população gelense fosse realocada em Siracusa, a fim de “fortalecer a cidade” (Heródoto, *Histórias*, VII, 156). Interessante notar, contudo, que a população transferida era composta de trabalhadores e camponeses, e não de soldados, mantendo a força militar de Gela (vide a aliança mantida com a pólis de Agrigento em 466-465 a.C., para a qual Gela contribuiu com um importante contingente de cavalaria). Assim, é possível pensar que o tirano pretendesse expandir a economia e a urbanização de Siracusa abastecendo-a de variada mão de obra antes de usá-la como ferramenta de conquista de outras *poleis*; uma vez atingido esse objetivo, os próximos deslocamentos populacionais privilegiariam as camadas mais ricas e guerreiras dos grupos dominados. Como exemplos, podemos citar os casos de Camarina e Mégara Hibleia: em Camarina, uma revolta popular foi abafada violentamente com a total destruição da cidade; os rebeldes, porém, foram levados a Siracusa ao invés de serem mortos ou vendidos como escravos. Já em Mégara Hibleia, uma revolta similar provocou uma situação curiosa: os pobres foram escravizados, enquanto os ricos foram realocados em Siracusa e ganharam, inclusive, a cidadania (DEMAND 1990: 46-48).⁶¹

Para Heródoto (*Histórias*, VII, 156), essa política de transferência populacional adotada por Gelão refletia, em certa medida, suas tendências antidemocráticas: aos

⁶⁰ Em Siracusa, devemos lembrar a expansão na Neápolis (“Nova Cidade”) para o estabelecimento de bairros residenciais, de modo a atender a chegada da nova população (cf. página 93 desta dissertação).

⁶¹ Outra pólis que sofreu uma intervenção semelhante de Gelão foi Euboea, na região de Leontinos: as camadas mais baixas foram escravizadas, mas aos ricos foram concedidos privilégios. In: Demand (1990), p. 48.

trabalhadores e camponeses, a permanência na terra era essencial para afastá-los das convulsões políticas, além de constituírem a mão de obra (agora, escrava) nas terras das camadas proprietárias, formadas tanto pelos antigos quanto por novos cidadãos. Isso, por outro lado, facilitava a criação de uma classe unicamente guerreira, que poderia obter equipamentos de infantaria com as riquezas produzidas em suas terras pelos povos escravizados. Além disso, Gelão teria trazido mais de dez mil mercenários de *poleis* vizinhas, concedendo-lhes amplos direitos civis.⁶² Dessa forma, a concentração populacional levou progressivamente a um extraordinário aumento da capacidade militar de Siracusa, reunindo milhares de soldados e centenas de navios, conforme atestam autores como Heródoto, Políbio e Diodoro Sículo (Heródoto, *Histórias*, VII, 158; Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*; XI, 21, 1; Políbio, *Histórias*, XII, 26b); como resultado, tem-se a vitória grega sobre os persas nas Guerras Médicas com a ajuda de Siracusa, e sobre os cartagineses na Batalha de Himera – esta última responsável por alavancar a popularidade de Gelão ao máximo, a ponto do tirano aparecer desarmado à frente do exército momentos antes da batalha e ser aclamado como um rei (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 23, 3; XI, 26, 5-6).

Após a morte de Gelão (cf. página 82 desta dissertação), seu irmão Hierão assume o governo de Siracusa e, diferentemente do antecessor, lembrado mais pela expansão urbanística (monumentos utilitários, como canais de irrigação, portos e bairros residenciais) e por imponentes construções que enalteciam suas vitórias militares, o novo tirano preocupa-se em patrocinar poetas e filósofos, financiando eventos culturais e recorrendo constantemente à propaganda política em forma de epinícios. Convém ressaltar que a recente vitória sobre os púnicos, em 480 a.C., não freou o imperialismo siracusano: Hierão mantém a política expansionista (agora voltada para a Magna Grécia) e a transferência compulsória de povos conquistados. No entanto, ele adota uma política de remanejamento e fundação de cidades com viés militar: em 476 a.C., as populações de Naxos e Catânia foram reassentadas na pólis de Leontinos, e nelas foram colocados contingentes de mercenários – Naxos ainda receberia uma nova malha urbana, ao passo que Catânia seria refundada com o nome de Etna. Aqui, a refundação da pólis ganha caráter especial na medida em que representa o desejo do tirano em receber honras de oikista: Hierão dá leis dóricas aos novos cidadãos – mercenários vindos do Peloponeso e de Siracusa –, e

⁶² As fontes textuais e epigráficas destacam pelo menos cinco desses mercenários: Ástilo, de Crotona; Fórmis, de Maenalus (Arcádia), que colocou em Delfos uma estátua retratando seus feitos heroicos; Agésias, a quem o poeta Píndaro celebrou sua vitória em *Olímpica*; Praxíteles, da Mantineia, que dedicou duas estátuas em Olímpia; e Alexias, de Gela, que fez uma dedicatória a Hécate em Selinonte. In: Demand (1990), pp. 48-49.

redistribui as terras entre eles. Ademais, a cidade estava localizada ao lado do vulcão Etna (tomado como o próprio trono de Zeus), o que ajudou a estabelecer o culto da divindade ali – cujo sacerdócio estaria, é claro, nas mãos do governante (DEMAND 1990: 50-51).

Sucessor de Hierão, Trasíbulo é o último tirano Deinomênida em Siracusa, cujo fraco governo dura apenas um ano. Rechaçado pela população, ele é exilado em Lócris, na Península Itálica, e uma onda democrática varre Siracusa e outras *poleis* da Sicília (cf. página 82 desta dissertação). Muitos problemas surgem nesse período em consequência dos diversos deslocamentos forçados e assentamentos militares feitos anteriormente: a ausência de uma liderança abre espaço para violentas disputas por terras e poder entre os cidadãos de diferentes etnias e grupos mercenários. Nesse contexto, povos remanejados pelas tiranias siracusanas retornam às suas *poleis* de origem (os habitantes de Etna são expulsos, possibilitando a volta dos antigos moradores de Catânia, assim como também voltam os habitantes de Naxos), e Camarina é refundada; porém, é importante salientar que, de acordo com os relatos textuais, não há menção à volta de povos remanejados durante a tirania de Gelão – Camarina, por exemplo, não é refundada pelos antigos camarinenses de Siracusa, mas por outras populações. Tal fato pode ser explicado pelo prestígio político reunido por Gelão, cuja aclamação popular era maior e repousava no evidente engrandecimento de Siracusa (uma autêntica megalópole, a mais poderosa cidade grega na Sicília) e na ideia de pertencimento à pólis já desenvolvida por aquelas primeiras populações até então (DEMAND 1990: 54-55).

Como vimos no Capítulo 2 (pp. 82-83), o imperialismo ateniense e a rivalidade com Cartago levariam à ascensão de outra família de tiranos em Siracusa, já na segunda metade do século V a.C. O general Dionísio, vitorioso nas batalhas contra Atenas em 415-413 a.C., aproveita o prestígio alcançado e toma para si a liderança do exército siracusano contra mais uma invasão púnica, em 409 a.C. Entretanto, a guerra contra os gregos havia sido desgastante, e Siracusa via-se sozinha, uma vez que seus aliados (Himera, Agrigento e Selinonte) caíram um após o outro ante os cartagineses; nesse período, populações inteiras saíram em fuga devido à invasão de suas *poleis* – os habitantes de Agrigento, por exemplo, buscaram refúgio em Gela, Leontinos e Siracusa. Quando a guerra foi interrompida, em 405 a.C., Dionísio ordenou a evacuação de Gela e Camarina e a transferência de suas populações para Siracusa – talvez numa tentativa de fortalecer a cidade a fim de retomar em breve a guerra contra Cartago. Mas tanto gelenses quanto camarinenses dirigiram-se para Leontinos, frustrando seu plano. Afora isso, de acordo com os tratados de paz assinados pelos oponentes em 405 a.C., as cidades estariam livres da influência siracusana,

e os povos realocados poderiam voltar aos locais de origem desde que pagassem tributos a Cartago; de seu lado, Siracusa teria garantida, sem interferências, o governo de Dionísio I. Nesse sentido, são compreensíveis os esforços do novo tirano em confirmar sua autoridade – ordenando, conforme vimos acima, a transferência compulsória de populações, como fez em Gela e Camarina – e, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia da população de sorte a mantê-la na cidade: foram construídas uma extensa muralha de proteção na *khóra*, uma fortaleza e um palácio em Ortígia (parte insular da pólis), além de estaleiros para abrigar a frota naval, templos e ginásios para o entretenimento popular. Houve, por fim, a distribuição de terras e casas a todos, sem distinção de cidadania.⁶³ Outras rebeliões aconteceram, mas o governo de Dionísio resistiu por trinta e oito anos até a sua morte, em 367 a.C. Durante esse tempo, ele construiu um verdadeiro império, centralizando progressivamente seu poder em Siracusa; além da tentativa malfadada de remanejar os moradores de Gela e Camarina, assim que foi assinado o armistício com os púnicos, ele também mandou reduzir (agora com sucesso) as populações de Leontinos, Catânia (que havia recuperado o antigo nome com a expulsão dos habitantes de Etna, após a queda dos Deinomênidas) e Naxos. Essas duas últimas *poleis* seriam ainda saqueadas e destruídas em 403 a.C., a mando do próprio tirano, como punição por novas rebeliões: os habitantes foram escravizados, e as terras de Catânia foram doadas para mercenários, ao passo que Naxos foi entregue aos sículos (grupos indígenas siceliotas) como gesto de conciliação. Já Leontinos, também palco de revoltas populares, foi sitiada, e seus habitantes (incluindo gelenses e camarinenses) finalmente aceitaram a transferência para Siracusa, onde ganharam a cidadania – as terras foram igualmente distribuídas a soldados mercenários. Logo, torna-se claro um dos objetivos da política de deslocamentos populacionais implantada por Dionísio: manter o forte apoio de seu exército mercenário, premiando os soldados com a posse da terra e a cidadania da pólis, mesmo que para isso cidades inteiras precisem ser desocupadas. Isso também é visto nos vestígios arqueológicos: a cunhagem de moedas, que havia cessado em diversas *poleis* após as guerras contra Cartago (409-405 a.C.), é retomada no início do século IV a.C. com símbolos ligados à atividade mercenária (como a figura do touro), indicando a presença marcante desses grupos nas novas configurações políticas das cidades. Com o regresso das batalhas entre gregos e cartagineses, a partir de 397 a.C., os mercenários realocados em Catânia foram novamente transferidos, agora para a nova Etna (centro sículo ao lado de Catânia, que herdou o nome da pólis fundada por Hierão), e Messina foi refundada com

⁶³ Para Karl Stroheker, a autoridade de Dionísio assentava-se em três pilares: sua posição como *strategos autokrator* (espécie de general político tirânico), seus métodos demagógicos e sua força militar. In: Stroheker (1958) *apud* Demand (1990), p. 99, vide nota 11.

colonos vindos de Lócris e exilados espartanos da Messênia, no Peloponeso – diante da objeção de Esparta, os exilados de Messênia acabaram sendo reassentados não em Messina, mas em Tíndaris. Por fim, Dionísio também abrigou contingentes mercenários em Cephaloedium (atual Cefalù), Leontinos e Tauromênio (396-392 a.C.), e moveu as populações de Caulônia (389 a.C.) e Hiponio (388 a.C.) para Siracusa, prometendo aos novos habitantes a cidadania e a isenção de impostos por cinco anos (DEMAND 1990: 98-103).

Essa breve análise histórica dos deslocamentos populacionais siceliotas entre os séculos V a.C. e IV a.C. joga luz sobre dois modelos distintos de reassentamento presentes em Siracusa: um mais violento e militarizado, que privilegiava o papel desempenhado pelos exércitos mercenários (levado a cabo por Hierão, Trasíbulo e Dionísio I), e outro voltado ao fortalecimento econômico e político da pólis, privilegiando a transferência de mão de obra e a cidadania das antigas camadas aristocráticas (implantada por Gelão).⁶⁴ Isso justifica, em certa medida, o constante fracasso de fundações criadas com o único propósito de abrigar soldados estrangeiros: com poucos ou quase nenhum laço cívico e identitário, o perfil instável dos mercenários (propensos a aceitarem ofertas mais lucrativas) eventualmente os colocavam contra a população civil e o próprio governo, e assim precisavam ser contidos à força – não à toa, muitas dessas cidades não sobreviveram à derrocada dos tiranos. Ademais, assentamentos militares eram mais caros, tendo em vista a crescente cunhagem de moedas para pagar as tropas, e o aumento das guerras para satisfazer suas necessidades de butim ocasionou, em longo prazo, profundas perdas às *poleis* gregas na Sicília. Plutarco chegaria a descrever a Sicília de 354 a.C. como “apólis”, ou seja, sem cidades (*Vidas Paralelas*, “Timoleonte”, I, 1), enquanto outros autores denunciaram o progressivo abandono das estruturas urbanas e a invasão de povos bárbaros na ilha (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XVI; Platão, *Epístolas*, VII). Essa situação somente chegaria ao fim com a tirania de Timoleonte, em 344 a.C., responsável pelo “renascimento” urbano e cultural de Siracusa: seu programa de reurbanização incentivou a vinda de milhares de gregos do continente, que reocuparam não apenas Siracusa como também outras cidades siceliotas. Segundo Diodoro Sículo, Timoleonte teria deslocado compulsoriamente toda a população de uma pólis somente uma vez, ao transferir os habitantes de Leontinos para Siracusa em decorrência de uma punição (*Biblioteca Histórica*, XVI, 82, 7; DEMAND 1990: 104-106).

⁶⁴ Interessante observar que, se atentarmos à narrativa de Diodoro Sículo, essa diferença de modelos era, na verdade, o reflexo de dois tipos opostos de governante: o “bom tirano”, representado por Gelão, e o “mau tirano”, personificado em Dionísio. In: Demand (1990), p. 103.

Fosse implantado qualquer um dos modelos siceliotas, essa mistura compulsória de diferentes grupos e identidades no mesmo território nega, em certa medida, a própria ideia de pólis entendida como uma comunidade cívica e religiosa tomada de elementos identitários comuns (HIRATA 2010a). Tucídides expõe a descrença dos atenienses em relação às *poleis* siceliotas:

Quanto à expedição da Sicília, não mudeis de opinião por causa das grandes forças que ides enfrentar. Com efeito, as cidades de lá são populosas, mas habitadas por massas heterogêneas, e mudanças e admissões de habitantes ocorrem com frequência nelas. Consequentemente, como ninguém tem o sentimento de estar em sua verdadeira pátria não há a preocupação de obter armas para a defesa pessoal, nem de introduzir melhoramentos permanentes no cultivo da terra; cada um cuida apenas de obter o que puder tirar da comunidade, seja pelo poder da palavra, seja através de revoluções, pronto para ir estabelecer-se em outro lugar qualquer em caso de fracasso (*História da Guerra do Peloponeso*, VI, 17 *apud* HIRATA 2010a: 99. Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata).

A partir do relato de Tucídides, nota-se mais uma vez o viés negativo da compreensão de alguns pensadores antigos acerca das cidades ocidentais governadas por tiranos. As noções de cidadania e pertencimento comuns à pólis ateniense do século V a.C. eram claramente mais fluidas em Siracusa, mais adaptáveis à realidade instável e heterogênea daqueles assentamentos; não nos surpreende que muitas populações realocadas retornassem às suas pátrias de origem após a queda das tiranias e o estabelecimento de democracias (LOMAS 2006). Na Grécia Balcânica, o trato com grupos periféricos sob controle político e mesmo com a população da pólis situada na zona rural foi bastante diverso: ao invés de reunir grandes massas na área urbana, o tirano Pisístrato promoveu em Atenas uma política de dispersão pela *khóra*, conforme conta Aristóteles:

(...) era benevolente, brando, perdoava os que agiam errado e injetava dinheiro para impedir

falências e incrementar o trabalho, a fim de que todos pudessem viver como fazendeiros. Tinha dois motivos para agir deste modo; não queria o povo na cidade, mas sim espalhado pelos campos, e se todos estivessem ocupados com seus próprios negócios, não iriam querer e nem teriam tempo para se imiscuir nos negócios do Estado (*A Constituição de Atenas*, 16, 2-5 *apud* HIRATA 2010a: 100-101. Tradução de Elaine Farias Veloso Hirata).

Logo, constatamos que a política de remanejamento populacional em Siracusa foi adotada pelos governos tirânicos devido a: 1) seu caráter desagregador de identidades étnicas, desenraizando culturalmente esses grupos de sorte a facilitar seu domínio; 2) a consolidação de uma mão de obra servil necessária para os monumentais empreendimentos urbanísticos; 3) a ampliação do poder bélico em face das recorrentes forças beligerantes que ameaçavam essas fundações. A tentativa de enfraquecer grupos étnicos preestabelecidos também ocorre em Himera: o tirano Theron, de Agrigento, ao dominar a pólis após a batalha contra os púnicos e colocar seu filho Trasídio para governá-la, assiste a uma crescente revolta popular; como punição ao himerenses, ordena que a cidade seja refundada e repovoada apenas por cidadãos de origem dórica (cf. página 123). As tiranias na Jônia (Grécia Oriental), também adotaram em dados momentos uma política semelhante às tiranias siceliotas: em Mileto, a imigração forçada de povos vencidos de guerras gerava aos governos tirânicos uma disponibilidade de mão de obra usada no engrandecimento da cidade (TORELLI 2005).

As tensões sociais provocadas pela integração compulsória constituíam, portanto, um risco necessário, pois a instabilidade das fronteiras, se não fosse controlada, poderia levar em última instância à total destruição da apoikia. Esse problema, como vimos, não acometia com a mesma intensidade as tiranias atenienses, tampouco outros antigos regimes tirânicos na Grécia continental: em Corinto, o modelo de habitação disperso confirma o relato textual de que o tirano Periandro havia proibido a população de viver na *ásty* (DEMAND 1990: 46). Nesses casos, o modelo de ocupação da cidade e do campo podia ser menos rígido, e o controle ideológico da população e a legitimação pessoal já possuíam, em geral, bases bem fundamentadas nas antigas linhagens aristocráticas. Isso não significa, sem dúvida, a ausência de deslocamentos populacionais, mas os casos documentados constituem mais uma resistência ao imperialismo de outras *poleis* (sobretudo

de Esparta e Atenas) do que necessariamente manifestações desse mesmo imperialismo; podemos citar, como exemplos, os sinecismos ocorridos em Olinto, Rodes e Tebas, preocupadas em resistir e frear o expansionismo ateniense no século V a.C. (DEMAND 1990: 73-94).⁶⁵ Embora não fosse uma tirania, podemos igualmente pensar se não é o caso de imputar à democracia ateniense um caráter sinecista, se não físico, ao menos político: ao formar a Liga de Delos, impor a cobrança de tributos e, assim, incorporar outras *poleis* à sua esfera de influência (política, econômica e militar), Atenas pretendia ser a “capital” de um território grego unificado, atitude muito semelhante àquela tomada pelas tiranias siceliotas, que impunham sua autoridade subjugando cidades vizinhas. Mas a paridade de desenvolvimento das *poleis* balcânicas dificultava a imposição de qualquer modelo centro-periferia, valorizando por outro lado a *peer polity interaction* (cf. páginas 33-36 desta dissertação); no momento em que Atenas tenta superar à força este modelo, a geopolítica da Grécia continental entra em ebulição. Já o imperialismo de Siracusa foi beneficiado pelo contexto histórico e geográfico: enquanto apoikia, a hostilidade de grupos nativos e a necessidade de fazer dar certo o processo de colonização levaram ao rápido estabelecimento de um modelo centro-periferia calcado num poder mais centralizado e violento (VERONESE 2006; cf. páginas 33-36 desta dissertação). Isso facilitava, por conseguinte, o constante remanejamento das cidades periféricas e mesmo a transferência física de seus recursos (materiais e humanos) para fortalecer a pólis central – portanto, um sinecismo não só político, mas também físico.

Por último, convém mencionar a curiosa interpretação da pesquisadora Nancy Demand sobre a passagem em que Tucídides relata o suposto “sinecismo” físico (termo usado pela autora) praticado pelo democrata Péricles durante a Guerra do Peloponeso. Segundo o grego, o estrategista pediu aos cidadãos de outros demos que abandonassem os campos e fossem para a *ásty* de Atenas, e como exemplo a ser seguido, ele teria dado suas próprias terras para a pólis (*História da Guerra do Peloponeso*, I, 143). Notadamente temeroso à ideia, Tucídides expõe em diversos momentos sua crítica ao plano e aponta o sacrifício que o êxodo rural representava ao povo ático, sobretudo relacionado à aglomeração de pessoas e às péssimas condições de higiene – fatores que, cabe lembrar, contribuíram para disseminar a peste (II, 17, 52).⁶⁶ Embora não culpe diretamente o

⁶⁵ Tais cidades não constituem nosso corpo documental e, por essa razão, não são analisadas.

⁶⁶ O comediante Aristófanes também fala sobre as dificuldades enfrentadas pela população enclausurada na cidade: em *Os Cavaleiros* (792-793), ele descreve a pobreza em Atenas, enquanto no prólogo de *Os Acarnenses*, o herói Diceópolis, um camponês forçado a migrar para a zona urbana e que vive em péssimas condições, lamenta o desinteresse popular em participar da assembleia que viria a debater o futuro da guerra, deixando essa decisão para os políticos corruptos (interessados na continuidade dela). Mas Aristófanes culpa a

governante, tomado ao longo do texto como um exemplo de político virtuoso, a forma do relato nos leva a criar conexões entre as ações de Péricles e a expansão da epidemia (e, conseqüentemente, à posterior derrota na guerra, haja vista o enfraquecimento do exército ateniense e a desmotivação do povo após a tragédia). Outra motivação, porém, poderia justificar a oposição de Tucídides a esse “sinecismo”. Tanto os beócios transferidos para Tebas como as populações calcídicas realocadas em Olinto ganharam direito de residência permanente; desse modo, o autor poderia, na realidade, temer que o mesmo ocorresse em Atenas, ampliando os direitos civis e a participação política de grupos afastados das tradicionais camadas aristocráticas e cujos laços identitários eram mais fracos (DEMAND 1990: 96). O viés negativo de populações urbanas heterogêneas já havia sido apontado por Tucídides nas cidades siceliotas, distantes, segundo ele, de qualquer sentimento patriótico; como ateniense de origem aristocrática, mas que viveu o auge da democracia, sua preocupação era certamente resgatar os valores da antiga pólis grega. Contudo, não podemos esquecer que os cidadãos atenienses vinham de toda a Ática para a *ásty* participar das assembleias, conselhos e audiências, funções essas ampliadas e mais acessíveis após as reformas de Clístenes (cf. página 62 desta dissertação). Embora estivessem, na maior parte do tempo, distantes fisicamente e muitos não pertencessem às ricas aristocracias, esses cidadãos do interior mantinham (por direito!) uma intensa vida política, o que enfraquece a tese do suposto receio de Tucídides diante do aumento de direitos cívicos a esses grupos.

Monumentalidade e discurso ideológico

Se entendermos o conceito de ideologia como um meio pelo qual os grupos mantêm, resistem ou mudam seu poder relativo dentro de uma sociedade (KNAPP 1988: 132), as construções monumentais parecem atingir com sucesso esse fim: elas carregam os símbolos necessários (força, status, controle) para que as camadas sociais hegemônicas reiterem e exerçam seu domínio sobre as demais. É interessante notar como os governos tirânicos tiveram grande participação nessas exibições de consumo conspícuo, especialmente as tiranias siceliotas responsáveis por ímpetos imperialistas contra apoikias vizinhas (recorrendo, inclusive, a contingentes mercenários), verdadeiras remodelações urbanísticas, deslocamentos populacionais compulsórios, construções de templos e a

guerra e os demagogos pelos problemas da pólis, ao passo que Tucídides os relaciona (sutilmente) a Péricles e seu remanejamento populacional.

organização de jogos pan-helênicos. Cabe lembrar que, nessas competições, os tiranos poderiam disputar vigorosamente com gregos de *poleis* rivais a consagração de sua cidade, conseguindo assim divulgar seus projetos políticos, promover sua imagem de *herói vencedor* e, por consequência, legitimar seu poder diante da comunidade (MCGLEW 1993; LURAGHI 1994). Essa típica postura adotada pelas tiranias siceliotas foi magistralmente exemplificada em nossa pesquisa pelos sucessivos governos de Siracusa: Hipócrates de Gela é sucedido não por seus filhos, mas por Gelão, comandante militar da família dos Deinomênidas que domina os siracusanos e transforma a cidade em centro de um poderoso império que, no seu ápice, chegaria a abranger boa parte das fundações gregas ocidentais. É ele também o primeiro tirano da Sicília a participar de jogos pan-helênicos (e vencer), o que contribui para mantê-lo no poder no lugar dos herdeiros naturais de Hipócrates (LURAGHI 1994; VAN COMPERNOLLE 1959). Uma vez consolidada sua tirania, ele reconstrói Siracusa e transfere para lá as populações de outras cidades dominadas, escravizando-as (DEMAND 1990; VATTUONE 1994).⁶⁷ Em seguida, retoma a política externa agressiva e a guerra contra os cartagineses, aliando-se ao tirano da pólis de Agrigento e culminando na expressiva vitória em Himera (480 a.C.), conforme nos conta Heródoto (*Histórias*, VII, 165-167) e Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XI, 20-27). Diodoro menciona que a aliança vencedora impôs a Cartago o pagamento de uma indenização e os custos da construção de dois templos onde seriam depositadas as cópias do tratado de paz (*Biblioteca Histórica*, XI, 25, 1) – hoje, acredita-se que tais monumentos sejam o Templo da Vitória, em Himera, e o Atenaion de Ortígia, em Siracusa (cf. páginas 86 e 128 desta dissertação), haja vista a similaridade do projeto arquitetônico e a contemporaneidade das construções, talvez conduzidas pelo mesmo arquiteto (MERTENS 2006: 256). Além dos templos monumentais, Gelão e, depois, seu irmão Hierão, buscaram registrar a vitória siracusana nos santuários pan-helênicos de Delfos e de Olímpia. Naquele, foram oferecidos dois grandes trípodes de ouro, assentados em uma base em forma de campânula com uma inscrição epigráfica para celebrar a vitória, situado estrategicamente em frente ao Templo de Apolo de modo a ser observado por todos que chegassem ao santuário. Com isso, os Deinomênidas tentavam se aproximar da figura de Apolo, o fundador e protetor das apoikias gregas no Mediterrâneo. Já em Olímpia, armazenaram os objetos mais valiosos do butim cartaginês num *thesaurós*, edifício construído para abrigar as ricas oferendas da cidade (MERTENS 2006: 257-259). Hierão iria ainda mais longe ao fundar uma nova cidade, Etna,

⁶⁷ Como vimos mais acima (p. 167 desta dissertação), somente a população de Mégara Hibleia não foi escravizada em sua totalidade: aos ricos foi concedida a cidadania. In: Heródoto, *Histórias*, VII, 156; Demand (1990), p. 48.

no lugar da pólis de Catânia (cf. página 82 desta dissertação), tornando-se um oikista e atingindo o que talvez fosse o maior objetivo daqueles tiranos: ganhar o direito de ser sepultado na ágora e receber as honras devidas a um herói (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 66, 1-67).

Esse culto cívico ao herói nos permite, inclusive, analisar a tradição literária que busca traçar as origens das apoikias gregas, e como ela fundamenta o discurso ideológico da materialidade. A maior parte dos textos data de séculos posteriores às supostas fundações, raramente antecedendo Antíoco de Siracusa, cujos relatos foram escritos em fins do século V a.C.; em geral, as fontes indicam a proveniência dos primeiros fundadores, mas não o nome do oikista, e poucos falam acerca da divisão inicial de terras. Os dados são muitas vezes esparsos e variam de um autor para outro. De todo modo, criou-se uma verdadeira tradição memorial do Ocidente grego baseada na crença de que os riscos enfrentados no mar e o estabelecimento de assentamentos em territórios hostis despertaram nos colonos uma consciência histórica comprovada pelo culto ao herói fundador: enterrado na ágora, recebendo oferendas e sendo homenageado em ritos festivos anuais, os habitantes seriam incentivados a contarem os anos e guardarem certas informações. Porém, se isso de fato fosse verdade, provavelmente ocasionaria menos divergências nas fontes textuais, uma vez que a transmissão de informações seria mais acurada; em segundo lugar, não há referências explícitas à ideia de heroicidade do oikista até pelo menos os historiadores do período romano – Cirene parece constituir a única exceção, e ela não pertence à Grécia Ocidental (cf. páginas 151-152 desta dissertação). Logo, podemos pensar se as diversas tentativas de reconstituir a origem das apoikias do Ocidente não foram, na realidade, mais um meio de sustentar ideologicamente a ordem política e social vigente do que remontar a história passada dessas *poleis*, engrandecendo ou rebaixando aquelas figuras históricas de acordo com os interesses dos atuais líderes políticos (HALL 2007: 102-106). Irad Malkin também sugere uma data posterior a esses cultos cívicos, mas os mantém como inovação do Ocidente grego: o culto ao oikista teria se originado nos costumes funerários heroicos da aristocracia no século VIII a.C., que teriam ganhado, em outro momento, ares públicos ao serem direcionados para os fundadores, provocando ritos similares na região balcânica em épocas mais tardias (*apud* HIRATA 2010a: 65).

A figura do herói protetor e fundador da pólis é, sem dúvida, uma das grandes manifestações ideológicas de poder em todas essas comunidades políticas. Associado aos heróis lendários da literatura, perfeitos arquétipos do *ser grego* (patriotas e guerreiros,

ligados à terra e aos ancestrais) cujo exemplo é evocado sempre nos momentos de crise (em outras palavras, o uso político do passado), o herói fundador tem repercussão local, constituindo referência particular e essencial para a identidade do grupo (ALCOCK 1991; HIRATA 2010a: 66-69).⁶⁸ A ele era atribuído o dever de encontrar o local certo para a fundação da pólis. Logo que o fizesse, deveria imediatamente erigir altares, organizar festivais e conduzir os cultos em honra aos deuses. Antes mesmo da partida, o futuro oikista tinha a função de supervisionar o sacrifício a Apolo, realizar os procedimentos de adivinhação e transferir o fogo sagrado. A proteção divina de Apolo lhe conferia um status superior, que aliado aos poderes governamentais que detinha (afinal, o fundador acabava por também ser líder político, sacerdote, legislador, urbanista e estrategista militar), tornava-o digno de ser honrado após a morte, e seu culto realizado na ágora, o principal espaço cívico da cidade. Diante da permanente mistura entre as esferas religiosa e política nas *poleis* gregas, a própria noção de cidadania era expressa nas atividades de culto: ao associar essas atividades à imagem do oikista, criava-se uma ferramenta extremamente eficaz de exercício do poder político. É por essa razão que muitos tiranos almejavam tais honrarias, ou pelo menos procuravam se associar à imagem dos antigos fundadores (HIRATA 2010a: 70-74).

Convém ressaltar, entretanto, que a monumentalização dos espaços nas *poleis* gregas nasce da própria hierarquização dessas sociedades, e não somente da centralização política na figura do tirano. Se não o fosse, como explicar os inúmeros monumentos atenienses de época democrática, muitos deles maiores e mais expressivos do que os oriundos de governos tirânicos? A partir das questões teóricas sobre a paisagem e do estudo particularizado de cada caso, foi possível perceber que as dimensões, a qualidade e a própria quantidade de edifícios crescem na medida em que a comunidade torna-se mais complexa, de sorte a preservar as relações de poder estabelecidas ou mesmo ampliá-las. Esse consumo conspícuo esteve sempre associado ao controle da mão de obra, de certos serviços especializados e de uma burocracia estatal, criando símbolos de prestígio mais ostensivos do que propriamente utilitários, tais como a reunião de recursos materiais valiosos, grandes contingentes de trabalho humano e enormes quantidades de comida e de equipamento cerimonial, responsáveis em última instância por criar uma iconografia do

⁶⁸ Ele estaria inserido no que Carla Antonaccio denomina *culto ao ancestral*, modelo privado de culto, formalizado e apropriado por uma comunidade, cujos registros mais antigos datam do século VIII a.C. em diferentes partes da Grécia. Além dele, outras categorias de culto aparecem: o *culto ao herói*, quando há veneração formal e sistemática de um herói nomeado (característico dos séculos VII a.C. e VI a.C.); e o *culto à sepultura*, confirmado pela deposição esporádica de oferendas em túmulos muito antigos (presente desde a Idade do Bronze). In: Hirata (2010a), pp. 68-69.

poder aplicada ao espaço (conceito elaborado por Francesca Veronese, vide páginas 33-36 desta dissertação). Por essa razão, os símbolos preservados no registro arqueológico nos revelam modelos sociais, políticos e econômicos geralmente marcados pela supremacia de um segmento dominante, cujos valores e crenças eram disseminados a ponto de aumentar sua esfera de influência sobre populações cada vez mais distantes, independentemente da natureza autocrática ou liberal do governante.

Isso fica ainda mais evidente na monumentalização dos espaços de culto. A emergência de grandes e ricos santuários parece, à primeira vista, ter sido consequência da necessidade de um espaço de culto oficial da pólis, constituída a partir do século VIII a.C. em diferentes partes do mundo grego, onde todos pudessem participar dos ritos e sacrifícios às divindades protetoras de suas respectivas cidades. Junto ao aumento de oferendas, agora depositadas num espaço próprio e público – e, logo, constituindo o erário da pólis –, a monumentalização de edifícios religiosos pode indicar uma tentativa daquelas novas comunidades políticas em se autoafirmarem e rivalizarem com outras *poleis*: o templo manifesta o poder de um grande Estado e, ao mesmo tempo, organiza a lealdade dos cidadãos. Contudo, evidências materiais sinalizam uma intensa atividade ritualística (inclusive o consumo de grandes quantidades de carne) nas Idades do Bronze e do Ferro, portanto anterior à pólis, e a construção de monumentos nem sempre foi fruto de um esforço cívico coletivo: sabemos que a própria pólis não era democrática desde o início, o que justifica, nas áreas de expansão grega, a monumentalização ser resultado da habilidade de um indivíduo poderoso em mobilizar trabalhadores e recursos, geralmente de forma violenta e autoritária. Mesmo durante regimes democráticos, os santuários cívicos frequentemente proibiam a entrada de estrangeiros, excluídos da condição de cidadãos – embora essa exclusão fosse dada, certas vezes, por *éthnos* (formação social cujos membros pertenciam à mesma etnia), e não por pólis (HALL 2007: 84-86).

Outro exemplo de instrumentalização ideológica de monumentos são os santuários extraurbanos, ou de confins. Esses templos parecem deter uma função simbólica, unindo (e separando) a agricultura civilizada da pólis com as terras marginais (montanhas, bosques etc.), além de criar uma ponte entre a população urbana e a rural. Também seriam marcadores de fronteiras, delimitando o território políade; no entanto, devemos lembrar que muitos desses santuários já reuniam atividades religiosas antes de concentrações urbanas surgirem ali, e alguns eram utilizados por várias *poleis*, não sendo controlados por uma única cidade (HALL 2007: 86-87).

Por último, deve-se ressaltar que o consumo conspícuo não se limitava à arquitetura monumental, ou seja, edifícios que excedem em escala e em qualidade suas necessidades funcionais, mas englobava a cultura material em sua totalidade, uma vez que a ideologia pode ser materializada de diversas formas. Os templos da Piazza Duomo e Piazza della Vittoria – como o Atenaion e o santuário de Deméter construídos a mando do tirano Gelão –, o complexo formado pelo santuário de Apolo e o teatro na colina Temenite, o Olympieïon, o próprio túmulo de Gelão e sua esposa, canais de água e portos, todos localizados em Siracusa (DEMAND 1990: 50; vide páginas 86-87 e 90-96 desta dissertação); os santuários extraurbanos, o eclesiastério de madeira e a *khóra* ortogonal de Metaponto (pp. 99 e 101-104); a construção de imponentes terraços para situar a ágora, como feito em Camarina (p. 119); recurso do terraço também usado como suporte para o santuário de Apolo em Cirene, além do *herôon* na ágora (BALDASSARRE 1999; cf. páginas 151-155 desta dissertação); o Templo da Vitória de Himera, visto desde o mar, tal qual o Atenaion siracusano, ponto de referência aos navegantes (ALLEGRO 1999; CERCHIAI, JANELLI & LONGO 2004; MERTENS 2006; cf. páginas 86 e 128 desta dissertação); toda a Acrópole ateniense (cf. páginas 42-50); portas monumentais como o *dípylon* (porta dupla) e o Propileu da Acrópole em Atenas (pp. 39, 48-49, 58), ou o *Hexapylon*, portão que indicava o limite setentrional de Siracusa (pp. 90 e 95); todas as transferências compulsórias de população levadas a cabo pelas *poleis* siceliotas e subsequentes programas de reurbanização (pp. 167-171) são apenas alguns exemplos dessa monumentalidade visíveis em *poleis* de diferentes regiões do mundo grego antigo. Todas essas materialidades não são fruto exclusivo de governos autocráticos, embora muitas delas sejam empreendimentos tirânicos, sobretudo na Sicília: mesmo a democracia ateniense assistiu a um florescimento urbanístico notável durante os governos de Clístenes, Címon e Péricles – com esse último, a Acrópole ganharia nada menos que o Partenon, o Erékhtheion, o Propileu e o Templo de Atena Nike, bem como seriam elevados a *Stoá* de Zeus Eleutério, o Hefesteu e o Templo de Ártemis na parte baixa da cidade (cf. páginas 45-52). Mesmo o sinecismo, a fusão e deslocamento de pequenas comunidades para fortalecer uma pólis maior, era politicamente neutro, posto que fosse empregado por democratas, aristocratas e tiranos de acordo com suas necessidades no momento (DEMAND 1990: 94-97). Isso nos leva a pensar que quaisquer relações de poder, mais centralizadas ou não, refletem o domínio de determinados segmentos sociais sobre outros, seja um controle meramente ideológico, econômico ou militarmente coercitivo, e esses segmentos tendem a dispor de meios variados para preservar o estado atual das relações sociais e da configuração do poder, preferencialmente mobilizando (e

manipulando) ideologicamente toda a população para que ela mesma sustente aquele projeto político. É por essa razão que governos tirânicos, oligárquicos ou democráticos preocuparam-se em diversos momentos com a construção de grandes obras públicas que atendessem à totalidade do corpo cívico, estabelecendo uma mesma identidade compartilhada por todos os membros daquele grupo e aumentando, por consequência, o prestígio da pólis.

Conclusão: Formas de governo e suas apropriações da paisagem

Portanto, a monumentalização dos espaços deriva, a nosso ver, muito mais da necessidade de manutenção do poder político preexistente, sustentando relações verticalizadas ao comunicar em larga escala o poder e autoridade do chefe ou da classe que desempenha o papel de líder do que de uma forma política em especial. Ainda assim, é possível elencar algumas estruturas administrativas mais afeitas a determinados tipos de governo: locais cívicos de reunião, destinados a abrigar legisladores, magistrados ou assembleias populares – *buleutérios*, *eclesiastérios*, *thólos*, cortes de lei – usualmente se faziam presentes em governos democráticos, nos quais havia maior participação do conjunto de cidadãos da pólis; edifícios onde eram reunidos conselhos de nobres (conselhos de anciãos, arcontes) associavam-se a governos oligárquicos; já estruturas de caráter palaciano eram locais de moradia e centros administrativos de *basileus* (reis) e tiranos. No entanto, as funções políticas desses espaços dificilmente permaneceram intactas ao longo de toda a história das *póleis*: a alternância de governos trouxe a necessidade de reapropriação desses locais conforme as novas exigências políticas. Basta um rápido olhar sobre a história de Atenas para verificarmos alguns edifícios usados por antigas oligarquias no período Arcaico que foram ressignificados pela nova democracia do século V a.C.: a título de exemplo, podemos citar a *Stoá Real*, casa do rei arconte que passou a abrigar, em período democrático, o conjunto de leis atenienses, tribunais de júri e onde acontecia o juramento anual feito por todos aqueles cidadãos que serviriam à democracia; ou o Altar dos Doze Deuses, erigido a mando do tirano Pisístrato como marco zero da cidade, e frequentemente usado como refúgio ou asilo temporário de políticos acusados de atentar contra a democracia (cf. páginas 65, 67-68 desta dissertação).

Já as instituições democráticas surgidas nos períodos de Sólon (cortes de lei, *prítaneu*) e Clístenes (a *Pnux*, o *Buleutério* arcaico) coexistiram com governos oligárquicos que estavam em franca ascensão ou declínio. Mesmo após as reformas de Sólon (cf.

páginas 40-41), responsável por redistribuir o poder entre as quatro classes sociais existentes e perdoar a escravidão por dívidas – concedendo aos mais pobres uma parcela inédita de participação política –, grupos aristocráticos continuaram disputando o domínio da pólis, inaugurando logo em seguida um extenso período tirânico em Atenas. Por sua vez, Clístenes, membro da nobreza alcmeônida, instituiu já em fins do século VI a.C. uma nova constituição que retirava as funções administrativas e as decisões das mãos aristocráticas e as repassava para as eclésias (assembleias populares), conquanto a democracia só estivesse de fato consolidada na segunda metade do século V a.C.⁶⁹ As eclésias somente foram abolidas momentaneamente em 411 a.C. e 404 a.C., em decorrência da Guerra do Peloponeso que deu lugar a breves governos oligárquicos, mas a *bulé* manteve ininterrupta sua funcionalidade. Também datada desse período, a transformação da *Pnix* (cf. página 52 desta dissertação) é outro exemplo de readequação do espaço de acordo com as novas necessidades políticas: paralelamente à ascensão dos governos conservadores, ocorre a substituição da primeira construção por outra de mesma medida, mas invertida em 180°. Assim, a *cávea* onde permanece sentado o público fica em posição mais elevada (e não em contato direto com o solo), sobre um aterro sustentado por um grosso muro de contenção, e volta-se para a colina, e não mais para o espaço aberto da cidade (onde estavam a *ágora*, a *ásty* e a *khóra*); o espaço também foi fechado, e a única entrada passou a dar-se por detrás do auditório, por meio de escadas construídas no muro de contenção. Desse modo, o controle do espaço fica a cargo dos oradores na *bêma* (tribuna onde eles palestravam), que poderiam observar o conjunto de cidadãos da *cávea* e todo o fluxo de entrada e saída atrás dela. É interessante notar que todo esse esforço construtivo e custoso ocorre num momento de grande dificuldade econômica ocasionada pela guerra. Não há melhorias utilitárias que o justifiquem: ao contrário, a nova orientação fazia com que o sol incidisse contra os espectadores, dificultando a visualização da *bêma*, e a nova configuração espacial diminuía a capacidade máxima de público (MALACO 2003b: 49-54). Se não há justificativa prática, parece-nos que essas transformações derivam-se muito mais do contexto político em curso: o corpo de cidadãos diminuiu (primeiro para cinco mil atenienses, e depois para três mil, embora na prática tais conjuntos não existissem, uma vez que ninguém sabia quem deles participava), e estava submetido a governos oligárquicos (Conselho dos Quatrocentos, em

⁶⁹ Foi o orador e estrategista Péricles quem de fato consolidou essa democracia, extinguindo as últimas instituições políticas das antigas oligarquias. O Conselho do Areópago, por exemplo, formado por ex-arcontes com mandato vitalício e que antecedeu a *Bulé* (o “senado”), só teria sido formalmente extinto em meados do século V a.C., sob a liderança de Péricles.

411 a.C., e os Trinta Tiranos, em 404 a.C., com um breve – e inócuo – retorno da democracia no intermédio), conforme relata Tucídides:

“(…) foram propostas acintosamente a extinção dos poderes de todos os magistrados em exercício, a abolição dos salários para os cargos públicos e a escolha de cinco homens para presidentes; estes escolheriam cem homens, e cada um dos cem homens escolheria três outros em adição a si mesmo; estes quatrocentos se reuniriam no recinto do Conselho e governariam com plenos poderes da maneira que lhes parecesse a melhor, e convocariam os Cinco Mil quando lhes parecesse conveniente” (*História da Guerra do Peloponeso*, VIII, 67 *apud* MALACO 2003b, p. 55, vide nota 42. Tradução de Mário da Gama Kury).

“A exortação (...) era: ‘Quem quiser que os Cinco Mil governem em vez dos Quatrocentos, comece a agir’, pois apesar de tudo os adeptos da democracia ainda ocultavam as suas intenções sob o nome dos Cinco Mil, em vez de dizer francamente ‘Quem quiser que o povo governe’; com efeito, receavam que os Cinco Mil realmente existissem e que alguém, dirigindo-se a qualquer pessoa, pudesse ver-se numa situação difícil por estar falando com um deles. Esta era a verdadeira razão pela qual os Quatrocentos não queriam transformar os Cinco Mil numa realidade, nem revelar que eles não existiam, pois de um lado pensavam que dar participação a tanta gente no governo levaria pura e simplesmente à democracia, e de outro lado que a incerteza inspiraria temores recíprocos” (*História da Guerra do Peloponeso*, VIII 92 *apud* MALACO 2003b, p. 55, vide nota 41. Tradução de Mário da Gama Kury).

A pólis como um amplo conjunto de pessoas politicamente atuantes perde fôlego, e dá lugar a um governo de poucos; a Pnix, embora ainda presente e palco das assembleias, passa a ser um recinto fechado, onde o público permanece (fisicamente e espiritualmente) de costas para a cidade, cercado pela colina à frente e o muro de sustentação atrás. Não era mais possível averiguar de longe a ocorrência das reuniões, nem a frequência dos cidadãos, sendo o testemunho dos participantes a única forma de saber o que de fato acontecera ali. A cidade é excluída da assembleia, uma vez que o redirecionamento do olhar da plateia, agora voltado unicamente ao orador, concentra toda a atenção no discurso: fala-se sobre a cidade, mas ela não está fisicamente lá, e assim ela se torna mero objeto de retórica. Não nos surpreende, portanto, que essa reformulação da Pnix tenha sido feita sob um regime oligárquico: o corpo cívico continuava a existir, mas suas deliberações permaneceriam no campo das ideias, sem efeitos práticos na vida real da pólis – mesmo porque a decisão política pertencia ao governo de fato, i.e. às oligarquias (MALACO 2003b: 53-60).⁷⁰

Por fim, é importante destacar que não houve uma supressão de todas as instituições democráticas nos governos aristocráticos atenienses ao longo do período Clássico, mas sim uma limitação da participação cívica ou mesmo a criação de maiores restrições de acesso à cidadania. Outra questão a ser levantada é o próprio conceito de cidadão nas democracias do mundo grego. Em Atenas, por exemplo, sabe-se que nem todos estavam aptos a adquirir a cidadania: as mulheres estavam excluídas da participação política, cabendo aos homens com idade suficiente para o serviço militar serem responsáveis por integrar as assembleias, a bulé e os tribunais. Além disso, o título de cidadão era, com raras exceções, negado aos estrangeiros, sendo dado apenas àqueles que tinham nascido de pais atenienses – o que evidencia uma contradição, uma vez que não se podia estabelecer legalmente à mãe a condição de ateniense, pois as mulheres estavam fora do corpo cívico (cf. página 61 desta dissertação). Dessa forma, mesmo que a ampla participação política dos cidadãos atenienses relatada nas fontes escritas fosse verdadeira, as atividades religiosas e cívicas desempenhadas na ágora ou em santuários políades não pertenciam de fato a todos, mas eram dirigidas a uma parcela privilegiada da população à qual era reservado o direito de debater, opinar e decidir. Não podemos, assim,

⁷⁰ Não podemos esquecer, contudo, que a democracia ateniense já dava sinais de enfraquecimento antes mesmo do advento do Conselho dos Quatrocentos, em 411 a.C. Lembremos de Aristófanes, que descreve a vida política da pólis no início da Guerra do Peloponeso: em *Os Acarnenses*, Diceópolis lamenta o desinteresse dos cidadãos pelas assembleias na Pnix e sua atração pela conversa fiada da ágora, mas funda diante de sua porta uma ágora particular, destinada às trocas comerciais (719-728). Ou seja: diante da deterioração dos negócios públicos, mal conduzidos por demagogos e aristocratas, o personagem prefere cuidar de seus próprios interesses. In: Malaco (2003b), pp. 59-60.

dizer que havia igualdade política nas democracias gregas, mas sim a presença de diferenciação social e manutenção de certos privilégios. Nesse sentido, o *symposion* materializado na ágora de Tasos (cf. páginas 130-131) poderia representar, de um lado, o ato coletivo de comer e beber vinho (rituais tão valorizados no mundo helênico) possivelmente realizado por aqueles que pertenciam à pólis enquanto cidadãos, e de outro, o privilégio de camadas aristocráticas, haja vista o uso extensivo dessas câmaras de banquete desde fins do período Arcaico, apropriadas por diferentes formas de governo; ainda assim, mesmo em períodos democráticos, nem todos eram cidadãos e poderiam tomar parte das refeições “comuns”. Podemos indagar também se a divisão da *khóra* metapontina e siracusana em *klêroi* implicava verdadeiramente numa repartição igualitária das terras, beneficiando todos os membros da comunidade: na democracia, aqueles desprovidos de cidadania ficavam fora da distribuição de lotes, e a concentração fundiária por famílias aristocráticas desde a época de fundação das apoikias anulava qualquer tentativa de igualdade, uma vez que exerciam o controle político a partir do controle econômico de muitos pedaços de terra – como no caso dos *gamoroi*, oligarquias proprietárias em Siracusa. Isso não chegou a ocorrer em Tarento, de acordo com as fontes arqueológicas e textuais: a derrocada da antiga oligarquia e a instalação de um governo democrático em 473 a.C. (Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica*, XI, 52, 3-4) acompanharam uma progressiva expansão da malha urbana e seu amuralhamento, inclusive invadindo as fazendolas que ocupavam o espaço da *khóra*; esses lotes urbanos de tamanhos iguais foram distribuídos aos novos cidadãos como reflexo do aumento de seus direitos políticos, prejudicando as aristocracias arcaicas (FLORENZANO 2009: 99).

Logo, o estudo mais aprofundado de algumas *poleis* gregas nos mostra a impossibilidade de associar estruturas arquitetônicas, espaços monumentais e tipos específicos de malhas viárias a formas exclusivas de governo: edifícios de cunho administrativo inicialmente democráticos ou oligárquicos foram, em diversos momentos, readaptados conforme as necessidades políticas vigentes; já a monumentalidade legitimou em larga medida inúmeras relações de poder, estivessem elas inseridas em governos mais ou menos participativos. O traçado ortogonal e a repartição em lotes iguais, por sua vez, poderiam ser aplicados a zonas urbanas ou rurais, mas isso não significava necessariamente uma igualdade de direitos políticos, tampouco econômicos, tendo em vista o grande número de oligarquias e tiranias que se valeram desse expediente para acentuar o controle econômico e ideológico sobre a população e reafirmar a influência política externa da pólis ante as cidades vizinhas. Pensada assim, a ortogonalidade das plantas na *ásty* ou

na *khóra* era também monumental e, conseqüentemente, fruto de uma profunda hierarquização social, pois a ação de criar vias regulares quilométricas e lotes com dimensões iguais em territórios tão extensos evidenciava uma capacidade de mobilizar mão de obra e recursos que apenas grandes governos poderiam possuir. Além disso, o traçado regular, embora organize o espaço de maneira aparentemente inclusiva e democrática, conectando por diversas vezes áreas que de outro modo estariam isoladas, na realidade priva o indivíduo da liberdade de ir e vir, restringindo o acesso aos espaços por meio de portas e vias; assim, é natural que muitos assentamentos na Grécia Balcânica tenham optado por disciplinar sua malha urbana ou mesmo as suas ágoras, cercando-as com muros e portas, em fins do período Clássico, momento em que as principais democracias gregas já estavam em declínio – é o caso das ágoras de Atenas e Tasos. No Ocidente, o traçado urbano regular foi um recurso amplamente utilizado desde o momento de fundação por tiranos ou oligarquias, posto que o rígido controle e a organização eram indispensáveis para a sobrevivência da *apoikia* diante de tantas ameaças vindas de povos estrangeiros e grupos indígenas, bem como a necessidade premente de fazer com que o empreendimento colonizador fosse bem-sucedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ARISTÓFANES, *Acharnians. Knights*. Tradução de J. Henderson. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1998, v. 1.

ARISTÓTELES, *A Constituição de Atenas*. Tradução, apresentação, notas e comentários de Francisco Murari Pires. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____, "Politics". In: *Aristotle*. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1932, v. 21.

CÍCERO, *The Verrine Orations*. Tradução de L. H. G. Greenwood. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1928, 2 v.

DIODORO SÍCULO, *Library of History*. Tradução de C. H. Oldfather. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1933, 12 v.

ESTRABÃO, *Geography*. Tradução de H. Leonard Jones. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1917, 8 v.

HERÓDOTO, *The Persian Wars [Histórias]*. Tradução de A. D. Godley. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1920, 4 v.

HESÍODO, "Theogony. Works and Days. Testimonia". In: *Hesiod*. Tradução de G. W. Most. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 2007, v. 1.

HOMERO, *A Ilíada*. Tradução de H. de Campos. São Paulo: Arx, 2004, 3a ed, 2 v.

_____, *A Odisséia*. Tradução de C. A. Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, 3a ed.

PAUSÂNIAS, *Description of Greece*. Tradução de W. H. S. Jones e H. A. Ormerod. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1918, 5 v.

PÍNDARO, *Olympian Odes. Pythian Odes*. Tradução de W. H. Race. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1997.

PLATÃO, "Euthyphro. Apology. Crito. Phaedo. Phaedrus". In: *Plato*. Tradução de H. N. Fowler. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1914, v. 1.

_____, "Laws". In: *Plato*. Tradução de R. G. Bury. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1926, v. 10-11.

_____, "Lysis. Symposium. Gorgias". In: *Plato*. Tradução de W. R. M. Lamb. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1925, v. 3.

_____, "Republic". In: *Plato*. Tradução de P. Shorey. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1930, v. 5-6.

_____, "Theaetetus. Sophist". In: *Plato*. Tradução de H. N. Fowler. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1921, v. 7.

_____, "Timaeus. Critias. Cleitophon. Menexenus. Epistles". In: *Plato*. Tradução de R. G. Bury. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1929, v. 9.

PLUTARCO, "Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar". In: *Lives*. Tradução de B. Perrin. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1919, v. 7.

_____, "Dion and Brutus. Timoleon and Aemilius Paulus". In: *Lives*. Tradução de B. Perrin. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1918, v. 7.

_____, *Moralia*. Tradução de H. N. Fowler. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1927, 15 v.

_____, "Pericles and Fabius Maximus. Nicias and Crassus". In: *Lives*. Tradução de B. Perrin. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1916, v. 3.

_____, "Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus". In: *Lives*. Tradução de B. Perrin. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1914, v. 2.

_____, "Theseus and Romulus. Lycurgus and Numa. Solon and Publicola". In: *Lives*. Tradução de B. Perrin. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1914, v. 1.

POLÍBIO, *Histories*. Tradução de W. R. Paton. Revisão de F. R. Walbank & C. Habicht. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 2011.

TUCÍDIDES, *History of the Peloponnesian War*. Tradução de C. F. Smith. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1919, 4 v.

VITRÚVIO, *Tratado de arquitectura*. Tradução, introdução e notas de M. J. Maciel. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006.

Bibliografia

AA. VV., *L'Espace Grec: Cent cinquante ans de fouilles de l'École française d'Athènes*. Fayard, 1996.

ADAMESTEANU, D., "Dios agora". In: *Parola Del Passato*. 1976, pp. 296-312.

_____, *Metaponto*. Napoli: "La Buona Stampa", 1973.

ALCOCK, S. E., "Tomb Cult and the Post-Classical Polis". In: *AJA*. 1991, n. 95, pp. 447-467.

ALDROVANDI, C. E. V., "Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos". In: M. B. B. Florenzano e E. F. V. Hirata (orgs.), *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, pp. 13-33.

- ALLEGRO, N., "Imera". In: E. Greco (org.), *La Città Greca Antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999, pp. 269-301.
- ALMEIDA, J. E. L. de, *Um deus a céu aberto: Diônisos e a expressão material do teatro na paisagem da pólis na Grécia arcaica e clássica*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Clássica. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.
- ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H. & SCHEICK, Ch. L., "An Archaeology of Landscapes. Perspectives and directions". In: *Journal of Archaeological Research*. 2001, v. 9, n. 2, pp. 157-211.
- ASHERI, D., "Distribuzione di terre nell'antica Grecia". In: *Memorie dell'Accademia delle scienze di Torino*. 1966, Turim, n. 10.
- ASHMORE, W. & KNAPP, A. B., "Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational". In: W. Ashmore e A. B. Knapp (eds.), *Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, pp. 1-32.
- ASHMORE, W. & SABLOFF, J. A., "Spatial Orders in Maya Civic Plans". In: *Latin American Antiquity*. 2002, v. 13, n. 2, pp. 201-215.
- BACCHIELLI, L.; POLIDORI, R.; VITA, A. D. & VITA-EVRARD, G. d., *Libya: The lost cities of the Roman Empire*. Konemann, 1999.
- BAHN, P. G. & RENFREW, C., *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Nova Iorque: Thames and Hudson, 1991.
- BALDASSARRE, I., "Cirene". In: E. Greco (org.), *La Città Greca Antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999, pp. 385-394.
- BASILE, B. & MIRABELLA, S., "La costa nord-occidentale di Ortigia (Siracusa): nuovi dati dagli scavi urbani". In: G. M. Bacci e M. C. Martinelli (orgs.), *Studo Classici in onore di Luigi Bernabò Brea*. Messina: 2003.
- BASLEZ, M-F., *Histoire Politique du monde grec antique*. Paris: Nathan Université, 2004, 2a ed.
- BECHELLI, R. H. R., *Os santuários nas apoikias do Ocidente: organização física e inserção de estruturas de culto no espaço*. Tese de Doutorado em Arqueologia Clássica. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.
- BELER, A. G. d., COULON, G., GOLVIN, J-C. & LONTCHO, F., *L'Antiquité retrouvée*. Paris: Éditions Errance, 2005, 2a ed.
- BIGNOTTO, N., *O Tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- BOARDMAN, J., *The Greeks overseas*. Londres: Thames & Hudson, 1980.
- BOLLATI, R. & BOLLATI, S., *Siracusa: Genesi di una città. Tessuto urbano di Ortigia*. Régio Calábria: Falzea Editore, 1999.
- BONACASA, N.; BRACCESI, L. & MIRO, E. de, *La Sicilia dei due Dionisî*. Roma: L'Erma, 2002.

BORRIELLO, M.; RUBINO, P., *La Magna Grecia*. Nápoles: Museo Archeologico Nazionale di Napoli/Electa Napoli, 2003.

BOURDIEU, P., *Sociologia* (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BRACCESI, L. *I tiranni di Sicilia*. Roma: Editori Laterza, 1998.

BROTHERSTON, G., *La América Indígena en su literatura: los libros del cuarto mundo*. Fondo de Cultura Económica, 1997.

BRUNET, M., "Le territoire de Thasos". In: AA. VV., *L'Espace Grec: Cent cinquante ans de fouilles de l'École française d'Athènes*. Fayard, 1996, pp. 51-58.

CALAME, C., *Mythe et histoire dans l'Antiquité grecque: La création symbolique d'une colonie*. Editions Payot Lausanne, Nadir s.a., 1996.

CAMP, J. M., *The Athenian Agora: excavations in the heart of Classical Athens*. Londres: Thames and Hudson, 1986.

_____, *The Archaeology of Athens*. Yale University Press, 2001.

_____, *The Athenian Agora: a short guide to the excavations*. American School of Classical Studies at Athens, 2003.

CARRATELLI, G. P., "An outline of the political history of the Greeks in the West". In: *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 141-176.

CARRATELLI, G. P., *Sikanie: Storia e civiltà della Sicilia greca*. Milão: Garzanti, 1989.

CARRATELLI, G. P. (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996.

CARRATELLI, G. P. et al., *Megale Hellas: storia e civiltà della Magna Graecia*. Milão: Garzanti: Scheiwiller, 1986 (1983), 2a ed.

CARTER, J. C., *Discovering the Greek countryside at Metaponto*. The University of Michigan Press/Ann Arbor, 2006.

CÀSSOLA, F., "Greek forms of Political Structure". In: G. P. Carratelli (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 47-54.

CASTAGNOLI, F., *Orthogonal Town Planning in Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

CERCHIAI, L.; JANELLI, L. & LONGO, F., *The Greek Cities of Magna Graecia and Sicily*. Los Angeles: Getty Publications, 2004.

COARELLI, F. & TORELLI, M., *Sicilia - Guide Archeologiche*. Bari: Laterza, 1984.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C., "The Archaeologist as a World Citizen: on the morals of heritage preservation and destruction". In: L. Meskell (ed.), *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009, pp. 140-165.

CONDILLO, C. da S., *Heródoto e a Tirania*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo: 2008.

CONNOLLY, P. & DODGE, H., *The Ancient City: Life in Classical Athens and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CORDANO, F., "Camarina fra Il 461 e Il 405 a.C.: Un caso esemplare". In: *Un ponte fra l'Italia e la Grecia*. Pádua: 2000, pp. 191-193.

DE JULIIS, E. M., *Magna Grecia. L'Italia meridionale dalle origini leggendarie alla conquista romana*. Bari: Edipuglia, 1996.

DEMAND, N. H., *Urban relocation in Archaic and Classical Greece. Flight and Consolidation*. Norman: University of Oklahoma Press, 1990.

DEMARRAIS, E.; CASTILLO, L. J. & EARLE, T., "Materialization and Power Strategies" In: *Current Anthropology*. 1996, v. 37, n. 1, pp. 15-31.

DE POLIGNAC, F., *La naissance de la cité grecque*. Paris: 1984.

DE SIENA, A. (ed.), *Metaponto. Archeologia di una colonia greca*. Taranto: Scorpione Editrice, 2001.

DE SIENA, A.; GIARDINO, L., "Metaponto". In: E. Greco (org.), *La Città Greca Antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999, pp. 329-363.

DINIZ, S., *Os santuários de Hera enquanto elementos do espaço políade*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Clássica. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

DINSMOOR, W. B., *The architecture of ancient Greece an account of its historic development*. Nova Iorque: New Iorque Biblo and Tannen, 1973.

DI STEFANO, G., *Guida archeologica: Camarina*. Florença: Milão: Giunti, 2004.

DI VITA, A., "Urban Planning in Ancient Sicily". In: G. P. Carratelli (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 263-308.

ÉTIENNE, R., "Rapport sur l'état et l'activité de l'École française de Rome, pendant l'année 1999-2000". In: *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 2000, v. 144, n. 4, pp. 1241-1264.

FINLEY, M. I., *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____, *A Política no Mundo Antigo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FISCHER-HANSEN, T.; HANSEN, M. H., "Monumental Political Architecture in Archaic and Classical Greek *Poleis*. Evidence and Historical Significance". In: D. Whitehead (ed.), *From Political Architecture to Stephanus Byzantius*. CPCPapers, 1994, no 1, pp. 23-90.

FLORENZANO, M. B. B., "A contribuição das Colônias Ocidentais na Construção da Identidade Políade: Subsídios do Uso e da Organização do Espaço. Resultados Preliminares". In: *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 93-108.

_____, "Construindo o helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da pólis grega". In: E. F. V. Hirata; C. Aldrovandi; M. C. K. Passos (orgs.), *Estudos sobre o espaço na antiguidade*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, pp. 41-56.

_____, "Péricles, o Partenon e a construção da cidadania na Atenas Clássica". In: *Anais do I Simpósio Regional de História Antiga*. Rondonópolis: 2001, pp. 103-112.

_____, "Repartindo a terra na Grécia antiga". In: A. Zierer & A. L. B. Vieira (orgs.), *História Antiga e Medieval. Viagens e viajantes: Cultura, Imaginário e Espacialidade*. São Luís: Editora UEMA, 2012, pp. 293-308.

FOUCAULT, M., *Dits et écrits*. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994, 4 v.

FREDERIKSEN, R., "From death to life. The cemetery of Fusco and the Reconstruction of Early Colonial Society". In: G. R. Tsetskhladze, *Ancient Greeks West and East, Mnemosine*. 1999, Supplementum n. 196, Leiden, pp. 229-266.

GARLAND, R., *The Piraeus: from the fifth to the first century B.C*. Londres: Duckworth, 1988.

GASPERINI, L.; PANDOLFI, L. & STUCCHI, S., *L'Agora di Cirene: I Lati Nord ed Est della platea inferiore*. Roma: 1965.

GELL, A., *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GRAHAM, A. J., "The Foundation of Thasos". In: *The Annual of the British School at Athens*. 1978, v. 73, pp. 61-98.

_____, "The Topography of the Ancient City". In: *The Annual of the British School at Athens*. 2000, v. 95, pp. 301-327.

GRANDJEAN, Y. & MARC, J-Y., "L'espace de la ville". In: AA. VV., *L'Espace Grec: Cent cinquante ans de fouilles de l'École française d'Athènes*. Fayard, 1996, pp. 73-101.

GRECO, E. (org.), *La città greca antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999.

GRECO, E.; OSANNA, M., "Atene". In: E. Greco (org.), *La Città Greca Antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999, pp. 161-182.

HALBWACHS, M., *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, J. M., *A History of the Archaic Greek World: ca.1200–479 BCE*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

HANSEN, M. H. (ed.), *A Comparative Study of Thirty City-State Cultures*. Copenhagen: C. A. Reitzels Forlag, 2000.

_____, *A Comparative Study of Six City-State Cultures*. Copenhagen: C. A. Reitzels Forlag, 2002.

_____, *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: An investigation conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____, *La démocratie athenienne à l'époque de Démosthène: structure, principes et idéologie*. Tradução francesa de Serge Bardet. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

_____, *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford: Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

_____, *Sources for The Ancient Greek City-State*. Simpósio realizado em agosto de 1994. Copenhagen: Munksgaard, 1995.

_____, "The Polis as an Urban Centre and as a Political Community". Simpósio realizado em agosto de 1996. In: *Acts of the Copenhagen polis Centre*. Copenhagen: Munksgaard, 1997, v. 4.

HELLMANN, M.-C., *L' Architecture Grecque. 1. Les principes de la construction*. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2002.

_____, *L' Architecture Grecque. 2. Architecture religieuse et funéraire*. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2006.

HILL, D. K., "Boundary Stones from the Peiraeus". In: *American Journal of Archaeology*. 1932, n. 36, pp. 254-259.

HILL, E., "The embodied sacrifice". In: *Cambridge Archaeological Journal*. 2000, v. 10, n. 2, pp. 317-326.

HIRATA, E. F. V., *Arqueologia, Religião e Poder Político no Ocidente Grego*. Tese de Livre-Docência em Arqueologia Clássica. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010a.

_____, "Monumentalidade e Representações do Poder Tirânico no Ocidente Grego". In: G. Cornelli (org.), *Representações da Cidade Antiga*. Coimbra: Archai, 2010b, pp. 23-38.

_____, "Poder Político e Religião: A Documentação Arqueológica No Estudo de Sociedades Antigas". In: *Revista de Arqueologia*. 1994, v. 8, n. 2, pp. 387-399.

HOLLOWAY, R. R., *The Archaeology of Ancient Sicily*. Londres: Nova Iorque: Routledge, 2000 (1991).

HORDEN, P.; PURCELL, N., *The Corrupting Sea: a study of Mediterranean History*. Londres: Blackwell Publishing, 2000.

INGOLD, T., "Totemism, Animism and the Depiction of Animals". In: *The Perception of the Environment*. Londres: Routledge, 2000, pp. 111-131.

JOHNSTON, R., "The paradox of landscape". In: *Journal of European Archaeology*. 1998a, v. 1, n. 3, pp. 313-325.

_____, "Approaches to the perception of landscape: philosophy, theory, methodology". In: *Archaeological Dialogues*. 1998b, v. 5, n. 1, pp. 54-68.

KNAPP, A. B., "Ideology, Archaeology and Polity". In: *Man, New Series*. 1988, v. 23, n. 1, pp. 133-163.

KNAPP, A. B. & van DOMMELEN, P., "Past practices: rethinking individuals and agents in archaeology". In: *Cambridge Archaeological Journal*. 2008, v. 18, n. 1, pp. 15-34.

LAKY, L. de A., *Olímpia e os Olímpieia: a origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.C.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia Clássica. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011a.

_____, "Os Santuários de Zeus na Sicília". In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 12, 2011b, São Paulo, pp. 37-49.

LANG, M., *The Athenian Citizen. Democracy in the Athenian Agora*. American School of Classical Studies at Athens, 2004.

LAWRENCE, D. L.; LOW, S. M., "The built environment and spatial form". In: *Annual Review of Anthropology*. 1990, no 19, 453-505.

LAYTON, R., *The Anthropology of Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LAZZARINI, M., *Giorni di Magna Grecia*. Taranto: Scorpione Editrice, 1995.

LÉVÊQUE, P. & VIDAL-NAQUET, P., *Cleisthenes: The Athenian. An Essay on the Representation of Space and Time in Greek Political Thought from the End of the Sixth Century to the Death of Plato*. New Jersey: Humanities Press, 1997.

LEWIS, S., *Ancient tyranny*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.

LOMAS, K., "Tyrants and the polis: migration, identity and development in Sicily". In: S. Lewis, *Ancient Tyranny*. Edimburgo, University Press, 2006.

LOURENÇO, F. (ed.), *Ensaio sobre Píndaro*. Lisboa: Cotovia, 2006.

LURAGHI, N., *Tirannidi arcaiche in Sicilia e Magna Grecia: da Panezio di Leontini alla caduta dei Dinomenidi*. Florença: L. S. Olschki, 1994.

MALACO, J. T. S., *Da Forma Urbana: o Casário de Atenas*. São Paulo: Alice Foz, 2002.

_____, *Dois Ensaio - Cidade: Ensaio de Aproximação Conceitual; Espaço, Propriedade, Liberdade*. São Paulo: Alice Foz, 2003a.

_____, *O Lugar da Assembleia dos Cidadãos de Atenas*. São Paulo: Alice Foz, 2003b.

MALAM, J., "Ancient Greek Town". In: *Metropolis Series*. Danbury: Franklin Watts/Children's Press, 1999.

MALKIN, I., *Religion and colonization in ancient Greece*. Leiden: E. J. Brill, 1987.

MARTIENSSEN, R. D., *La idea del espacio en la arquitectura griega*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1977.

MARTIN, R., "Agora et Forum". In: *Mélanges de l'École Française à Rome, Antiquités*. 1972, no 84, pp. 904-933.

_____, "L'espace civique et profane dans les cites grecques de l'arcaïsme à l'époque hellénistique". In: *Architecture et Urbanisme*. Coll. École Française de Rome, 1987, no 84, pp. 549-579.

_____, *L'urbanisme dans la Grèce antique*. Paris: A. + J. Picard, 1956.

- _____, "Recherches sur l'agora Grecque". Paris: De Boccard, 1951, no 174.
- _____, *Thasos, l'agora*. Paris: 1959, n° 1.
- _____, "Thasos: quelques problèmes de structure urbaine". In: *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. 1978, n. 1, pp. 182-197.
- MAUZY, C. A., *Agora Excavations, 1931-2006. A pictorial history*. The American School of Classical Studies at Athens, 2006.
- MCDONALD, W. A., *The Political meeting places of the Greeks*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1943.
- McGLEW, J. F., *Tyranny and Political Culture in Ancient Greece*. Ítaca: Cornell University Press, 1993.
- MERTENS, D. & GRECO, E., "Urban Planning in Ancient Magna Grecia". In: G. P. Carratelli (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Grecia and Sicilia*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 243-262.
- MERTENS, D., *Città e monumenti dei Greci d'Occidente*. Roma: "L'Eina" di Bretschneider, 2006.
- _____, "Greek Architecture in the West". In: G. P. Carratelli (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 315-346.
- MINÀ, P., *Urbanistica e architettura nella Sicilia greca*. Palermo: Regione Siciliana. Assessorato dei Beni Culturali Ambientali e della Pubblica Istruzione, 2005.
- MONEDERO, A. D. J., *La Pólis y la expansion colonial griega (siglos VII-VI)*. Madrid: Editorial Hesis, 1989.
- MOORE, H., "Ethics and ontology: why agents and agency matter". In: M. A. Dobres & J. Robb (eds.), *Agency in Archaeology*. Londres: Routledge, 2000, pp. 259-263.
- MOSSÉ, C., *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- _____, *La fin de la démocratie athénienne. Aspects sociaux et politiques du déclin de la cité grecque au IV siècle avant J.-C.* Paris: Presses Universitaires de France, 1962.
- _____, *O cidadão na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MOSSÉ, C.; VIDAL-NAQUET, P.; UBIÑA, J. F.; FINLEY, M. I.; ROMÁN, C. G., *Clases y luchas de clases en la Grecia Antigua*. Madrid: Akal Editor, 1979, 2a ed.
- MURRAY, O.; PRICE, S. (orgs.), *The Greek city: from Homer to Alexander*. Oxford: Clarendon, 1991.
- MUSTI, D., *Magna Grecia. Il quadro storico*. Bari: Editori Laterza, 2005.
- OSBORNE, R., *Greece in the making: 1200-479 BC*. Londres: Routledge, 1996.
- OSANNA, M., *Chorai coloniali da Taranto a Locri*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992.

- OWENS, J., *The City in the Greek and Roman World*. Londres: Routledge, 1991.
- PEARSON, M. P. & RICHARDS, C. (eds.), *Architecture and Order. Approaches to Social Space*. Londres: Routledge, 1994.
- PELAGATTI, P., "Siracusa. Elementi dell'abitato di Ortigia nell' VIII e nel VII secolo". In: *Inseguimento coloniali greci in Sicilia nell VIII e VII secolo. Chronache di archeologia*. 1978, n. 17, pp. 119-133.
- POLLAK, M., "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricos*. 1989, v. 2, n. 3, pp. 3-15.
- PONTRANDOLFO, A. et al., *La città delle immagine. Religione e società nella Grecia Antiga*. Modena: Ed. Panini, 1986.
- PROCELLI, R. M. A., "Calascibetta (Enna). Le necropoli di Cozzo S. Giuseppe in Contrada Realmese". In: *Notizie degli scavi di antichità*. 1982, n. 36, pp. 425-632.
- RAPOPORT, A., *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1978.
- _____, *House form and culture*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- _____, "Systems of Activities and Systems of Settings". In: S. Kent, *Domestic Architecture and the Use of Space: an Interdisciplinary Cross cultural Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990a, pp. 9-20.
- _____, *The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach*. Tucson: University of Arizona Press, 1990b, 2a ed.
- RENFREW, C., *Towards an Archaeology of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- RENFREW, C. & CHERRY, J., *Peer Polity Interaction and social-political change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- RHODES, P. J., *Athenian Democracy*. Oxford; Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A., *City and Country in the Ancient World*. Londres: Routledge, 1992.
- RICOEUR, P., *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROBERTSON, D. S., *Arquitetura grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROBERTSON, N., "The City Center of Archaic Athens". In: *Hesperia*. 1998, v. 3, n. 67, pp. 283-302.
- ROLAND, E., *L'espace grec: 150 ans de fouilles de l'école française d'Athènes*. Paris: Fayard, 1996.
- SARLO, B., *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SARTORI, F., "The constitutions of the western Greek States: Cyrenaica, Magna Graecia, Greek Sicily, and the poleis of the Massaliot area". In: G. P. Carratelli (ed.), *The Greek World. Art and Civilization in Magna Graecia and Sicily*. Nova Iorque: Rizzoli, 1996, pp. 215-222.
- SCHODER, R. V., *Ancient Greece from the air*. Londres: Thames and Hudson, 1974.
- SCRANTON, R. L., *Monuments in the Lower Agora and North of the Archaic Temple*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1951.
- SMITH, A. T., *The Political Landscapes: Constellations of Authority in Early Complex Polities*. University of California Press, 2003.
- SMITH, M. L. (ed.), *The Social Construction of Ancient Cities*. Washington: Londres: Smithsonian Books, 2003.
- SNODGRASS, A. M., "Archaeology and the Study of the Greek City". In J. Rich and A. Wallace-Hadrill, *City and Country in the Ancient World*. Londres: Routledge, 1994, pp. 1-24.
- _____, *Archaic Greece: the age of experiment*. Londres: 1981.
- _____, *The archaeology of Greece: the present state and future scope of a discipline*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- STEINHAUER, G., *The Monuments and the Archaeological Museum of Piraeus*. Nisiza Karela: Editions Michalis Toubis S.A., 2006.
- STUCCHI, S., *Architettura cirenaica*. Roma: L'Erma, 1975.
- _____, *Cirene (1957-1966)*. Trípoli: 1967.
- THOMAS, J., "The Great Dark Book: archaeology, experience, and interpretation". In: J. Bintliff (ed.), *A Companion to Archaeology*. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 21-36.
- THOMPSON, H. A., "Agora and Forum". *Tenth International Congress of Historical Studies*. Roma, 1955.
- _____, *The Agora of Athens. The History, shape and uses of an ancient city center*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1972.
- TILLEY, C. Y., *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg, 1994.
- TORELLI, M., "Archeologia greca di Sicilia: il ruolo dell'ideologia". In: P. Minà, *Urbanistica e Architettura nella Sicilia Greca*, 2005, pp. 8-9.
- TRABULSI, J. A. D., *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- TRÉZINY, H., "Les Colonies Grecques de Méditerranée Occidentale". In: *Histoire urbaine*, n° 13, 2005/2, pp. 51-66.
- TRIGGER, B., "Monumental Architecture". In: *World Archeology*. 1990, 22, 2, pp. 119-132.

- VALLET, G., "La cité et son territoire". In: *Atti del settimo Convegno di studi sulla Magna Grecia*. 1968, pp. 67-142.
- VAN COMPERNOLLE, R., *Étude de chronologie et d'historiographie siciliotes*. Bruxelles/Roma: Institut Belge de Rome, 1959.
- VASSALLO, S., *Himera città greca: Guida alla storia e ai monumenti*. Palermo: Regione Siciliana, Assessorato dei Beni Culturali e Ambientali e della Pubblica Istruzione, 2005.
- VATTUONE, R., "'Metoikesis' Trapianti di popolazioni nella Sicilia greca fra VI e IV sec. a. C. In: *Vita e Pensiero*. 1994, n. 57, pp. 81-113.
- VEBLEN, T., *A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Ática, 1974.
- VERNANT, J-P., *Mito e pensamento entre os Gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 2ª ed.
- VIVIERS, D., "Thasos". In: E. Greco (org.), *La Città Greca Antica. Istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli Editore, 1999, pp. 221-250.
- VERONESE, F., *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua: Esedra Editrice, 2006.
- VOZA, C., *A Guide to Syracuse*. Siracusa: Ediprint, 1999.
- WACQUANT, L., "Esclarecer o Habitus". In: *Educação & Linguagem*. 2007, n. 16, pp. 63-71.
- WYCHERLEY, R. E., *How the Greeks built Cities*. Londres: Macmillan Press, 1973, 2a ed.
- ZAIDMAN, L. B. & PANTEL, P. S., *Religion in the Ancient Greek city*. Tradução de Paul Cartledge. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992.
- WARD-PERKINS, J. B., *Cities of Ancient Greece and Italy. Planning in Classical Antiquity*. Londres: Sidgwick and Jackson, 1974.